



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
MESTRADO PROFISSIONAL EM POLÍTICAS PÚBLICAS

FAGNER STWART SANTIAGO

**A IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA AMBIENTAL DO INSTITUTO FEDERAL DE
PERNAMBUCO A PARTIR DA PERCEPÇÃO DOS ATORES RESPONSÁVEIS**

Recife
2020

FAGNER STWART SANTIAGO

**A IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA AMBIENTAL DO INSTITUTO FEDERAL DE
PERNAMBUCO A PARTIR DA PERCEPÇÃO DOS ATORES RESPONSÁVEIS**

Dissertação apresentada ao Mestrado Profissional em Políticas Públicas da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre Profissional em Políticas Públicas.

Área de Concentração: Políticas Públicas

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Andrea Quirino Steiner

Recife
2020

Catálogo na fonte
Bibliotecária Maria do Carmo de Paiva, CRB4-1291

S235i Santiago, Fagner Stewart.
A implementação da política ambiental do Instituto Federal de Pernambuco a partir da percepção dos atores responsáveis / Fagner Stewart Santiago. – 2020.
115 f. : il. ; 30 cm.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Andrea Quirino Steiner.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH.
Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Recife, 2020.
Inclui referências e apêndices.

1. Política pública. 2. Sustentabilidade. 3. Política ambiental. 4. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco. I. Steiner, Andrea Quirino (Orientadora). II. Título.

320.6 CDD (22. ed.)

UFPE (BCFCH2021-087)

FAGNER STWART SANTIAGO

**A IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA AMBIENTAL DO INSTITUTO FEDERAL DE
PERNAMBUCO A PARTIR DA PERCEPÇÃO DOS ATORES RESPONSÁVEIS**

Dissertação apresentada ao Mestrado Profissional em Políticas Públicas da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre Profissional em Políticas Públicas.

Aprovada em: 30/11/2020.

BANCA EXAMINADORA

Dra. Andrea Quirino Steiner (Orientadora)
Universidade Federal de Pernambuco

Dr. Erinaldo Ferreira do Carmo (Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco

Dra. Alba de Oliveira Barbosa Lopes (Examinadora Externa)
Instituto Federal de Pernambuco

A todos que compartilham comigo a estrada da vida, por fazerem-na feliz e especial.

Gui, razão do meu caminhar.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus, por permitir que mais um sonho seja realizado.

Gostaria de agradecer aos participantes da banca de qualificação e examinadora, que contribuíram no aprimoramento desta dissertação.

Gratidão aos colegas, amigos, servidores e professores do MPPP, por encontrar portas abertas, compartilhar momentos, ideias construtivas e contributivas para o resultado final deste trabalho.

Agradeço ao IFPE, em especial o Campus Paulista, nas figuras de seus gestores e dos meus companheiros de trabalho na Diretoria de Administração e Planejamento, por permitirem serem representados e por ajudarem nas horas mais críticas em que precisei deles.

De forma especial, agradeço a minha orientadora, Prof. Dra. Andrea Steiner, por todo o apoio e orientação, por acreditar que era possível, pela persistência nas reflexões e pesquisas, bem como pela disponibilidade. Muito obrigado!

A minha família, pelo apoio nos momentos de ausência, noites mal dormidas, sacrifícios dos finais de semana e feriados.

RESUMO

Os caminhos percorridos pelas políticas públicas de promoção da sustentabilidade vêm ganhando destaque no cenário brasileiro dos últimos tempos, inclusive dentro das Instituições de Ensino Superior (IES), em virtude do importante papel que essas instituições desempenham na sociedade. O presente trabalho tem como foco a questão da implementação de políticas de promoção da sustentabilidade dentro de uma IES pública. O estudo teve como objetivo geral analisar a implementação da Política Ambiental do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE) a partir da percepção dos seus atores responsáveis. Para alcançar este objetivo, foi realizada uma pesquisa exploratório/descritiva com abordagem qualitativa, por meio de um estudo de caso, utilizando como técnica de coleta de dados um questionário aplicado junto aos dezesseis Diretores de Administração e Planejamento (DAPs) e um survey aplicado junto aos responsáveis pelas comissões/departamentos de promoção da sustentabilidade de cinco campi do IFPE. Do ponto de vista da formulação, a Política Ambiental do IFPE e os seus instrumentos de gestão estão em sintonia com as principais normativas e programas federais de promoção da sustentabilidade. Entretanto, os resultados evidenciaram que poucas práticas sustentáveis estavam sendo implementadas nos campi do instituto após a elaboração da política. Na percepção dos DAPs, as principais dificuldades encontradas são a falta de um departamento central que coordene, monitore e avalie as ações implementadas de forma sistêmica na instituição; e a falta, na maioria dos campi, de uma comissão/departamento de sustentabilidade responsável por fomentar e implementar a sustentabilidade em nível local. A importância dessas comissões/departamentos evidencia-se no fato de que, em média, elas implementam mais ações de sustentabilidade frente aos campi que não as têm. Se os campi que possuem comissões estão desempenhando mais ações e práticas voltadas à promoção da sustentabilidade, faz-se mister identificar e descrever, na percepção dos atores responsáveis, quais são as capacidades políticas no nível individual, que podem estar contribuindo para o sucesso dessa implementação.

Palavras-chave: Capacidades Políticas. Política Ambiental. Instituições de Ensino Superior. Sustentabilidade.

ABSTRACT

The paths taken by public policies to promote sustainability have been gaining prominence in the Brazilian scenario of recent times, including within Higher Education Institutions (HEIs), due to the important role that these institutions play in society. This work focuses on the issue of implementing policies to promote sustainability within a public HEI. The study aimed to analyze the Environmental Policy of the Federal Institute of Education, Science and Technology of Pernambuco (IFPE) implementation from the perception of its responsible actors. To achieve this objective, an exploratory/descriptive research with a qualitative approach was conducted, through a case study, using a questionnaire applied to the sixteen Directors of Administration and Planning (DAPs) as a technique of data collection and a survey applied to those responsible for the committees/departments of sustainability promotion of six IFPE campuses. From the formulation point of view, IFPE's Environmental Policy and its management instruments are in line with the main federal regulations and programs to promote sustainability. However, the results showed that few sustainable practices were being implemented on the institute's campuses after the policy was developed. In the perception of DAPs, the main difficulties found are the lack of a central department that coordinates, monitors and evaluates the implemented actions in a systemic way in the institution; and, on most campuses, a sustainability committee/department responsible for fostering and implementing sustainability at the local level. The importance of these committees/departments is evident in the fact that, on average, they implement more sustainability actions in relation to campuses that do not have them. If the campuses that have commissions are performing more actions and practices aimed at promoting sustainability, it is necessary to identify and describe, in the actors responsible perception, what are the political capacities at the individual level, which may be contributing to the success of this implementation.

Keywords: Political Capabilities. Environmental Policy. Higher Education Institutions. Sustainability.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Dimensões político-institucionais e simbólicas intervenientes na constituição de um movimento ambientalista no Brasil	18
Figura 2 - O ciclo de políticas públicas	23
Figura 3 - Modelo do processo de implementação de políticas de Meter e Horn	30
Figura 4 - Modelo dos impactos diretos e indiretos na implementação de Edwards III	30
Figura 5 - Modelo de Smith (1973).....	31
Figura 6 - Nível básico (ontológico), secundário (constitutivo) e indicativo (realista) do conceito de capacidade estatal.....	33
Figura 7 - Linha do tempo das principais iniciativas ambientais na APF	36
Figura 8 - Programas de sustentabilidade na administração pública.....	43
Figura 9 - Delineamento da pesquisa	46
Figura 10 - Mapa dos <i>campi</i> e polos do IFPE	50
Figura 11 - Instrumentos da Política ambiental do IFPE.....	55

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Ações implementadas: PLS	61
Gráfico 2 - Número de ações implementadas: eficiência energética	62
Gráfico 3 - Número de ações implementadas: conservação da água	63
Gráfico 4 - Número de ações implementadas: compras sustentáveis.....	64
Gráfico 5 - Número de ações implementadas: gestão dos resíduos sólidos	66
Gráfico 6 - Número de ações implementadas: educação ambiental.....	68
Gráfico 7 - Número de ações implementadas: parcerias institucionais.....	68
Gráfico 8 - Dificuldades vivenciadas para implementar as ações.....	70
Gráfico 9 - Existe departamento ou comissão de sustentabilidade	71
Gráfico 10 - Conhecimento sobre a Política Ambiental.....	72
Gráfico 11 - Conhecimento sobre os instrumentos de gestão	73
Gráfico 12 - Elaborou e implementou algum dos instrumentos de gestão.....	74
Gráfico 13 - Conhecimento sobre os programas federais	75
Gráfico 14 - Motivos para não aderir aos programas	76
Gráfico 15 - Escolaridade.....	77
Gráfico 16 - Com que frequência você realiza as seguintes atividades em sua posição atual na comissão/departamento de sustentabilidade?.....	78
Gráfico 17 - Com que frequência você emprega as seguintes técnicas em seu trabalho realizado na comissão/departamento de promoção da sustentabilidade?.....	79
Gráfico 18 - Quanto você se beneficiaria com um programa de treinamento ou curso universitário em algum dos tópicos a seguir?	80
Gráfico 19 - Com que frequência você usa as seguintes fontes de informação em seu trabalho na Comissão/Departamento de promoção da sustentabilidade?.....	81
Gráfico 20 - Com que frequência você interage com as seguintes organizações quando realiza trabalhos na Comissão/Departamento de promoção da sustentabilidade?.....	81
Gráfico 21 - Você participou de algum dos seguintes treinamentos ou curso universitário e qual foi o cenário?	82
Gráfico 22 - Até que ponto você concorda com as seguintes afirmações? (Marque a opção que melhor corresponde a sua resposta).....	83
Gráfico 23 - Quão importantes são as seguintes habilidades na implementação da política ambiental no seu campus?	84

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Capacidade política: habilidades e recursos	32
Quadro 2 - Critérios sustentáveis (Art. II e III da IN SLTI/MP 1/2010)	37
Quadro 3 - Características da pesquisa qualitativa	46
Quadro 4 - Estrutura do questionário	48
Quadro 5 - Estrutura do <i>survey</i>	49
Quadro 6 - Dimensões da capacidade política no nível individual	52
Quadro 7 - Iasa (TCU) x instrumentos de gestão (IFPE)	56
Quadro 8 - Modelo TBL e as práticas sustentáveis na administração pública.....	58
Quadro 9 - Na sua opinião, quais são as principais barreiras para o seu envolvimento efetivo na política ambiental do seu campus no IFPE?	84
Quadro 10 - Na pergunta a seguir, marque a opção que melhor completa a declaração	85
Quadro 11 - Marque a opção que melhor completa a declaração sobre comprometimento	85
Quadro 12 - Marque a opção que melhor completa a declaração sobre habilidades individuais e organizacionais.....	86

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Ações implementadas: PLS	60
Tabela 2 - Número de ações implementadas: eficiência energética	61
Tabela 3 - Número de ações implementadas: conservação da água	63
Tabela 4 - Número de ações implementadas: compras sustentáveis.....	64
Tabela 5 - Número de ações implementadas: gestão dos resíduos sólidos	66
Tabela 6 - Número de ações implementadas: educação ambiental.....	67
Tabela 7 - Número de ações implementadas: parcerias institucionais.....	68
Tabela 8 - Dificuldades vivenciadas para implementar as ações.....	69
Tabela 9 - Existe departamento ou comissão de sustentabilidade	71
Tabela 10 - Conhecimento sobre a Política Ambiental.....	72
Tabela 11 - Conhecimento sobre os instrumentos de gestão	73
Tabela 12 - Elaborou e implementou algum dos instrumentos de gestão.....	73
Tabela 13 - Conhecimento sobre os programas federais	74
Tabela 14 - Motivos para não aderir aos programas	75

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

A3P	Agenda Ambiental na Administração Pública
ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
ACV	Avaliação do Ciclo de Vida
Anvisa	Agência Nacional de Vigilância Sanitária
APF	Administração Pública Federal
BME	Burocratas de Médio Escalão
CCSS	Comissão para a Coleta Seletiva Solidária
Cisap	Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública
Conama	Conselho Nacional do Meio Ambiente
CPS	Contratações Públicas Sustentáveis
DAP	Diretor de Administração e Planejamento
DOU	Diário Oficial da União
ENCE	Etiqueta Nacional de Conservação de Energia
Iasa	Índice de Acompanhamento de Sustentabilidade na Administração Pública Federal
IES	Instituições de Ensino Superior
IFPE	Instituto Federal de Ciência, Educação e Tecnologia de Pernambuco
IN	Instrução Normativa
Inmetro	Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MIC	Ministério das Indústria e Comércio
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MME	Ministério das Minas e Energia
MP	Ministério Público
MPOG	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
NBR	Norma Brasileira
ODS	Objetivos do Desenvolvimento Sustentável
PBE	Programa Brasileiro de Etiquetagem
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PEG	Programa de Eficiência do Gasto Público
PES	Projeto Esplanada Sustentável

PIB	Produto Interno Bruto
PLS	Plano de Gestão de Logística Sustentável
PNMA	Política Nacional do Meio Ambiente
PNRS	Política Nacional de Resíduos Sólidos
Procel	Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica
Projeto 3E	Transformação do Mercado de Eficiência Energética no Brasil
SGA	Sistema de Gestão Ambiental
Sisnama	Sistema Nacional de Meio Ambiente
SLTI/MP	Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação/ Ministério do Planejamento
SOF/MP	Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento
TBL	<i>Triple Bottom Line</i>
TCU	Tribunal de Contas da União
UFMT	Universidade federal de Mato Grosso
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	16
1.1	JUSTIFICATIVA	18
2	REVISÃO DA LITERATURA E MARCO TEÓRICO	22
2.1	POLÍTICAS PÚBLICAS E SEUS CICLOS	22
2.2	IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS.....	26
2.3	MODELOS DE ANÁLISE DE IMPLEMENTAÇÃO: capacidades políticas.....	29
3	MARCOS LEGAIS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A SUSTENTABILIDADE	35
3.1	PANORAMA LEGAL DA SUSTENTABILIDADE NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA	35
3.2	PROGRAMAS E PROJETOS PARA A SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL EM ÂMBITO FEDERAL NO BRASIL.....	43
4	METODOLOGIA	46
4.1	ASPECTOS GERAIS: abordagem, natureza, objetivos e tipo de pesquisa.....	46
4.2	TÉCNICAS DE COLETA DE DADOS.....	47
4.3	CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO OBJETO DE ESTUDO.....	50
4.4	SOBRE O INSTRUMENTO DE <i>SURVEY</i> E O MODELO ANALÍTICO UTILIZADO	51
5	RESULTADOS E DISCUSSÕES	54
5.1	POLÍTICA AMBIENTAL DO IFPE E SEUS INSTRUMENTOS DE GESTÃO	54
5.2	PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE REALIZADAS ANTES E APÓS A ELABORAÇÃO DA POLÍTICA AMBIENTAL	59
5.2.1	Eixo Econômico: PLS, plano de eficiência energética e programa de conservação e reuso da água	60
5.2.2	Eixo Ambiental: aquisições e contratações sustentáveis e plano de gerenciamento de resíduos sólidos	64
5.2.3	Eixo Social: programa de educação ambiental e estabelecimento de parcerias institucionais	66
5.2.4	Dificuldades para Implementação da Política Ambiental	69

5.3	CAPACIDADE POLÍTICA DOS ATORES RESPONSÁVEIS PELA IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA AMBIENTAL DO IFPE	77
5.3.1	Perfil Demográfico e sobre o seu Trabalho	77
5.3.2	Sobre seu Treinamento e Educação	82
5.3.3	Autoavaliação de Habilidades e Recursos	82
5.3.4	Barreiras à Eficácia no Trabalho	83
6	CONCLUSÕES	87
	REFERÊNCIAS	90
	APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO APLICADO AOS DIRETORES DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO DOS CAMPI DO IFPE	97
	APÊNDICE B – SURVEY APLICADO AOS RESPONSÁVEIS PELA COMISSÃO DE SUSTENTABILIDADE DOS CAMPI DO IFPE	107
	APÊNDICE C – FOLDER DE DIVULGAÇÃO DA POLÍTICA AMBIENTAL DO IFPE E DOS SEUS INSTRUMENTOS DE GESTÃO	114

1 INTRODUÇÃO

Os caminhos percorridos pelas políticas públicas de promoção da sustentabilidade vêm ganhando destaque no cenário brasileiro dos últimos tempos. Nas últimas décadas do século XX, a questão ambiental alcançou o status de problema global e tem mobilizado a sociedade civil organizada, os meios de comunicação e os governos de todas as regiões do planeta (SANSON, 2009). Este contexto cria condições favoráveis à evolução da consciência socioambiental e à implementação de práticas de sustentabilidade, visando o aperfeiçoamento das instituições públicas em prol da racionalização no uso dos insumos e da redução de desperdícios.

No Brasil, diversas políticas surgiram tendo como objetivo racionalizar as atividades exercidas pelos órgãos públicos em prol da sustentabilidade ambiental: Instruções Normativas (IN) que tratam sobre os critérios de sustentabilidade na aquisição de bens e serviços e a racionalização de gastos; Decretos que incentivam a reutilização e reciclagem de materiais e o desenvolvimento nacional sustentável; Leis que tratam do gerenciamento de resíduos sólidos; Portarias que estabelecem boas práticas no consumo de energia e água; Projetos e Programas que visam promover a sustentabilidade ambiental, econômica e social.

Tais políticas, por imperativo legal, devem ser seguidas por todos os órgãos da Administração Pública Federal (APF), inclusive pelas Instituições de Ensino Superior (IES) públicas. Para Tauchen e Brandli (2006), há duas correntes de pensamento referentes ao papel das IES no tocante ao desenvolvimento sustentável: a primeira ressalta a questão educacional como uma prática fundamental, na qual as IES, pelo processo de formação, contribuem para a qualificação de futuros tomadores de decisão, possibilitando que eles incluam em suas práticas profissionais a preocupação com as questões ambientais; a segunda refere-se à postura de algumas IES na implementação de Sistemas de Gestão Ambiental (SGA) em seus *campi* universitários, servindo como modelos e exemplos práticos de gestão sustentável para a sociedade.

O presente trabalho se situa nesse segundo contexto, tendo como foco a questão da implementação de políticas de promoção da sustentabilidade dentro das IES públicas. As pesquisas sobre implementação conquistam espaço neste cenário de dificuldades econômicas, de *gaps* entre os objetivos previstos e os resultados obtidos, bem como pela urgência em se aumentar a eficiência dos serviços públicos (NAJBERG; BARBOSA, 2006).

Para tanto, o trabalho busca analisar quais fatores estão influenciando a capacidade política no nível individual para implementação de uma política ambiental em um Instituto

Federal, a partir das perspectivas dos burocratas de médio escalão, mais conhecidos como gerentes, responsáveis pelos resultados alcançados dentro dessas instituições. Entenda-se capacidade política aqui como o conjunto de habilidades e recursos necessários para que os atores implementem as políticas públicas sob sua responsabilidade (WU; RAMESH; HOWLLET, 2015).

Os Institutos Federais, enquanto IES, conforme a Lei nº 11.892 de 2008, encontram-se integrados à missão de promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente aquelas voltadas à preservação do meio ambiente. Assim, a educação profissional torna-se fator estratégico em sua relação com o desenvolvimento econômico, social, geográfico e cultural, exercendo uma função central na articulação com outras políticas, em especial a ambiental (BRASIL, 2008).

As IES são indutoras de desenvolvimento, de formação de recursos humanos qualificados e da realização de pesquisas e projetos de inovação tecnológica. Vale salientar que algumas estão se tornando referência em práticas ambientalmente sustentáveis, contribuindo para a formação dos seus docentes, técnicos e alunos, nos campos teórico e prático, bem como para o desenvolvimento sustentável em geral, posto que encontram na sustentabilidade uma diretriz para gerir os seus *campi* (ROHRICH; TAKASHI, 2019).

Desta forma, a sustentabilidade dentro das IES tem sido tema de diversos estudos e pesquisas, especialmente na esfera pública federal, demonstrando a importância do assunto na atualidade (sobre esses estudos, ver Engelman, Guisso e Fracasso, 2009; Machado *et al.*, 2013; Feil, Strasburg e Naime, 2015; Correa *et al.*, 2015; Viegas e Cabral, 2015; Menezes e Minillo, 2017; Gazzoni *et al.*, 2018; Rohrich e Takahashi, 2019). Os indicativos que surgem nesses estudos podem subsidiar as decisões dos gestores e influenciar a cultura organizacional ao aproveitar as características da comunidade acadêmica e das chamadas “ilhas de excelência”, identificadas por Bersch, Praça e Taylor (2017) nas agências federais brasileiras.

Questão basilar para promover a sustentabilidade dentro das IES é a definição de uma política ambiental. A alta administração deve definir a política ambiental da organização e assegurar principalmente que ela inclua um comprometimento em atender aos requisitos legais aplicáveis e outros requisitos subscritos pela organização, que se relacionem a seus aspectos ambientais, forneça uma estrutura para o estabelecimento e análise dos objetivos e metas ambientais, seja documentada, implementada e mantida, e seja comunicada a todos que trabalhem na organização (ABNT, 2004). O IFPE lançou sua política ambiental no ano de 2017, visando incorporar as questões ambientais nas práticas de ensino, pesquisa, extensão e administrativas.

Portanto, este trabalho objetiva analisar a implementação da Política Ambiental do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE) a partir da percepção dos seus atores responsáveis. Ademais, têm-se os seguintes objetivos específicos:

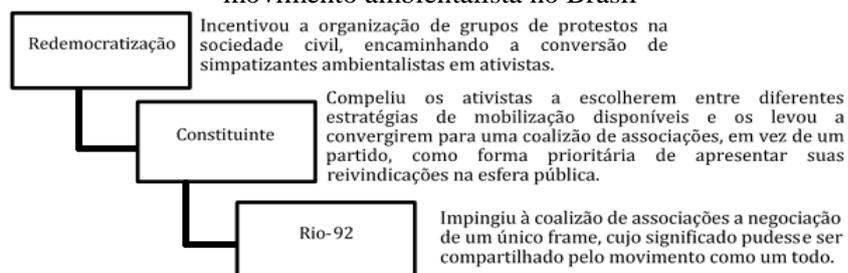
- Identificar as normativas legais e os programas que regem à sustentabilidade ambiental na Administração Pública Federal;
- Conhecer a política ambiental do IFPE e seus instrumentos de gestão;
- Descrever as práticas de sustentabilidade realizadas pelos *campi* do IFPE após a elaboração de sua política ambiental;
- Descrever a capacidade política dos atores responsáveis pela implementação da política ambiental no IFPE.

1.1 JUSTIFICATIVA

No Brasil, as primeiras coalizões entre grupos ambientalistas se constituíram em meados dos anos 1970, sendo que, a partir da Conferência de Estocolmo, em 1972, foi alargada a discussão pública nacional sobre a questão ambiental (ALONSO; COSTA; MACIEL, 2007).

Alonso, Costa e Maciel (2007) analisaram as dimensões político-institucionais e as simbólicas, que foram intervenientes na constituição de um movimento ambientalista no Brasil, argumentando que ela se explica por duas dinâmicas, a partir das discussões na elaboração da Constituição Federal de 1988: a interação dos grupos de ativistas com as estruturas de oportunidades políticas e a articulação deles entre si. Para eles, três estruturas de oportunidades políticas foram decisivas, conforme a Figura 1.

Figura 1 - Dimensões político-institucionais e simbólicas intervenientes na constituição de um movimento ambientalista no Brasil



Fonte: Adaptada de Alonso, Costa e Maciel (2007)

Quando lograram se apresentar como uma coalizão robusta na Rio-92, os ativistas brasileiros conseguiram incluir a temática ambiental na agenda pública nacional (ALONSO;

COSTA; MACIEL, 2007). Mais recente, a Conferência Rio+20, em 2012, tratou de assegurar a renovação do compromisso político brasileiro com o desenvolvimento sustentável, de avaliar os avanços e os hiatos nos processos de implementação das principais decisões e de identificar desafios novos e emergentes (MOURA, 2016).

O Brasil contribuiu com um documento no qual apresentou os desafios do desenvolvimento sustentável, em um amplo leque de 24 pontos, que envolviam temas como a erradicação da pobreza extrema, do papel do Estado, da produção e consumo sustentáveis, além dos temas ambientais tradicionais como água, florestas, biodiversidade e mudança do clima. Trouxe, ainda, propostas que refletiam pontos em discussão nos debates que antecederam a conferência, entre os quais: (1) a criação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS); (2) novos indicadores para a mensuração do desenvolvimento; e (3) ênfase na produção e consumo sustentáveis (selos verdes e compras públicas sustentáveis) (MOURA, 2016).

A história da gestão ambiental brasileira tem registrado importantes legislações relacionadas aos princípios da sustentabilidade, entretanto, muitas iniciativas são voluntárias e demandam engajamento pessoal e coletivo, de modo a mudar hábitos oriundos do comprometimento pessoal e da disposição para incorporar conceitos preconizados (ALMEIDA; SCATENA; LUZ, 2017). Dessa forma, após a formulação apropriada da política ambiental, é fundamental a atuação dos agentes públicos para fazer com que ela seja cumprida, já que se observa uma evidente assimetria entre a letra da lei e a sua aplicação (SIQUEIRA, 2008).

Portanto, permanecem grandes os desafios a serem superados, no que se refere ao aperfeiçoamento das funções da governança ambiental e da aplicação de seus princípios, os quais contribuem para o aumento da capacidade de resposta do Estado aos problemas ambientais (MOURA, 2016).

Em recente auditoria acerca da governança nas políticas públicas voltadas à promoção da sustentabilidade, o Tribunal de Contas da União (TCU) verificou, em 2018, que as ações implementadas nessa área até então pela APF brasileira ainda são insuficientes e apontou grau médio de comprometimento da gestão dos órgãos com a sustentabilidade (BRASIL, 2018).

Para chegar a essa conclusão, no final de 2018, os auditores do TCU utilizaram o Índice de Acompanhamento de Sustentabilidade na Administração Pública Federal (Iasa). Esse índice considera três possibilidades como resultado da avaliação, classificando os órgãos pesquisados em faixas (grau inferior, médio e superior). Os resultados apontaram deficiências

de planejamento, coordenação e aderência aos requisitos de desenvolvimento sustentável (BRASIL, 2018).

O Iasa é composto por diversos indicadores, classificados em onze eixos temáticos sobre ações de sustentabilidade: (1) Elaboração, implementação e monitoramento do Plano de Gestão de Logística Sustentável (PLS); (2) Racionalização no uso de energia elétrica; (3) Racionalização no uso de água; (4) Atendimento aos requisitos de acessibilidade; (5) Certificação de prédios públicos; (6) Racionalização no uso de papel e implementação de processo eletrônico; (7) Gestão de resíduos e coleta seletiva; (8) Contratações públicas sustentáveis; (9) Mobilidade e gases de efeito estufa; (10) Conscientização e capacitação; e, (11) Adesão aos programas de sustentabilidade.

Um levantamento, no tópico relacionado à gestão ambiental e à sustentabilidade dos Relatórios de Gestão, no período de 2015 a 2017 (fazendo um recorte temporal três anos antes da elaboração da política ambiental do instituto), apresentado aos órgãos de controle (TCU), à comunidade interna e à sociedade, conforme preconiza a legislação, indicou que a instituição precisava avançar bastante na questão da sustentabilidade ambiental, principalmente diante dos desafios propostos pelas políticas públicas federais, no tocante à adesão aos programas voluntários, à separação e destinação adequada dos resíduos e à implementação de normativas exigidas pela legislação, principalmente o PLS¹.

Visando melhorar este cenário, é necessário que os gestores públicos, incumbidos de gerir volumosos recursos com eficiência e eficácia, assumam a responsabilidade pelas decisões e pelos resultados alcançados, estimulando a adoção de boas práticas, principalmente, por meio da implementação de uma política ambiental integrada às demais áreas da organização, norteadas por princípios e valores que levem em consideração a sustentabilidade (ARANA e ESTURARO, 2016). Trata-se de transpor o discurso meramente teórico e concretizar as boas intenções mediante um compromisso sólido, uma vez que a adoção de princípios sustentáveis na gestão pública exige mudança de atitudes e práticas (ALMEIDA; SCATENA; LUZ, 2017).

As políticas ambientais ganharam destaque nos últimos tempos devido à necessidade de se utilizar, de forma consciente, os limitados e escassos recursos naturais. Segundo Arana e Esturaro (2016), as políticas ambientais são as diretrizes estratégicas para a definição dos rumos que a gestão, seja pública ou privada, deve seguir em prol da sustentabilidade. Silva e Lima (2010) enfatizam que não se deve aceitar que sejam planejadas e organizadas políticas

¹ Disponível em: < <https://www.ifpe.edu.br/o-ifpe/desenvolvimento-institucional/relatorios-de-gestao>>. Acesso em 17/08/2019.

que esgotem os recursos naturais e que poluam os espaços naturais e construídos. Pelo contrário, exige-se um planejamento estratégico de ações públicas que envolva o desenvolvimento sustentável em sentido amplo e melhore as condições de vida.

Em um nível mais macro, a problemática proposta neste trabalho está ligada ao alinhamento das IES às políticas públicas de meio ambiente e sustentabilidade. Portanto, considerando a responsabilidade pela formação de cidadãos e pelo papel de liderança que as IES desempenham na transferência de conhecimentos, no ensino, na pesquisa e na extensão, junto à sociedade, o Conselho Superior do IFPE, por meio da Resolução nº 41, de 29 de dezembro de 2017, aprovou sua Política Ambiental.

Tal ato não se tratou apenas de atender à legislação em vigor, mas de ir além na adoção de uma gestão pautada por implementar práticas sustentáveis. Trata-se de um compromisso com a sustentabilidade ambiental por meio do uso racional de água, energia, papel, dentre outros, o qual proporciona a redução dos resíduos e maior eficiência na utilização de produtos e/ou serviços necessários ao desempenho da instituição.

Este estudo justifica-se pela importância de gerar mais subsídios e proporcionar maior eficácia na implementação da política ambiental dentro do IFPE. A instituição pode conhecer e visibilizar as boas práticas de promoção da sustentabilidade que estão sendo desenvolvidas nos *campi*, as dificuldades enfrentadas neste desafio e os sucessos obtidos por aqueles que estão desenvolvendo a maior parte das ações. Dessa forma, pode criar mecanismos institucionais que estabeleçam as condições adequadas à implementação da política ambiental.

Importante também é o fato de explicitar quais são as capacidades que os atores responsáveis pela implementação da política ambiental do IFPE possuem, identificando os pontos fortes e as questões que podem ser melhoradas no desempenho da execução de suas atividades, tendo em vista criar as condições necessárias para a implementação nos outros *campi*.

Assim, este estudo debaterá o tema por meio de um estudo de caso na IES supracitada, tendo em vista a aprovação de sua política interna para a questão ambiental. Para tanto, primeiramente, é necessário contextualizar o debate teórico em torno das políticas públicas e seus ciclos, com o propósito de situar em que fase será desenvolvida a pesquisa acerca da implementação de uma Política Ambiental no IFPE. Em seguida, abordar a teoria da implementação de políticas públicas, bem como qual perspectiva de análise será utilizada no presente trabalho.

2 REVISÃO DA LITERATURA E MARCO TEÓRICO

Este capítulo tem como objetivo contextualizar o debate teórico em torno das políticas públicas e seus ciclos. Inicialmente, conceitua o termo e traça um panorama sobre os ciclos de políticas públicas (agenda, formulação, adoção, implementação e avaliação), de acordo com autores de referência na área. Em seguida, situa o estudo na fase de implementação e discorre sobre as quatro gerações de estudos de implementação, quais os seus enfoques e principais atores envolvidos. Finalmente, realiza uma análise dos modelos de implementação de políticas públicas e determina o foco de análise do estudo.

2.1 POLÍTICAS PÚBLICAS E SEUS CICLOS

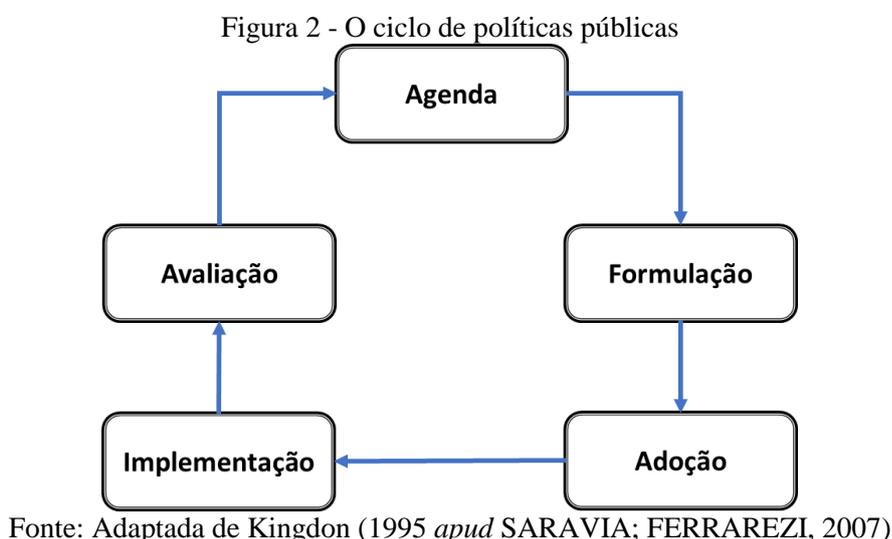
Na literatura há várias definições sobre o que seja uma política pública e qualquer conceituação sobre ela corre o risco de ser arbitrária. Autores como Lynn (1980), Dye (1984), Peters (1986) e Mead (1995), seguem uma linha argumentativa muito próxima ao estabelecerem como fundamental o foco nas ações que os governos promovem que influenciam a vida dos cidadãos (SOUZA, 2006).

De acordo com Souza (2006), mesmo que não exista uma única e nem melhor definição sobre o que seja política pública, ela pode ser resumida como o campo de conhecimento que busca colocar o governo em ação e/ou analisar essa ação e, quando necessário, propor mudanças no curso dessas ações. Dessa forma, sem a intenção de esgotar o debate, pode-se adotar a simplificação proposta por Chrispino (2016), na qual a política pública seria a ação intencional do governo visando atender à necessidade da coletividade.

O processo de elaboração de uma política pública passa por algumas etapas, conhecidas como ciclo de políticas públicas (*policy cycle*), fundamentais para fins de análise, sendo um esquema de visualização e interpretação que organiza a vida de uma política pública em fases sequenciais e interdependentes (SECHI, 2017). Tais etapas, fases ou processos do ciclo de políticas públicas nem sempre apresentam a mesma taxonomia, portanto, existem várias versões desenvolvidas para sua visualização. Vale ressaltar, também, que essas etapas são uma esquematização teórica do que acontece na prática, sendo um recurso para fins de análise da formação de uma política pública. Outrossim, conforme Tinoco (2010), os limites dessa abordagem sequencial têm sido continuamente postos em evidência. Segundo ele, esses limites têm sido observados por Muller (2003), que destacou que a ordem das etapas pode ser invertida. Por exemplo, a tomada de decisão pode preceder a definição do

problema ou até mesmo, a dificuldade de identificação das etapas. Neste sentido, quando, é possível considerar que uma política resolveu um problema e, portanto, a ação deve ser terminada?

Segundo a descrição proposta por Kingdon (1995 *apud* SARAIVIA; FERRAREZI, 2007), a formulação de políticas públicas é um conjunto de processos, incluindo ao menos o estabelecimento de uma agenda; a especificação das alternativas; a escolha final entre essas alternativas; e a implementação dessa decisão. Torna-se determinante frisar que o sucesso alcançado em um dos processos não implica necessariamente em sucesso nos outros. No presente trabalho adotaram-se os seguintes processos como ciclo de políticas públicas, conforme a Figura 2.



O primeiro processo do ciclo de políticas públicas refere-se ao estabelecimento da agenda e a especificação das alternativas. Kingdon (1995 *apud* SARAIVIA; FERRAREZI, 2007) concebe a agenda como uma lista de temas ou problemas que são alvo de atenção, em certo momento, por parte das autoridades governamentais ou por pessoas de fora do governo estreitamente associadas a elas.

Além do conjunto de temas ou problemas que estão na agenda, outra questão a se considerar incide sobre o conjunto de alternativas possíveis para resolvê-los. Tal distinção entre agenda e alternativas é útil do ponto de vista analítico. O processo de especificação de alternativas restringe o conjunto de soluções e possibilita que as escolhas sejam efetuadas de forma mais acessível (KINGDON, 1995 *apud* SARAIVIA; FERRAREZI, 2007).

Após o problema obter a atenção dos atores e conseguir entrar na agenda, inicia-se o segundo processo, ou seja, a formulação de políticas públicas. Esse é o processo que gera um

conjunto de escolhas plausíveis acerca do que fazer para resolver os problemas públicos. São utilizados vários modelos que ajudam os fazedores de políticas públicas (*policy makers*) a decidirem por um curso de ação.

Os formuladores de políticas públicas que seguem o modelo racional adotam a seguinte metodologia: selecionam a melhor alternativa de um conjunto proposto; têm conhecimento das consequências de cada alternativa; escolhem as melhores alternativas por meio de avaliações e comparações; e, associam a cada alternativa as probabilidades sobre as quais a organização deve ter entendimento completo. Uma crítica ao modelo racional de tomada de decisão refere-se à capacidade de conhecimento necessário ao decisor, pois ele depende essencialmente de:

Um controle completo do ambiente de decisão; um sistema de preferência que se caracteriza pela estabilidade, isto é, que as regras de preferência do decisor não variem com as mudanças passíveis de ocorrer no ambiente; e uma habilidade a toda prova para a realização dos cálculos necessários de modo que torne o decisor capaz de selecionar a melhor alternativa, entre as várias disponíveis, ou seja, aquela que maximize uma dada função de *payoff* (SANTANA, 2010, p. 155).

Os críticos do modelo racional, principalmente os que seguem o modelo incremental de tomada de decisão, apontam que, na prática, os decisores deixam de lado e nem sequer ordenam a maior parte dos poucos valores que eles julgam relevantes. As poucas propostas são delineadas e comparadas entre si, sendo que em termos de decisão, eles confiam mais em suas experiências passadas, na espera de alcançar apenas parcialmente suas metas e repetir a sequência, na medida em que mudarem suas condições e aspirações. Ademais, para eles, o modelo racional explica problemas simples ou de pouca relevância, ou seja, para a tomada de decisões complexas ele torna-se impraticável (LINDBLUM, 2010).

Os incrementalistas advogam que, na prática, os decisores praticam o que Lindblom (2010) chama de método das sucessivas comparações limitadas (*ramescência*), no qual as mudanças são realizadas por meio de pequenos passos e o teste da boa política consiste tipicamente no acordo entre os grupos. Porém, há diversas críticas também ao modelo incremental, principalmente quando ocorre a tendência de negligenciar inovações. Esse modelo se atém apenas a variações limitadas em relação às políticas passadas, não explicando as grandes mudanças fundamentais e limitando o campo das políticas públicas ao comodismo, o qual Etzioni (2010) chama de reforço ideológico das forças pró-inércia e anti-inovação.

O terceiro processo do ciclo refere-se à adoção. Esse é o momento em que os interesses manifestam-se e ocorrem as negociações e discussões para implementação ou não das políticas públicas. Para explicar esse processo, pode-se partir do ponto de vista do

elitismo, do pluralismo e do estudo de caso de Schattschneider. Para Sechi (2017), a vertente elitista consolidou a visão de que apenas a elite tem a capacidade de determinar o rumo das políticas públicas. Por outro lado, o modelo pluralista chega à conclusão de que todos conseguem influenciar, de alguma maneira, as decisões tomadas pela comunidade política. Segundo Lowi (1966)², tais negociações desenrolam-se em três cenários diversos, conhecidos como: arena distributiva, regulatória e redistributiva. Assim, cada tipo de política irá determinar a arena de poder na qual se desenvolverá o debate.

Na arena distributiva, o relacionamento político e as coalizões não se moldam no conflito direto, ao contrário, compõem-se de membros que não têm nada em comum, além de procurarem benefícios para si próprios, mas não se opõem aos favorecimentos buscados por outros. Na arena regulatória, encontra-se uma multiplicidade de grupos organizados em torno de relações caracterizadas por interesses que se tangenciam, nas quais a coalizão política nasce do conflito e da concessão, com a determinação clara de quem ganha e quem perde. Na arena redistributiva, há dois lados sempre claros, estáveis e consistentes, designados como grupos “fornecedores de dinheiro” e grupos “demandantes de serviços”, que exigem um processo complexo de balanceamento de interesses conflitantes, numa escala muito ampla (LOWI, 1966).

Depois de um problema entrar na agenda, da formulação de várias alternativas para resolvê-lo e após decidir o curso de ação, ainda falta colocar a decisão em prática. Portanto, o quarto processo refere-se à implementação. Esse é o processo por meio do qual as políticas públicas são traduzidas em ação. Segundo Lima e D’Ascenzi (2013), a abordagem sequencial do ciclo de políticas públicas tem sua maior utilidade em ser uma ferramenta de recorte de objeto de análise. Em vista disso, a análise da implementação da política ambiental do IFPE será realizada utilizando-se esse estágio, o qual será mais detalhadamente explicado na seção sobre implementação de políticas públicas.

Encerrando a classificação, tem-se, então, o estágio final no ciclo de políticas públicas: o processo de avaliação que analisa se o programa funcionou e se o problema foi resolvido. Segundo Sechi (2017), é nesta etapa que ocorrem os julgamentos sobre o sucesso ou a falha de projetos que foram colocados em prática. De acordo com Howlett, Ramesh e Perl (2013), ela envolve a avaliação dos meios que são empregados e dos objetivos que são atendidos.

² Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5066893/mod_resource/content/1/Distribuicao-Regulacao-Redistribuicao-Lowi.pdf. Acesso em: 21/10/2020.

Segundo Batista e Domingos (2017), a avaliação pode ser de vários tipos e classificadas de várias formas diferentes: em relação ao tempo, ela pode ser *ex-ante*, que ocorre como uma previsão antes da implementação, ou *ex-post*, que ocorre depois da implementação; quanto a quem avalia, ela pode ser realizada de forma interna, pelos gestores do programa, de forma externa, por avaliadores independentes, ou de forma participativa, com o *input* dos beneficiários do programa. Por fim, quanto ao objeto, pode ser centrada nos processos, nos resultados, nos impactos ou na eficiência do programa.

Tendo em vista que este estudo busca realizar uma análise da implementação da política ambiental do IFPE, torna-se importante entender como a literatura sobre a implementação de políticas públicas é abordada pelos diversos estudiosos da área e quais são os principais atores responsáveis pelo sucesso ou fracasso no momento da execução e concretização da política neste estágio.

2.2 IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Depois que um problema público conseguiu entrar na agenda política, formularam-se várias opções para resolvê-lo, estabeleceram-se os objetivos e decidiu-se por um curso de ação, chega a hora de colocar a decisão em prática, por meio de esforços, conhecimentos e recursos, buscando traduzir as decisões políticas em ação, ou seja, de fato, começa o estágio de implementação do ciclo (HOWLETT; RAMESH; PERL, 2013).

A literatura sobre implementação de políticas públicas foi desenvolvida a partir de 1973, com a publicação do trabalho de Pressman e Wildavsky (1973), intitulado: Implementação (CARVALHO; BARBOSA; SOARES, 2010). Os estudos sobre implementação de políticas públicas podem ser situados como uma vertente do campo de análise de políticas públicas, mas que busca olhar para o momento específico da materialização ou concretização delas. A questão central é compreender: por que há (e quais são as) diferenças entre os objetivos planejados e os resultados alcançados? (LOTTA, 2019).

Segundo Lotta (2019), em mais de 40 anos de desenvolvimento, os estudos sobre implementação de políticas públicas já passaram por quatro gerações sistematizadas na literatura. A primeira se propunha a olhar o processo de implementação de cima para baixo (*top down*), ou seja, tendo como referência os objetivos previamente propostos pelo alto escalão, geralmente concluindo que as políticas públicas falham sistematicamente porque a implementação não segue a formulação.

Os pesquisadores que se utilizam do modelo *top-down* têm como foco uma decisão política específica, geralmente uma lei, com especial interesse nos decisores dos níveis mais altos (WINTER, 2010). Essa perspectiva de análise é caracterizada pela separação clara entre o momento de tomada de decisão e o de implementação em fases consecutivas. Seguindo este raciocínio, portanto, se as políticas e os programas estão bem planejados pelos políticos, com objetivos claros e coerentes, então uma má implementação é resultado de falhas dos agentes (SECHI, 2017).

Em contraposição a essa visão *top down* altamente prescritiva, a segunda geração, em contrapartida denominada *bottom up*, muda o foco de análise das políticas públicas olhando-as de baixo para cima, tendo como base o que de fato acontece no momento da implementação, quando as políticas são concretizadas e realizadas pelos “burocratas da linha de frente” (“*street-level bureaucrats*”) (LOTTA, 2019).

Os pesquisadores da perspectiva de *bottom-up* têm primordial atenção no sistema de implementação “de baixo”, no qual o setor público encontra os cidadãos, ou seja, a ênfase é na influência da equipe de linha de frente. Destarte, o “burocrata do nível da rua” é um tomador de decisão e sua discricionariedade na prestação dos serviços torna-o ator essencial na implementação de políticas públicas (WINTER, 2010).

Diante dessa disputa sobre o foco mais conveniente de se analisar a implementação de uma política pública, o chamado debate “*top down versus bottom-up*” (HOWLETT; RAMESH; PERL, 2013), a terceira geração buscou sair desse binômio e colocou como preocupação central os modelos sintéticos de análise de implementação, que têm em comum uma tentativa de sair da contraposição entre formulação e implementação, compreendendo processos decisórios contínuos, que envolvem as políticas públicas e seus resultados (LOTTA, 2019).

Atualmente, os estudos sobre implementação encontram-se na quarta geração, marcada por múltiplos modelos e formas distintas de análise sobre o objeto. A ideia de governança, de instrumentos de ação pública, a relação entre atores estatais e não estatais, os novos arranjos institucionais, os processos multinível, sistemas de coordenação, capacidades estatais na implementação, entre outros, são algumas das temáticas que ganham espaço nessa nova agenda (LOTTA, 2019).

No caso brasileiro, os estudos sobre implementação chegam já a partir dessa quarta geração, embora ainda bastante incipientes. O primeiro marco foi voltado aos estudos da burocracia e organizações de nível de rua. Mais adiante, sobre capacidades estatais, arranjos institucionais e instrumentos (LOTTA, 2019).

Em suma, segundo Lima e D’Ascenzi (2013), o campo de estudos de implementação de políticas públicas está fortemente atrelado às necessidades de desenvolvimento de melhorias nos processos político-administrativos, que permitam o incremento das atividades implementadoras. Para os autores:

Encontramos duas abordagens hegemônicas na literatura sobre implementação de políticas públicas. Uma delas toma como foco de análise o processo de formulação da política pública, e as variáveis destacadas são referentes às normas que a estruturam. A segunda abordagem enfatiza elementos dos contextos de ação nos quais a política será implementada. Toma como variáveis as condições dos espaços locais e as burocracias implementadoras (LIMA e D’ASCENZI, 2013, p. 4).

Ainda segundo os autores (2013), esses modelos analíticos encontram seus limites na superestimação da importância das normas ou da discricionariedade dos executores. O primeiro, pelo foco na estrutura normativa, geralmente desconsidera a influência dos implementadores. O segundo subestima a influência exercida pelas variáveis normativas na implementação. Portanto, para superar esses limites, Lima e D’Ascenzi (2013) sugerem que a análise do processo de implementação deve considerar: as características do plano; a organização do aparato administrativo responsável pela implementação; e, as ideias, os valores e as concepções de mundo dos indivíduos.

Outra perspectiva importante adotada ultimamente por alguns estudiosos é o olhar para os Burocratas de Médio Escalão (BMEs). Como visto, os estudos sobre implementação focaram prioritariamente os formuladores (*policymakers*) e/ou nos burocratas que atuam na ponta do serviço público (*street-level bureaucrats*). Pires (2012) reconhece a importância de um olhar para os atores presentes no processo. Dada sua posição na estrutura organizacional e suas prerrogativas, os BMEs desempenham funções importantes na transformação dos objetivos sociais e políticos em programas e projetos a serem executados pelo governo, com destaque para o papel tático-gerencial e/ou sua natureza técnico-política de sua atuação (PIRES, 2012).

As rotinas de trabalho dos BMEs são marcadas não apenas por tarefas de caráter administrativo – como gestão de contratos, orçamentos e recursos humanos –, mas também por uma variedade de outras tarefas ligadas ao seu envolvimento com políticas públicas – como mobilização, articulação e sensibilização. Essas atividades rotineiras são desempenhadas por meio de conversas individuais, participação em reuniões e elaboração de documentos. A natureza e a forma de desempenho dessas atividades sugerem que o trabalho dos BMEs é fundamentalmente desempenhado por meio de e em interações (PIRES, 2018).

Levando-se em consideração a importância desse estágio, faz-se mister entender como são realizados e quais são alguns dos modelos de análise da implementação das políticas públicas. Diante disso, situar qual o modelo de análise de implementação será utilizado no presente estudo.

2.3 MODELOS DE ANÁLISE DE IMPLEMENTAÇÃO: capacidades políticas

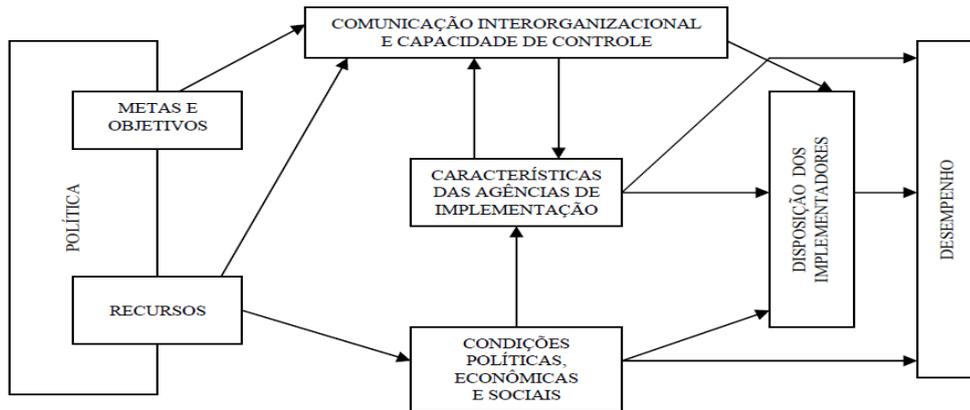
As características da implementação de programas governamentais têm sido entendidas como a variável central para a explicação do insucesso dos governos em atingir os objetivos estabelecidos no desenho de políticas públicas, sendo necessário apontar quais os fatores que influenciam e contribuem para a eficiência e eficácia da implementação (NAJBERG; BARBOSA, 2006).

Traduzir programas, na prática, não é tarefa simples, por uma série de razões, relacionadas à natureza do problema, às circunstâncias do entorno e ao aparato administrativo responsável (NAJBERG; BARBOSA, 2006). A implementação pode ser considerada como um processo de interação entre a determinação de objetivos e as ações empreendidas para atingi-los, consistindo no planejamento e na organização do aparelho administrativo e dos recursos humanos, financeiros, materiais e tecnológicos necessários para realizar uma política pública (CARVALHO; BARBOSA; SOARES, 2010).

Diversos modelos foram elaborados buscando entender quais aspectos são mais relevantes para se alcançar eficiência e eficácia na implementação de uma política pública. Najam (1995) apresenta vários modelos nesse sentido. Serão apresentados modelos com a abordagem “*top down*” e “*bottom-up*”.

Um dos modelos apresentados pelo autor é o de Van Meter e Van Horn (1975). Tal modelo preocupa-se com as causas da não implementação das políticas: (1) os subordinados não sabem o que seus superiores querem, (2) eles não podem fazer o que seus superiores querem ou (3) se recusam a fazer. Os autores rotulam isso como problemas de comunicação, capacidade e disposição dos implementadores, conforme sintetizado na Figura 3.

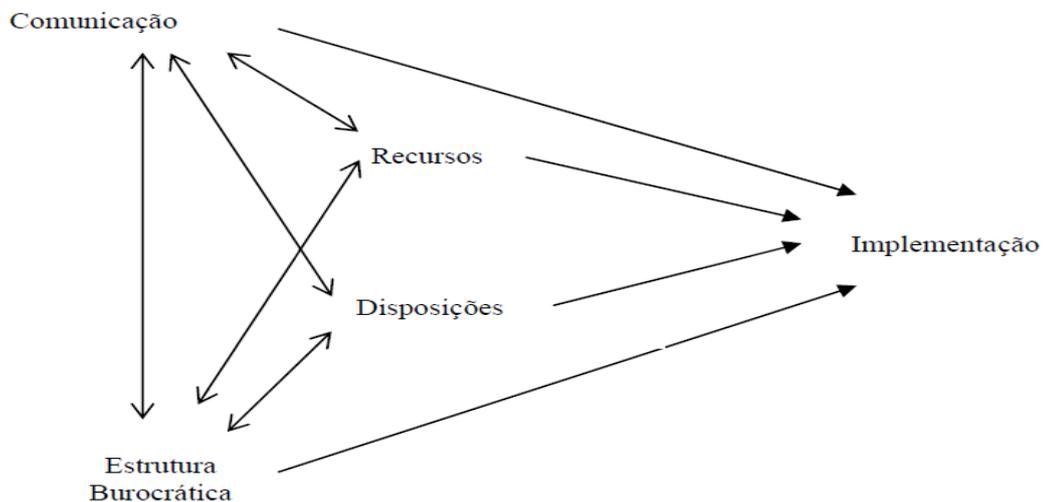
Figura 3 - Modelo do processo de implementação de políticas de Meter e Horn



Fonte: Adaptada de Najam (1995)

O segundo modelo é o de George C. Edwards III (1980). Esse modelo busca responder quais são as pré-condições e os principais obstáculos para a implementação bem-sucedida de uma política. Para tanto, identifica quatro fatores que interagem e operam simultaneamente: a) comunicação; b) recursos; c) disposições; e d) estrutura burocrática, conforme pode ser visualizado na Figura 4.

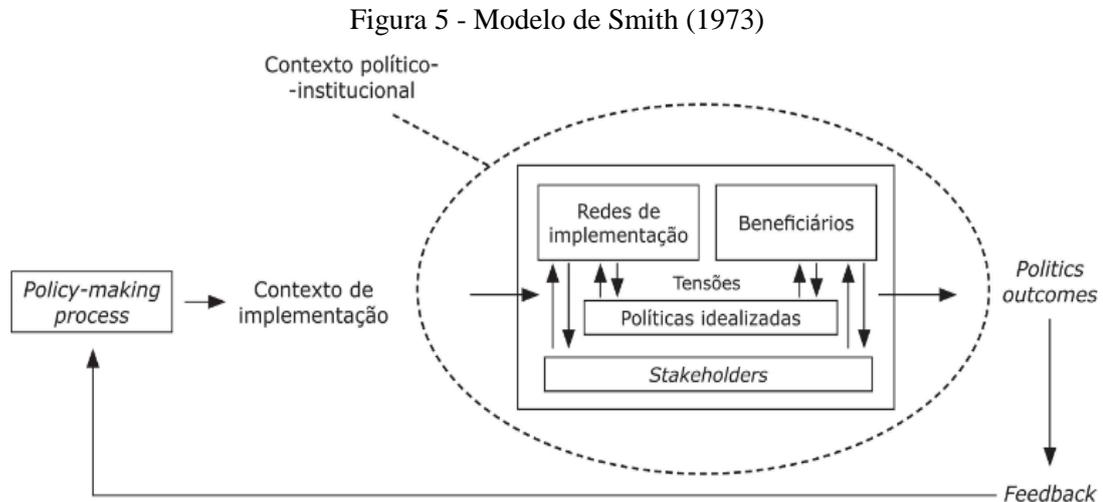
Figura 4 – Modelo dos impactos diretos e indiretos na implementação de Edwards III



Fonte: Adaptada de Najam (1995)

Um dos primeiros modelos detalhados, e ainda extremamente robustos, sobre implementação de política foi sugerido por Thomas B. Smith (1973). Vale destacar que, embora apresentado antes de o termo tornar-se popular, pode muito bem ser chamado de um dos primeiros modelos ascendentes de implementação. Smith visualiza o processo de implementação na interação entre quatro componentes: a) a política idealizada e os padrões de interações que a política deseja induzir; b) o grupo-alvo, que é chamado para mudar seu

comportamento; c) a estrutura das organizações implementadoras: força, liderança e capacidade; e d) fatores ambientais (Figura 5).



Fonte: Adaptada de Najam (1995)

Nessa linha, o modelo de Lipsky (1978) questionou fundamentalmente a suposição de que a maior influência na implementação das políticas era exercida por aqueles que a formulam e estão no topo da hierarquia. Segundo ele, a política era efetivamente feita pelos trabalhadores da linha de frente, denominados de burocratas de rua, que interagem diretamente com os cidadãos e que têm poder discricionário na execução do seu trabalho.

Recentemente, Wu, Ramesh e Howlett (2015) apresentaram uma estrutura conceitual para analisar e medir as competências e capacidades importantes para elaboração e implementação de políticas públicas. Para eles, as competências são categorizadas em três tipos gerais de habilidades essenciais para o sucesso da política - analítica, operacional e política; enquanto as capacidades das políticas são avaliadas nos níveis individual, organizacional e de recursos do sistema. Esta definição, que compreende três conjuntos de habilidades e competências e três níveis de recursos e capacidades, torna-se suficientemente ampla para abranger todos os aspectos da capacidade política, permitindo a operacionalização do conceito e sua tradução na prática. A estrutura pode ser melhor visualizada no Quadro 1 a seguir.

Quadro 1 - Capacidade política: habilidades e recursos

Níveis de recursos e capacidades	Competências e habilidades		
	Analítica	Operacional	Política
Individual	Capacidade analítica individual	Capacidade operacional individual	Capacidade política individual
Organizacional	Capacidade analítica organizacional	Capacidade operacional organizacional	Capacidade política organizacional
Sistêmico	Capacidade analítica sistêmica	Capacidade operacional sistêmica	Capacidade política sistêmica

Fonte: Adaptado de Wu, Ramesh e Howlett (2015)

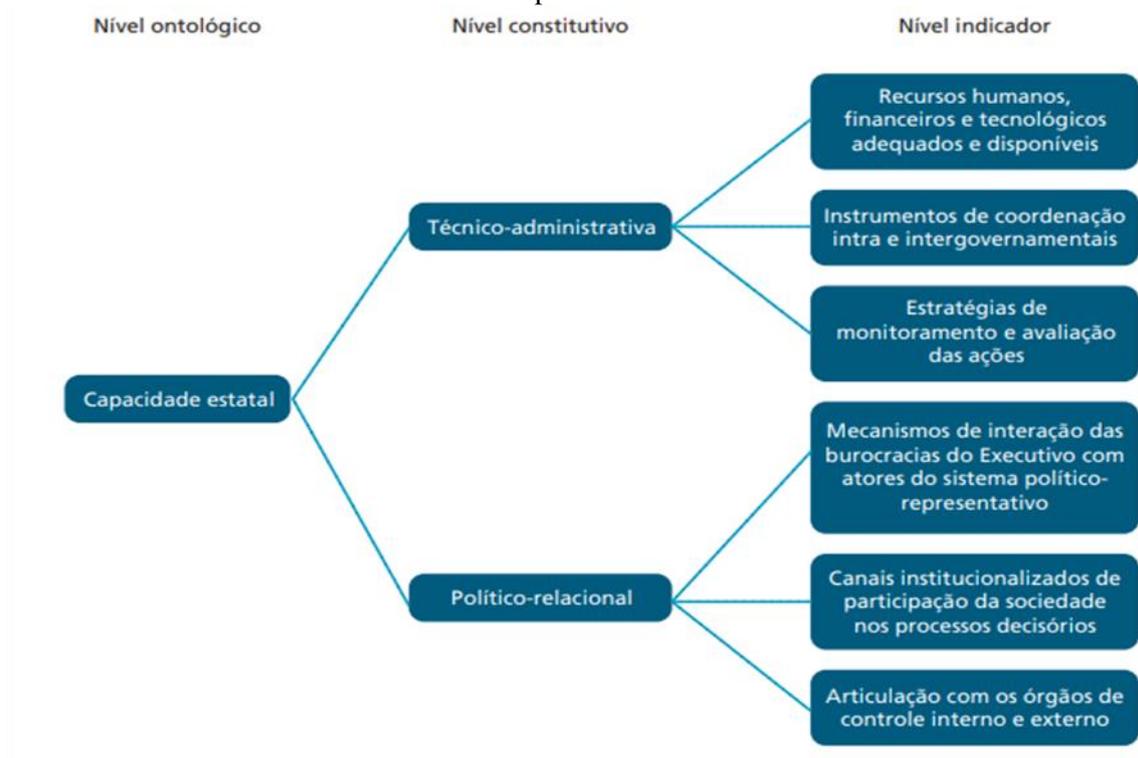
Ainda que as definições existentes sobre capacidade política tendam a se concentrar no nível macro (todo o governo ou país), as habilidades e competências exibidas por atores individuais e instituições desempenham papéis decisivos no desempenho de funções-chave nos processos da implementação da política (WU; RAMESH; HOWLETT, 2015).

Para Fukuyama (2013), não se pode medir o que não se pode conceituar adequadamente. Mesmo utilizando uma denominação diferente da utilizada por Wu, Ramesh e Howlett, buscando mensurar a qualidade do Poder Executivo e do seu aparato administrativo, ele estabelece que a governança possui duas dimensões distintas: capacidade e autonomia. Capacidade, em particular, consiste em recursos e no grau de profissionalização dos funcionários da burocracia.

Neste contexto, para Gomide, Pereira e Machado (2018), as definições de capacidade estatal dizem respeito ao poder de ação do Estado e da produção de políticas públicas pelas burocracias. Embora com novas categorias e variedade de denominações³, visando facilitar o entendimento do conceito, os autores propõem fazer uso da noção de “semelhança familiar” relacionada ao compartilhamento de atributos de nível constitutivo, tornando-os signatários de uma mesma linguagem conceitual, conforme ilustrado na Figura 6. No nível constitutivo, busca-se identificar as “capacidades para quê?”, ou seja, o propósito do conceito; no nível indicativo, busca-se anexar indicadores ao nível constitutivo, vinculando-o a variáveis mensuráveis.

³ Exemplares desta profusão conceitual: governing capacity de Painter e Pierre (2005); governança de Fukuyama (2013); e, policy capacity de Wu, Ramesh e Howlett (2015) (GOMIDE; PEREIRA; MACHADO, 2018).

Figura 6 - Nível básico (ontológico), secundário (constitutivo) e indicativo (realista) do conceito de capacidade estatal



Fonte: Gomide, Pereira e Machado (2018)

Portanto, há diversos posicionamentos a respeito da definição e/ou conceituação do termo capacidade. No mundo acadêmico, ainda não há definição única e universal aceita para o termo e isto depende de qual linha o autor da pesquisa trabalha. O que as definições têm em comum é o reconhecimento de que não basta apenas burocratas em determinados cargos e/ou funções, mas que estes sejam dotados de habilidades e competências para formular e implementar políticas públicas (SILVA; ALMEIDA, 2020).

Como entender melhor por que a implementação de uma política pública falha e quais são as capacidades críticas necessárias para o seu sucesso. Buscando suprir essa lacuna na literatura de políticas públicas, Ramesh, Howlett e Saguin (2016) desenvolveram um instrumento para realizar a medição sistemática e abrangente do conjunto de habilidades e recursos necessários para que os atores políticos desempenhem suas várias funções e tarefas relacionadas à política pública em que trabalham. Esta definição é operacionalizada usando diferentes construções relacionadas às três dimensões da capacidade política: analítica (avaliar e fazer escolhas informadas), gerencial (implementar as decisões) e política (interagir com outros atores políticos) (RAMESH; HOWLETT; SAGUIN, 2016).

Cada ator pode estar envolvido em apenas um aspecto ou fase do processo da política pública. Nesse contexto, pode-se saber o que esperar que ele execute ao longo do ciclo da

política. Por exemplo, na fase de implementação da política, espera-se que ele tenha as seguintes competências e habilidades: analítica (desenvolver um esquema para monitorar a implementação; preparar relatórios sobre padrões e tendências de dados de monitoramento); gerencial (planejar e executar; mobilizar recursos humanos e financeiros; manter a comunicação dentro da unidade de trabalho; coordenar a colaboração interna); e política (manter a comunicação com o meio externo; coordenar a colaboração com outras organizações) (RAMESH; HOWLETT; SAGUIN, 2016).

A probabilidade de sucesso de uma organização depende criticamente da capacidade analítica de seus funcionários no diagnóstico de problemas e no desenvolvimento de estratégias adequadas para resolvê-los; da capacidade gerencial com a presença de funcionários com habilidades em gestão de recursos humanos, financeiros e de infraestrutura; e da capacidade política de um líder, para obter melhor desempenho da equipe e níveis mais elevados de desempenho (RAMESH; HOWLETT; SAGUIN, 2016).

3 MARCOS LEGAIS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A SUSTENTABILIDADE

3.1 PANORAMA LEGAL DA SUSTENTABILIDADE NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA

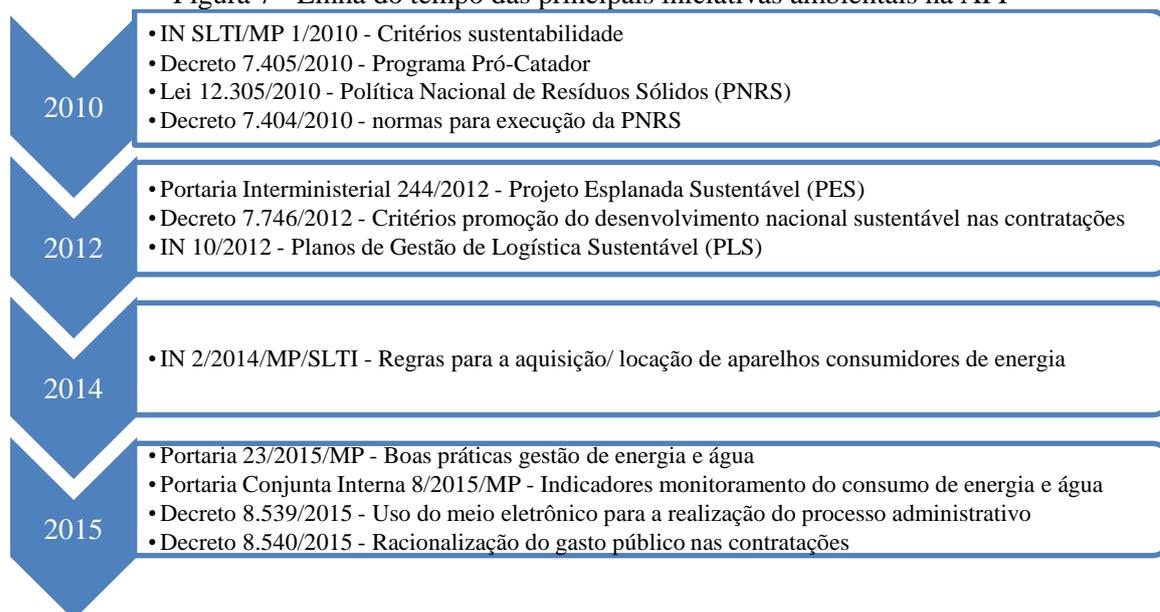
A formulação e a implementação de políticas ambientais dependem de uma cadeia de agentes sociais (o Estado e os agentes públicos, a academia e os cientistas, os setores econômicos, os meios de comunicação, a sociedade civil organizada e a população em geral), portanto, os possíveis conflitos que podem surgir entre eles prejudicam tanto a eficácia quanto o alcance das políticas públicas, com o consequente desperdício de tempo, recursos humanos e financeiros (SIQUEIRA, 2008).

O sucesso da implementação depende das interações complexas entre a política e seu ambiente institucional. A *Macroimplementação* é onde o governo federal central deve executar sua política para influenciar as organizações locais, enquanto a *Microimplementação* é quando, em resposta às ações acima, as organizações locais devem conceber e realizar suas próprias políticas (NAJAM, 1995).

As leis, decretos e normativas que regem as questões sobre a promoção da sustentabilidade na APF brasileira, em nível macro, progrediram muito na última década, levando vários órgãos a adotarem, em nível micro, políticas e programas de gestão ambiental. O arcabouço institucional voltado à política ambiental brasileira foi sendo estruturado gradativamente, tendo a Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA) como o principal instrumento para estruturar o conjunto de instituições, nas três esferas de governo, passando a se organizar sob a forma de um Sistema Nacional de Meio Ambiente (MOURA, 2016).

Em ordem cronológica, busca-se traçar um panorama legal destas políticas, com o objetivo de descrever a inserção das principais iniciativas sobre a questão da sustentabilidade ambiental na APF, correspondente aos últimos 10 anos (Figura 7). Em tais normativas, encontram-se as principais ações que os órgãos devem promover e realizar no desempenho de suas atividades em prol da sustentabilidade.

Figura 7 - Linha do tempo das principais iniciativas ambientais na APF



Fonte: Elaborada pelo autor (2020)

Conforme a linha do tempo apresentada, o primeiro passo dado nessa direção foi a publicação da IN nº 1/2010, proposta pela Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação/Ministério Público (SLTI/MP), que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras pela administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

Segundo Biderman *et al.* (2006), antes de iniciar qualquer tipo de aquisição, é preciso realizar as perguntas certas sobre quais produtos ou serviços causam menos impacto sobre o meio ambiente, os que trazem menor consumo de matéria-prima e energia, bem como os que podem ser reutilizados ou reciclados após o descarte. Essas são questões indispensáveis quando se considera a escala das compras governamentais e o efeito cascata que uma licitação produz sobre os fornecedores, multiplicando investimentos na direção da sustentabilidade.

A IN SLTI/MP 1/2010 regulamentou o artigo 3º da Lei 8.666/1993, em que era exigido que as especificações para a aquisição de bens, contratação de serviços e obras, por parte dos órgãos e entidades da APF direta, autárquica e fundacional, deveriam conter critérios de sustentabilidade ambiental. Dessa forma, foram regulamentados critérios sustentáveis para obras públicas, aquisição de bens e serviços. Segue um resumo dessas exigências, conforme o estabelecido na IN SLTI/MP 1/2010 (Quadro 2).

Quadro 2 - Critérios sustentáveis (Art. II e III da IN SLTI/MP 1/2010)

Cap.	Foco	Exigências
II	Obras	<p>I - uso de equipamentos de climatização mecânica, ou de novas tecnologias de resfriamento do ar, que utilizem energia elétrica, apenas nos ambientes aonde for indispensável;</p> <p>II - automação da iluminação do prédio, projeto de iluminação, interruptores, iluminação ambiental, iluminação tarefa, uso de sensores de presença;</p> <p>III - uso exclusivo de lâmpadas fluorescentes compactas ou tubulares de alto rendimento e de luminárias eficientes;</p> <p>IV - uso de energia solar ou outra energia limpa para aquecimento de água;</p> <p>V - uso de sistema de medição individualizado de consumo de água e energia;</p> <p>VI - sistema de reuso de água e de tratamento de efluentes gerados; e,</p> <p>VI - aproveitamento da água da chuva, agregando ao sistema hidráulico elementos que possibilitem a captação, transporte, armazenamento e seu aproveitamento.</p>
III	Bens	<p>I - que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) as Normas Brasileiras NBR – 15448-1 e 15448-2;</p> <p>II - que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (INMETRO) como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;</p> <p>III - que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento; e,</p> <p>IV - que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada.</p>
III	Serviços	<p>I - que obedecem às classificações e especificações determinadas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA);</p> <p>II - adote medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto nº 48.138, de 8 de outubro de 2003;</p> <p>III - observe a Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;</p> <p>IV - forneça aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;</p> <p>V - realize um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes.</p>

Fonte: Elaborado pelo autor (2020), adaptado da IN SLTI/MP 1/2010

Costa (2012) analisou diversas afirmações acerca das licitações sustentáveis, nos relatórios de gestão apresentados por diversas Secretarias e Ministérios, sobre a aquisição de bens e/ou produtos reciclados. Foi observado que não parece ser uma prioridade a compra de produtos com tais características, tendo em vista que mais de 50% dos órgãos analisados não observam tal aspecto.

Acerca da efetividade das Compras Sustentáveis, Alencastro, Silva e Lopes (2014) observaram que, apesar do aumento no percentual de aquisições sustentáveis desde o início da vigência da IN nº 1/2010, o estudo revelou que mais da metade dos órgãos do Poder

Executivo Federal tem participação inexpressiva nesse processo. Costa (2012) destaca que são incipientes as ações efetivas para colocar em prática a cultura de sustentabilidade na Administração Pública e sugere a implantação de uma política pública efetiva, capaz de incorporar as medidas de uso racional e de eficiência. Para ele, a inserção de critérios de sustentabilidade nas licitações depende de uma mudança de cultura dos gestores e dos órgãos.

No mesmo ano foi publicado o Decreto 7.405/2010, que instituiu o Programa Pró-Catador, com a finalidade de integrar e articular as ações do Governo Federal voltadas ao apoio e ao fomento à organização produtiva dos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis, à melhoria das condições de trabalho, à ampliação das oportunidades de inclusão social e econômica e à expansão da coleta seletiva de resíduos sólidos, da reutilização e da reciclagem, por meio da atuação desse segmento.

O Programa Pró-Catador pode ser realizado em cooperação com órgãos ou entidades da administração pública federal que a ele aderirem, cabendo-lhes promover e acompanhar o desenvolvimento de estudos e pesquisas para subsidiar a implantação da coleta seletiva local e regional e outras ações de inclusão social e econômica dos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis (§ 2º, art. 3, do Decreto 7.405/2010).

Em consonância com o Programa Pró-Catador, foi publicada a Lei 12.305/2010, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS). A PNRS dispõe sobre os princípios, objetivos, instrumentos e as diretrizes relativas à gestão integrada e ao gerenciamento de resíduos sólidos. Acre *et al.* (2018) mostraram que a quantidade de resíduos sólidos recicláveis gerados em uma IES é significativa, o que justifica a existência de um programa de gerenciamento de resíduos, composto por ações, tais como adequada sinalização dos coletores, conscientização dos alunos e treinamento dos funcionários, para que o acondicionamento e descarte sejam realizados de maneira mais eficiente etc.

A PNRS busca esclarecer e definir o que é o ciclo de vida de um produto, a coleta seletiva, a destinação e disposição final ambientalmente adequada de resíduos, a logística reversa, os padrões sustentáveis de produção e consumo, a reciclagem e a reutilização, tendo em vista os seguintes objetivos:

- I - não geração, redução, reutilização, reciclagem e tratamento dos resíduos sólidos, bem como a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos;
- II - estímulo à adoção de padrões sustentáveis de produção e consumo de bens e serviços;
- III - incentivo à indústria da reciclagem, tendo em vista fomentar o uso de matérias-primas e insumos derivados de materiais recicláveis e reciclados;
- IV - prioridade, nas aquisições e contratações governamentais, para: a) produtos reciclados e recicláveis; e, b) bens, serviços e obras que considerem

critérios compatíveis com padrões de consumo social e ambientalmente sustentáveis (PNRS, 2010, Art. 7).

Lima e Firkowski (2019) apresentaram um panorama das universidades brasileiras em relação ao gerenciamento dos resíduos sólidos, demonstrando as experiências e as rotas desenvolvidas por estas instituições. Para elas, é necessário prosseguir incentivando a redução e a reciclagem, seguido do diagnóstico dos resíduos gerados, o tipo, a quantidade, as fontes geradoras, o ponto de escoamento do material, a capacidade dos depósitos, a periodicidade, o pessoal envolvido e o suporte de veículos para transportar o material recolhido, em consonância com a PNRS.

Dois anos mais tarde, o gabinete do então Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) publicou a Portaria Interministerial 244/2012, instituindo o Projeto Esplanada Sustentável (PES), cuja finalidade seria integrar as ações que visam à melhoria da eficiência no uso racional dos recursos públicos e à inserção da variável socioambiental no ambiente de trabalho.

O PES tem como objetivos (art. 1, § 2º): (1) promover a sustentabilidade ambiental, econômica e social na APF; (2) melhorar a qualidade do gasto público pela eliminação do desperdício; (3) incentivar a implementação de ações de eficiência energética nas edificações públicas; (4) estimular ações para o consumo racional dos recursos naturais e bens públicos; (5) garantir a gestão integrada de resíduos pós-consumo, inclusive a destinação ambientalmente correta; (6) melhorar a qualidade de vida no ambiente do trabalho; e (7) reconhecer e premiar as melhores práticas de eficiência na utilização dos recursos públicos, nas dimensões de economicidade e socioambientais.

O Decreto 7.746/2012 foi mais um instrumento que veio a regulamentar o art. 3º da Lei nº 8.666/1993. Ele considera a influência do Poder Público na atividade econômica nacional, especialmente por meio das contratações necessárias para o bom desenvolvimento de suas atividades e prestação de serviços ao público. Biderman *et al.* (2006) destacam que as compras governamentais – que no Brasil movimentam recursos estimados em 10% do Produto Interno Bruto (PIB) – mobilizam setores importantes da economia que se ajustam às demandas previstas nos editais de licitação; portanto, pequenos ajustes nas licitações podem determinar grandes mudanças na direção da ecoeficiência, com o uso racional e sustentável dos recursos.

Percebe-se que estas exigências incentivam as empresas a adotarem práticas de sustentabilidade ambiental e de responsabilidade social e, por outro lado, garantem que os produtos sejam produzidos de maneira ambientalmente responsável. Assim, por meio do

Decreto 7.746/2012⁴, buscou-se estabelecer critérios e práticas para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável, como:

- I - baixo impacto sobre recursos naturais;
- II - preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;
- III - maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;
- IV - maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;
- V - maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra;
- VI - uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais;
- VII - origem sustentável dos recursos naturais utilizados nos bens, nos serviços e nas obras; e,
- VIII - utilização de produtos florestais madeireiros e não madeireiros originários de manejo florestal sustentável ou de reflorestamento (BRASIL, 2012, Art. 4).

Nesse diapasão, a SLTI/MP publicou a IN nº 10/2012, que estabeleceu as regras para elaboração dos PLS, de que trata o Art. 16 do Decreto nº 7.746/2012. Essa normativa aborda principalmente questões sobre logística sustentável, critérios e práticas de sustentabilidade, racionalização, coleta seletiva e solidária, resíduos recicláveis, material de consumo e permanente e compras compartilhadas.

Os PLS são ferramentas de planejamento que têm objetivos e responsabilidades definidas, ações, metas, prazos de execução e mecanismos de monitoramento e avaliação, os quais permitem ao órgão estabelecer práticas de sustentabilidade e racionalização de gastos e processos na APF (Art. 3 da IN 10/2012).

As práticas de sustentabilidade e racionalização do uso de materiais e serviços deverão abranger, no mínimo, os seguintes temas (Art. 8º da IN 10/2012): (1) material de consumo, compreendendo, pelo menos, papel para impressão, copos descartáveis e cartuchos para impressão; (2) energia elétrica; (3) água e esgoto; (4) coleta seletiva; (5) qualidade de vida no ambiente de trabalho; (6) compras e contratações sustentáveis, compreendendo, pelo menos, obras, equipamentos, serviços de vigilância, de limpeza, de telefonia, de processamento de dados, de apoio administrativo e de manutenção predial; e (7) deslocamento de pessoal, considerando todos os meios de transporte, com foco na redução de gastos e de emissões de substâncias poluentes.

Como boa prática na elaboração dos PLS, devem-se observar as seguintes iniciativas (Art. 11 da IN 10/2012): (1) Programa de Eficiência do Gasto Público (PEG); (2) Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (Procel); (3) Agenda Ambiental na

⁴ Decreto que “Regulamenta o art. 3º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para estabelecer critérios e práticas para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela administração pública federal direta, autárquica e fundacional e pelas empresas estatais dependentes, e institui a Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública - CISAP” (BRASIL, 2012).

Administração Pública (A3P); (4) Coleta Seletiva Solidária; (5) PES; e (6) Contratações Públicas Sustentáveis (CPS).

Ao final de cada ano, para cada instituição, deverá ser elaborado relatório de acompanhamento do PLS, de forma a evidenciar o desempenho de cada órgão ou entidade, contendo: (1) a consolidação dos resultados alcançados; e (2) a identificação das ações a serem desenvolvidas ou modificadas para o ano subsequente.

Mais adiante, a Instrução Normativa nº 2/2014/MP/SLTI dispôs sobre as regras para a aquisição ou locação de máquinas e aparelhos consumidores de energia pela administração pública federal e sobre o uso da Etiqueta Nacional de Conservação de Energia (ENCE) nos projetos e respectivas edificações novas ou que recebam *retrofit*⁵. Nas aquisições ou locações de máquinas e aparelhos consumidores de energia, regulamentados no âmbito do Programa Brasileiro de Etiquetagem (PBE), deverá ser exigido, nos instrumentos convocatórios, que os modelos dos bens fornecidos estejam classificados com classe de eficiência "A" vigente no período da aquisição (Art. 3º da IN 2/2014).

Os bens patrimoniais que se verificarem antieconômicos ou irrecuperáveis e forem substituídos pelas máquinas e aparelhos classificados com classe de eficiência "A" deverão ser inutilizados ou submetidos ao desfazimento com destinação ambientalmente adequada, aplicando-se o disposto nas normas específicas que regulamentam o assunto, de acordo com a natureza e o tipo do bem (Art. 4º da IN 2/2014).

Outra medida importante neste sentido foi a publicação da Portaria nº 23/2015/MP, que estabeleceu boas práticas de gestão e uso de energia elétrica e de água nos órgãos e entidades da administração pública federal, dispondo sobre o monitoramento de consumo de bens e serviços. Para tal finalidade, os órgãos devem considerar, de acordo com seu limite orçamentário e viabilidade técnica, o Guia para Eficiência Energética nas Edificações Públicas e o Manual Prático para Uso e Conservação da Água em Prédios Públicos, divulgados pelo Ministério de Minas e Energia (MME) e pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), respectivamente.

No mesmo ano, em consonância com a Portaria 23/2015/MP, publicou-se a Portaria Conjunta Interna nº 8/2015/MP, que estabeleceu os indicadores para o monitoramento do consumo de energia elétrica e de água nos órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

⁵ *Retrofit*: qualquer reforma que altere os sistemas de iluminação, condicionamento de ar ou a envoltória da edificação.

Drahein *et al.* (2017) analisaram as práticas de gestão de energia e água em três IES da Rede Federal no Brasil. Mesmo com resultados variados entre as três instituições, foram identificados pontos positivos na Universidade Tecnológica A, na qual se constatou a presença de estudos sobre demanda de energia elétrica e a iniciativa de instalação de um sistema de aquecimento solar para os vestiários feminino e masculino de um dos blocos do *campus*. A Universidade Tecnológica C apresentou ações como a substituição de lâmpadas fluorescentes por lâmpadas LED e aquisições de equipamentos com selo Procel.

Em relação ao aproveitamento da água de chuva, Nunes (2016) analisou um sistema piloto de uso de águas pluviais na Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), a partir da definição do potencial aproveitável de chuva, do monitoramento do consumo de água no prédio e da avaliação da qualidade dessa água no reservatório para fins não potáveis. Por meio do monitoramento do consumo de água, constatou-se que o sistema atende a 21% do total consumido no prédio.

Ainda em 2015, o Decreto nº 8.539 dispôs sobre o uso do meio eletrônico para a realização do processo administrativo no âmbito dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, tendo como objetivos assegurar a eficiência, a eficácia e a efetividade da ação governamental e promover a adequação entre meios, ações, impactos e resultados. Buscou promover também a economicidade, além de ampliar a sustentabilidade ambiental com o uso da tecnologia da informação e da comunicação.

E, para finalizar a linha do tempo, o Decreto 8.540/2015 estabeleceu, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, medidas de racionalização do gasto público nas contratações para aquisição de bens e prestação de serviços. Em relação aos contratos e às contas de energia elétrica, a administração pública deverá:

- I - analisar a adequação da demanda contratada e do enquadramento tarifário e proceder às alterações contratuais necessárias para reduzir as despesas com energia;
- II - manter controle permanente do consumo, da demanda contratada e da tarifação horo-sazonal, caso aplicável;
- III - analisar, nos casos de fornecimento em baixa tensão, a viabilidade de migração para a média tensão;
- IV - implementar ações com o objetivo de reduzir o consumo de energia, especialmente no horário de ponta definido pela respectiva distribuidora; e,
- V - reduzir o consumo de energia reativa para manter o fator de potência igual ou superior a noventa e dois centésimos (BRASIL, 2015, Art. 4).

No aspecto I, por exemplo, Silva (2014) constatou que a análise da melhor estrutura tarifária de demanda contratada, após um pedido de revisão contratual realizado pela

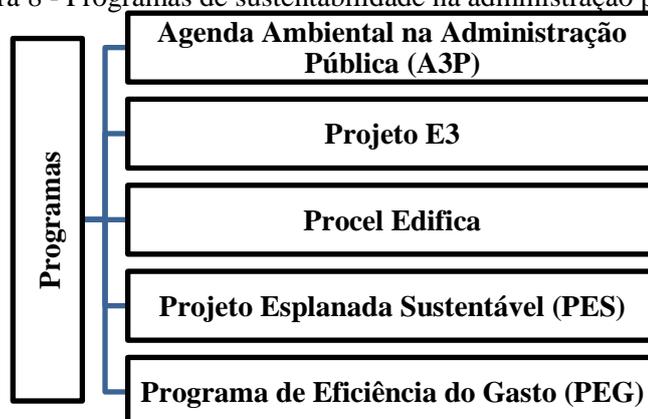
Universidade de São Paulo (USP), gerou como resultado uma redução de, em média, 30% do dispêndio decorrente.

Percebe-se que algumas diretrizes são comuns ou se complementam nas políticas públicas descritas. Tais leis, decretos e normativas são a base para a criação dos programas que serão detalhados na próxima seção e das políticas internas que devem ser implementadas pelos diversos órgãos da administração pública federal, visando à sustentabilidade ambiental em suas ações e prestação dos serviços.

3.2 PROGRAMAS E PROJETOS PARA A SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL EM ÂMBITO FEDERAL NO BRASIL

Diante das políticas descritas, diversos programas e projetos foram criados com o objetivo de facilitar a implementação da sustentabilidade nos órgãos da APF. Eles têm o objetivo de orientar os gestores a planejar, executar, acompanhar e a avaliar suas políticas sustentáveis. No âmbito federal cinco programas se destacam (Figura 8).

Figura 8 - Programas de sustentabilidade na administração pública



Fonte: Elaborada pelo autor (2020)

O primeiro deles, a A3P, programa criado em 1999 pelo MMA, objetiva estimular os órgãos públicos a implementarem boas práticas de sustentabilidade. A ideia é obter eficiência na realização das atividades e reduzir os gastos enquanto promovem a preservação do meio ambiente. Os órgãos públicos já adotavam procedimentos considerados sustentáveis, porém a A3P buscou agregar essas ações dispersas em um programa.

Dessa forma, a Portaria nº 3, de 27 de fevereiro de 2018, instituiu as diretrizes do programa A3P, indicando principalmente os seguintes objetivos, dentre outros: (1) apoiar os órgãos públicos na criação e implementação de ações de responsabilidade socioambiental; (2)

sensibilizar os servidores para a necessidade de preservação dos bens naturais; (3) estimular a construção de uma cultura institucional que agregue valores, atitudes e comportamentos consoantes com a responsabilidade socioambiental; (4) incentivar os órgãos públicos a adotarem medidas que visem à redução de impactos socioambientais negativos, decorrentes de suas atividades; (5) aumentar a eficiência da gestão, promovendo a economia de recursos naturais e de gastos institucionais; (6) estimular e apoiar ações de defesa do meio ambiente; (7) facilitar o acesso das instituições públicas ao Programa A3P; (8) capacitar e sensibilizar os gestores públicos quanto à responsabilidade socioambiental; (9) colaborar para a melhoria da qualidade de vida dos servidores; e (10) promover a produção e o consumo sustentáveis. O programa A3P possui seis eixos temáticos:

I - Uso racional dos recursos naturais e bens públicos: utilizar energia, água, madeira, papel, copos e materiais de expediente, entre outros, de forma racional, para que haja economia dos recursos financeiros, menor desperdício e menor impacto ambiental negativo;

II - Gestão adequada dos resíduos gerados: adotar a política dos 5R's: Repensar, Reduzir, Reutilizar, Reciclar e Recusar - e, com base na Lei nº 12.305/10, que estabelece a PNRS, implantar o gerenciamento de resíduos sólidos;

III - Qualidade de vida no ambiente de trabalho: criar meios para que todas as pessoas que circulam no ambiente se sintam bem e, conforme cada caso, adotar procedimentos e instalar equipamentos que contribuam para a melhor qualidade de vida;

IV - Sensibilização e capacitação dos servidores: criar e consolidar nos servidores a consciência cidadã quanto à responsabilidade socioambiental, com a adoção de práticas que promovam a sustentabilidade e o respeito à vida;

V - Contratações públicas sustentáveis: adquirir e contratar com critérios de sustentabilidade, e considerar a relação custo/benefício no médio e longo prazos, e não somente o critério de menor preço; e,

VI - Construções sustentáveis: construir e/ou reformar considerando critérios que atendam o conforto térmico e acústico, fazendo uso da luz solar, energia dos ventos e água da chuva, utilizar materiais e equipamentos que impliquem em maior economia de energia, entre outros, e produzam pouco ou nenhum impacto ambiental; garantir a acessibilidade às pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida⁶.

Na mesma perspectiva do eixo VI da A3P, no ano de 2005, sob a coordenação da Secretaria de Mudanças do Clima e Florestas do MMA, surge o Projeto 3E, com o objetivo inicial de influenciar e desenvolver o mercado de eficiência energética em edificações comerciais e públicas, visando contribuir com a economia de eletricidade⁷.

O Projeto 3E dialoga perfeitamente com o Procel, instituído pelos MME e pelo Ministério da Indústria e do Comércio (MIC), por meio da publicação da Portaria

⁶ Disponível em: < <http://a3p.mma.gov.br/eixos-tematicos/> >. Acesso em: 17/08/2019.

⁷ Disponível em: < <https://www.mma.gov.br/informma/item/11644-projeto3emais> >. Acesso em: 17/08/2019.

Interministerial Nº 1.877, de 30 de dezembro de 1985. O Procel tem a finalidade de integrar ações visando à conservação de energia elétrica no País, ou seja, racionalizar o seu uso e, como decorrência da maior eficiência, propiciar o mesmo produto ou serviço com menor consumo, eliminando desperdícios.

Outro importante programa foi criado com a publicação da Portaria Interministerial nº 244, de 06 de junho de 2012, emitida em conjunto pelo MPOG, MMA, MME e Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), que institui o PES. Sua finalidade é integrar ações que visam à melhoria da eficiência no uso racional dos recursos públicos e à inserção da variável socioambiental no ambiente de trabalho. O PES busca a integração de iniciativas como o PEG, o Procel, a A3P e a Coleta Seletiva Solidária

O PEG, coordenado pela Secretaria de Orçamento Federal/MP, visa melhorar a qualidade do gasto público por intermédio da eliminação do desperdício e da melhoria contínua da gestão dos processos, com a finalidade de otimizar a prestação de bens e serviços aos cidadãos. O PEG estimula a troca de experiências de gestão entre órgãos e entidades da administração pública, com o objetivo de consolidar essas ações em um Banco de Boas Práticas, com descrição minuciosa dos benefícios advindos da sua adoção e da facilidade de implementação⁸.

A Coletânea das Melhores Práticas de Gestão do Gasto Público, elaborada para catalogar, explicar e disponibilizar as melhores ações dos setores público e privado na área de gestão de gastos, é direcionada especialmente aos gestores de recursos públicos e propõe diversas medidas para aumentar a eficiência nos gastos administrativos em geral e despesas específicas (ex.: água e esgoto; combustíveis e automóveis; diárias e passagens; energia elétrica; material de expediente; resíduos sólidos; entre outras).

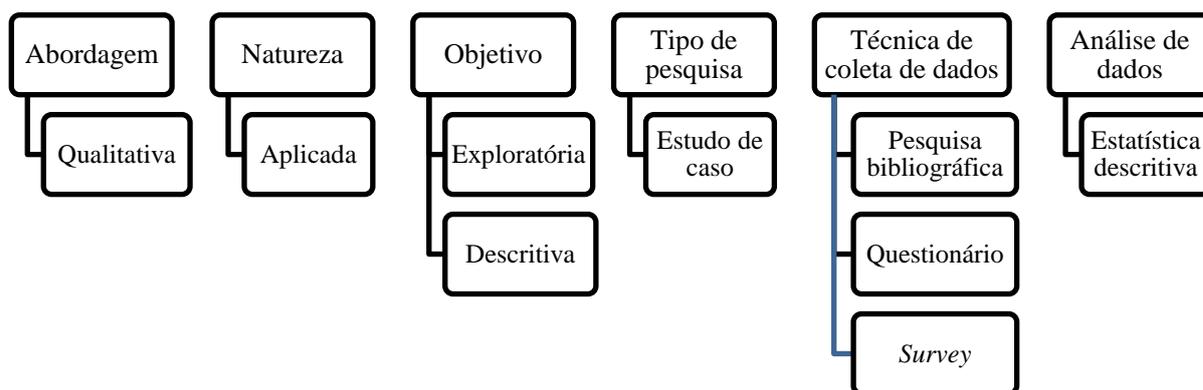
Para os gestores, é imprescindível conhecer as leis, os decretos e as normativas da seção anterior, bem como os programas e os projetos desenvolvidos pela Administração Pública Federal citados nesta seção. São diretrizes norteadoras que os órgãos devem seguir na elaboração e implementação de políticas ambientais e instrumentos de gestão em prol do meio ambiente.

⁸ Disponível em: <<http://www.planejamento.gov.br/assuntos/planeja/orcamento-federal/programas/programa-de-eficiencia-do-gasto/programa-de-eficiencia-do-gasto>>. Acesso em: 17/08/2019.

4 METODOLOGIA

Este capítulo apresenta os procedimentos metodológicos desta pesquisa, tais como a abordagem, a natureza, o objetivo, o tipo de pesquisa, as técnicas de coleta de dados, os sujeitos da pesquisa e a análise de dados, conforme a Figura 9.

Figura 9 - Delineamento da pesquisa



Fonte: Elaborada pelo autor (2020)

4.1 ASPECTOS GERAIS: abordagem, natureza, objetivos e tipo de pesquisa

Tendo em vista atingir o objetivo geral desta pesquisa, quanto à abordagem do problema, foi realizada uma pesquisa qualitativa, de natureza aplicada. Justifica-se essa escolha em função das cinco características apresentadas por Lüdke e Marli (1986), que configuram esse tipo de estudo, conforme o Quadro 3 ilustrado a seguir.

Quadro 3 - Características da pesquisa qualitativa

Nº	Característica	Justificativa
1º	A pesquisa qualitativa tem o ambiente natural como sua fonte direta de dados e o pesquisador como seu principal instrumento.	A pesquisa foi realizada no ambiente de trabalho do pesquisador tomando como fonte de dados as práticas de promoção da sustentabilidade implementadas no IFPE.
2º	Os dados coletados são predominantemente descritivos.	O material, obtido por meio de documentos oficiais e questionário, traz descrições de situações e acontecimentos que ocorrem no IFPE.
3º	A preocupação com o processo é muito maior do que com o produto.	A pesquisa busca mostrar como está ocorrendo o processo de implementação da política ambiental do IFPE.
4º	O “significado” que as pessoas dão às coisas e à sua vida são focos de atenção especial pelo pesquisador.	A pesquisa busca capturar as perspectivas dos Diretores de Administração e Planejamento (DAPs) do IFPE quanto às práticas implementadas e as dificuldades encontradas

Nº	Característica	Justificativa
		para implementar a política ambiental na instituição, bem como a percepção dos atores responsáveis pela promoção da sustentabilidade nos <i>campi</i> sobre suas capacidades políticas de implementação.
5º	A análise dos dados tende a seguir um processo indutivo.	A pesquisa parte das políticas públicas que promovem a sustentabilidade (contexto mais amplo) para entender a implementação de uma política ambiental em uma IES (contexto mais específico).

Fonte: Adaptado de Lüdke e Marli (1986)

Por ser um primeiro olhar sob o prisma da implementação de uma política ambiental no IFPE a partir da perspectiva dos seus responsáveis, quanto aos objetivos, trata-se de uma pesquisa exploratória/descritiva. Exploratória, pois proporcionará maior familiaridade com o problema. Descritiva, pois permitirá descrever as características de determinada população ou fenômeno (GIL, 2002).

Quanto ao tipo de pesquisa, trata-se de um estudo de caso único de um Instituto Federal de Educação. Para Yin (2015), a pesquisa de estudo de caso seria o método preferencial em situações nas quais o pesquisador tem pouco ou nenhum controle sobre eventos comportamentais e o foco do estudo é um fenômeno contemporâneo (o “caso”) em seu contexto no mundo real.

4.2 TÉCNICAS DE COLETA DE DADOS

Segundo Yin (2015), um princípio que deve ser seguido ao se realizar um estudo de caso é usar múltiplas fontes de evidências. Portanto, quatro fontes de dados foram utilizadas neste estudo. Quanto à utilização das técnicas de coleta de dados, o primeiro passo consistiu de um levantamento bibliográfico em livros, artigos, resumos científicos e sites acadêmicos na *web*, buscando conhecer as teorias sobre os ciclos de políticas públicas, suas fases de implementação e seus modelos de análise. Em seguida, também foram consultadas as leis, decretos e normativas vigentes, em nível macro, que regem a questão das políticas públicas voltadas à promoção da sustentabilidade ambiental junto aos órgãos da APF, e, por consequência, às IES públicas federais.

A partir da segunda fonte de dados utilizada, a consulta de documentos oficiais da instituição, foi possível conhecer a política ambiental do IFPE e os seus instrumentos de gestão. Foi possível identificar os seus princípios e objetivos, o apoio que recebeu da liderança do instituto e os atores qualificados que se envolveram na sua construção. Ademais,

foi possível também identificar a consonância da política ambiental com os dispositivos legais federais, além da relação dos seus instrumentos de gestão com os eixos temáticos propostos pelo Iasa do TCU.

Em seguida, considerando o levantamento das políticas públicas voltadas à promoção da sustentabilidade em âmbito federal (leis, decretos, normativas, programas e projetos), bem como na própria política ambiental adotada internamente pelo IFPE, foi elaborado e aplicado um questionário estruturado com os DAPs dos dezesseis *campi* da instituição, responsáveis pelo preenchimento dos Relatórios de Gestão, portanto, os atores com mais conhecimento sobre as ações que são implementadas por prestarem contas anualmente delas. O questionário oferece um panorama atual das práticas de sustentabilidade realizadas nos *campi*, com um leque mais completo de informações que os Relatórios de Gestão apresentados ao TCU. Também busca identificar se a implementação das práticas havia avançado após a instituição assumir o compromisso com a sustentabilidade nos anos seguintes à elaboração da sua Política Ambiental.

O questionário também foi elaborado tendo como referência as políticas públicas federais voltadas à promoção da sustentabilidade (leis, decretos, programas etc.), bem como na política ambiental do próprio IFPE. Por contemplar a maioria das normativas legais exigidas pela APF na promoção da sustentabilidade, baseou-se também no questionário criado pelo TCU para realizar o levantamento do Iasa. Para fins de organização, os resultados foram agrupados considerando os três eixos propostos no Modelo *Triple Bottom Line* (TBL) e as Práticas Sustentáveis na Administração Pública conforme (Quadro 4), elaborados por Venturini e Lopes (2015). Os dados foram analisados a partir de estatística descritiva, considerando medidas de tendência central e percentual.

Quadro 4 - Estrutura do questionário

SEÇÕES	EIXOS TBL	QUESTÕES
1 - Aspectos gerais	Não se aplica	01 a 10
2 - PLS	Econômico	11 a 16
3 – Aquisições e Contratações Sustentáveis	Ambiental	17 a 20
4 – Programa de Eficiência Energética	Econômico	21 a 24
5 – Programa de Conservação e Reuso da Água	Econômico	25 a 28
6 – Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos	Ambiental	29 a 31
7 – Programa de Educação Ambiental	Social	32 a 36
8 – Estabelecimento de Parcerias Institucionais	Social	37 a 39
9 – Boas Práticas e Dificuldades Diversas.	Não se aplica	40 a 42

Fonte: Elaborado pelo autor (2020)

Os resultados permitiram levantar e identificar quais práticas de sustentabilidade o IFPE realizou até aquele momento, revelando se a instituição está implementando sua política ambiental e seus instrumentos de gestão, bem como cumprindo a legislação em vigor. Levando-se em consideração o curto período da aprovação da política ambiental do IFPE em relação à presente pesquisa (2017-2020), é factível a análise da implementação neste estágio, principalmente para corrigir rumos. Portanto, é possível realizar um panorama do avanço do tema na instituição, com o objetivo de promover ajustes no seu planejamento estratégico para o alcance de melhores resultados. O questionário permitiu ampliar o levantamento inicial e identificar os atores-chave que são responsáveis diretamente pela questão da promoção da sustentabilidade na instituição. São os presidentes/coordenadores das comissões de sustentabilidade de cinco *campi* que afirmaram possuí-las em sua estrutura organizacional no questionário aplicado, atores a quem são atribuídos a função de estruturar, à luz das diretrizes legais e institucionais, notadamente da política ambiental do IFPE, os planos, programas e ações voltados à gestão da sustentabilidade.

A quarta fonte de dados se baseou nos resultados de um *survey* respondido em outubro de 2020 por cinco servidores públicos federais responsáveis pelas Comissões/Departamentos de sustentabilidade do IFPE. Nesse levantamento, analisou-se a percepção dos servidores quanto às suas capacidades políticas na realização do trabalho de implementar as políticas públicas, mais especialmente a política ambiental da instituição. Ademais, foi possível descrever e entender, dentre outras questões relacionadas às suas habilidades e recursos, o conjunto de funções desempenhadas por esses atores, as interações realizadas, os conhecimentos, habilidades e informações que norteiam seu trabalho na política ambiental, além de algumas condições organizacionais para produção de políticas públicas. Esse conjunto de dados foi analisado a partir de estatística descritiva, considerando medidas de tendência central e percentual, tendo como unidade de análise os *campi* do IFPE. A estrutura do *survey* é ilustrada no Quadro 5 a seguir.

Quadro 5 - Estrutura do *survey* com servidores do IFPE

TÓPICOS	DIMENSÕES
1 – Perfil demográfico e sobre seu trabalho	Analítica; Gerencial e Política
2 – Sobre seu treinamento e educação	
3 – Autoavaliação de habilidades e recursos	
4 – Barreiras para a eficácia no trabalho	

Fonte: Elaborado pelo autor (2020)

4.3 CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO OBJETO DE ESTUDO

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE), vinculado ao Ministério da Educação, é uma instituição criada nos termos da Lei nº. 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Possui natureza jurídica de autarquia, sendo detentora de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar.

Trata-se de uma Instituição de Educação Superior, básica e profissional, pluricurricular, *multicampi* e descentralizada, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, sendo formada pelas seguintes unidades/*campi*: Abreu e Lima, Afogados da Ingazeira, Barreiros, Belo Jardim, Cabo de Santo Agostinho, Caruaru, Garanhuns, Igarassu, Ipojuca, Jaboatão dos Guararapes, Olinda, Palmares, Paulista, Pesqueira, Recife e Vitória de Santo Antão. Na Figura 10 tem-se o mapa dos *campi* e polos do IFPE espalhados pelo estado de Pernambuco.

Figura 10 - Mapa dos *campi* e polos do IFPE⁹



Com exceção da Reitoria, a instituição possui dezesseis unidades/*campi* espalhadas por diversas regiões do estado de Pernambuco. Dados da Plataforma Nilo Peçanha, do ano de 2019, indicam que o IFPE possui 283 cursos e pouco mais de 27.000 mil alunos matriculados. Ademais, possui um total de 1.277 professores e 1.014 técnico-administrativos, que formam o corpo de servidores da instituição¹⁰.

Segundo o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2014-2018, o IFPE tem como missão promover a educação profissional, científica e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, com base no princípio da indissociabilidade das ações de ensino,

⁹ Disponível em: <<https://portal.ifpe.edu.br/o-ifpe/institucional>>. Acesso em: 13/03/2020.

¹⁰ Disponível em: <<http://plataformanilopecanha.mec.gov.br/2019.html>>. Acesso em: 13/03/2020.

pesquisa e extensão, comprometida com uma prática cidadã e inclusiva, de modo a contribuir para a formação integral do ser humano e o desenvolvimento sustentável da sociedade. Para isso, tem como visão ser uma instituição de referência nacional em formação profissional que promove educação, ciência e tecnologia de forma sustentável e sempre em benefício da sociedade.

Atua principalmente no campo do ensino, abrindo espaço para o diálogo e a articulação entre os seus vários níveis e modalidades de ensino, desde a educação básica à superior. No campo da pesquisa, mais especificamente a aplicada, esta deve se dar em sintonia com as demandas do desenvolvimento local, regional e nacional, de modo a atender aos interesses da sociedade. No campo da extensão, deve ser uma atividade acadêmica articulada ao ensino e à pesquisa, que visa atender às demandas sociais existentes, buscando intercâmbio e parcerias nas diversas áreas temáticas que atualmente constituem como prioridades estratégicas nacionais, regionais e locais (PDI 2014-2018).

Dentro da estrutura organizacional dos *campi* do IFPE, como atividade de apoio, encontra-se a Diretoria de Administração e Planejamento, órgão responsável por planejar e supervisionar as atividades e políticas de administração, planejamento, infraestrutura, gestão orçamentária, financeira, contábil e patrimonial no âmbito do *Campus*, além da administração de materiais, bens móveis e imóveis, compras, licitações, contratos e serviços gerais.

Dentre outras atividades, os DAPs são responsáveis por formular políticas na área de gestão, implementar medidas e estudos com vistas a aprimorar os métodos e técnicas de trabalho, bem como coordenar e elaborar o Relatório Anual de Gestão, responsabilizando-se pelas informações prestadas, planejar as aquisições de materiais e serviços e propor a adoção de medidas com vistas a racionalizar recursos e melhorar a eficiência, inclusive na promoção de práticas sustentáveis.

Cada *campus* do IFPE ficou encarregado de definir o responsável pela gestão ambiental em nível local, bem como implantar e operacionalizar a Política Ambiental (Resolução IFPE nº 41/2017, Art. 7, Inciso V). Os *campi* que até o momento criaram suas comissões/departamentos foram: Belo Jardim; Cabo de Santo Agostinho, Igarassu, Palmares e Paulista.

4.4 SOBRE O INSTRUMENTO DE *SURVEY* E O MODELO ANALÍTICO UTILIZADO

Esta seção dedica-se a mostrar o modelo analítico utilizado neste trabalho, bem como a escolha pelo instrumento utilizado para levantar os dados finais da pesquisa. O modelo

analítico utilizado nesta pesquisa fundamenta-se nas teorias sobre as capacidades políticas discutidas nos trabalhos de Wu, Howlett e Ramesh (2015).

Notadamente, capacidades políticas são definidas como o conjunto de habilidades e recursos necessários para executar as funções da política pública. Esse modelo reconhece três dimensões das capacidades (analítica, gerencial e política), observáveis em três níveis (individual, organizacional e sistêmico) (WU; HOWLETT; RAMESH, 2015).

Diante disso, Ramesh, Howlett e Saguin (2015) apresentaram um *survey* que possibilita mensurar as dimensões analítica, gerencial e política no nível individual, ou seja, no nível dos atores responsáveis pelas diversas fases da política pública (agenda, decisão, implementação e avaliação). Se adaptado adequadamente, esse instrumento permite captar suficientemente bem a capacidade política dos atores que trabalham em diferentes níveis e instâncias de governo. Com base nos autores acima, esta pesquisa entende que o sucesso na implementação de uma política pública depende imensamente da interação entre as habilidades analítica, gerencial e política dos atores, no nível individual, levando-se em consideração o estágio ou ciclo da política em que o ator está envolvido, no presente caso, na fase da implementação, exemplificada e detalhada no Quadro 6 a seguir.

Quadro 6 - Dimensões da capacidade política no nível individual

	DIMENSÕES		
	Analítica	Gerencial	Política
Nível: Individual	Conhecimento dos conteúdos técnicos e científicos específicos das políticas públicas e dos conhecimentos e habilidades relacionados à produção e análise de dados para subsidiar o processo decisório da política pública	Conhecimentos e habilidades voltados ao gerenciamento dos recursos necessários para o funcionamento do aparato estatal, tais como recursos financeiros, tecnológicos, logísticos, humanos etc.	Capacidade de interagir com outros atores externos.
Ciclo de política pública: implementação	<ul style="list-style-type: none"> - Desenvolver um esquema para monitorar a implementação; - Preparar relatórios sobre padrões e tendências de monitoramento de dados. 	<ul style="list-style-type: none"> - Planejar e organizar; - Mobilizar recursos financeiros e de pessoal; - Manter a comunicação dentro da unidade de trabalho; - Resolver gargalos operacionais; - Coordenar a colaboração interna. 	<ul style="list-style-type: none"> - Manter a comunicação com o ambiente externo; - Coordenar a colaboração com outras organizações.

Fonte: Adaptado de Ramesh, Howlett e Saguin (2015)

Para a implementação de uma política pública (macro), bem como de uma política ambiental em um contexto organizacional (micro), a literatura sobre capacidade política, no

nível individual, oferece um entendimento inicial sobre quais critérios estão influenciando na eficiência e eficácia dos resultados. Levando em consideração esses critérios e vários instrumentos existentes que medem as diferentes dimensões de capacidade política, o instrumento de *survey* desenvolvido por Ramesh, Howlett e Saguin (2015) segue uma abordagem baseada em recursos, dividida em seis módulos: i) Sobre seu trabalho; ii) Sobre seu treinamento e educação; iii) Autoavaliação de habilidades e recursos; (iv) Avaliação de procedimentos e recursos organizacionais; v) Avaliação do ambiente externo; e vi) Barreiras à eficácia no trabalho. Na presente pesquisa, o instrumento foi adaptado ao contexto da política ambiental do IFPE.

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

5.1 POLÍTICA AMBIENTAL DO IFPE E SEUS INSTRUMENTOS DE GESTÃO

As políticas de promoção da sustentabilidade e seus programas decorrentes, demandaram grandes desafios e compromissos para as IES brasileiras na implementação de políticas ambientais. Incorporar a característica “sustentável” ao desenvolvimento é um esforço conjunto entre setor público e privado. As políticas públicas são uma das ferramentas utilizadas com esse propósito e, independentemente de qual for a dimensão de sua aplicação, elas estarão impactando no processo de desenvolvimento, de forma a contribuir para sua sustentabilidade (SILVA; LIMA, 2010).

Tauchen e Brandli (2006) apresentam uma proposta de procedimentos para implantar um modelo de gestão ambiental para IES. Para eles, as etapas somente podem ser concebidas conforme um programa que oriente a melhoria do desempenho ambiental da organização, prevendo os seguintes passos: (1) política ambiental; (2) planejamento; (3) implementação e operacionalização; (4) verificação e ação corretiva; e (6) uma revisão permanente como modelo de gestão para IES. Tais passos utilizam lógica parecida com os ciclos de políticas públicas.

A aplicação de ferramentas de gestão ambiental em IES torna-se imperativa em função do papel que elas desempenham na formação da sociedade e, diante disso, surge a importância de se implantar uma política ambiental apropriada, comprometida em atender os requisitos legais, que forneça estrutura para o estabelecimento e análise dos objetivos e metas ambientais e que seja documentada, implementada, mantida e comunicada aos colaboradores internos e externos (REIS; MORAIS, 2009).

Nesse contexto, em meados de julho de 2017, o IFPE, com o objetivo de preservar e melhorar a qualidade ambiental propícia à vida e também visando assegurar as condições ao desenvolvimento sustentável, resolve aprovar sua Política Ambiental junto ao Conselho Superior da instituição (IFPE, 2017, Art. 1º). Este projeto contou com o apoio da Reitoria e dos Diretores Gerais dos *campi*, sendo pensado por uma comissão de especialistas na área ambiental (graduados, especialistas, mestres e doutores), conforme a Portaria nº 1.570-2016-GR (IFPE, 2017).

Segundo Tauchen e Blandi (2006), o levantamento dos requisitos legais e aspectos ambientais deverá influenciar a definição da Política Ambiental de um *campus*. Na elaboração da Política Ambiental do IFPE, levaram-se em consideração os vários dispositivos legais

federais, dentre os quais: a Lei 7.804/89 – PNMA; a Constituição Federal de 1988; o Decreto 5.940/06 – Coleta Seletiva Solidária; a Lei 12.305/10 – PNRS; a IN 10/2012 – Logística de Sustentabilidade; o Decreto 7.746/2012 – CPS; a A3P, dentre outros (IFPE, 2017).

Segundo Philippi Jr. *et al.* (2014), as políticas públicas devem não só aprimorar a preservação e o controle, mas avançar no sentido de estimular as ações que levem à sustentabilidade. Para o cumprimento da Política Ambiental do IFPE, delegou-se a cada *campus* a criação dos procedimentos internos e a responsabilidade pela elaboração, implementação e o monitoramento dos diversos instrumentos de gestão que a compõem (Figura 11), respeitando as peculiaridades e particularidades de cada um na busca por procedimentos mais sustentáveis.

Figura 11 - Instrumentos da Política ambiental do IFPE



Fonte: Adaptada IFPE, 2017. Elaborada pelo autor (2020)

Cada instrumento desse está ligado e de acordo com algum decreto, lei, instrução ou programa anterior, por exemplo: Plano de Logística Sustentável (IN 10/2012 - PLS); Programa de Educação Ambiental (Lei 9.795/1999 – Política Nacional de Educação Ambiental); Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (Lei 12.305/10 - PNRS); Programa de Conservação e Reuso da Água (Lei 9.433/1997 – Política Nacional dos Recursos Hídricos – PNRH); Plano de Gerenciamento de Resíduos Químicos (Resolução CONAMA 358/2005); Programa de Eficiência Energética (Projeto 3E/2005); Plano de Gestão de Recursos Florestais e Biodiversidade (Decreto Legislativo 02/92 – Convenção sobre Diversidade Biológica).

Os instrumentos de gestão da política ambiental do IFPE estão condizentes em muitos aspectos com os eixos temáticos sobre ações de sustentabilidade propostos pelo TCU no Iasa, conforme o Quadro 7.

Quadro 7 - Iasa (TCU) x instrumentos de gestão (IFPE)

Eixos Temáticos Iasa (TCU)	Instrumentos de Gestão IFPE
Elaboração, implementação e monitoramento do PLS	Plano de Logística Sustentável
Racionalização no uso de energia elétrica	Programa de Eficiência Energética
Racionalização no uso de água	Programa de Conservação e Reuso da Água
Atendimento aos requisitos de acessibilidade	Não se aplica
Certificação de prédios públicos	Programa de Eficiência Energética
Racionalização no uso de papel e implementação de processo eletrônico	Plano de Logística Sustentável
Gestão de resíduos e coleta seletiva	Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos
Contratações públicas sustentáveis	Não se aplica
Conscientização e capacitação	Programa de Educação Ambiental
Adesão aos programas de sustentabilidade	Estabelecimento de Parcerias Institucionais

Fonte: Elaborado pelo autor (2020)

As políticas públicas se materializam por intermédio da ação concreta de sujeitos sociais e de atividades institucionais que as realizam em cada contexto e condicionam seus resultados, sendo necessário um permanente acompanhamento dos processos pelos quais elas são implementadas, além da avaliação de seu impacto sobre a situação existente. O setor público retorna para a população a solução de problemas sociais, econômicos e ambientais, pela atividade realizada pelos órgãos públicos. Portanto, é necessário estabelecer qual o objetivo e verificar se está sendo concretizado, bem como se a política pública está sendo eficiente para alcançá-lo (SILVA; LIMA, 2010).

Para Reis e Morais (2009), a política ambiental de uma instituição é uma orientação e deve estabelecer e fixar princípios de ação pertinentes à postura da IES para com o meio ambiente. Nesse sentido, a política ambiental do IFPE visa assegurar às condições ao desenvolvimento sustentável, atendidos os seguintes princípios:

- I - ações na manutenção do equilíbrio ecológico, considerando o meio ambiente como um patrimônio público a ser necessariamente assegurado e protegido, tendo em vista o uso coletivo;
- II - planejamento do uso dos recursos ambientais;
- III - racionalização do uso do solo, do subsolo, da água e do ar;
- IV - proteção dos ecossistemas, com a preservação de áreas pertencentes à Instituição;
- V - controle das atividades potencial ou efetivamente poluidoras na Instituição;
- VI - acompanhamento do estado da qualidade ambiental na Instituição;
- VII - incentivos aos estudos de pesquisa, extensão e inovação tecnológica orientadas para o uso racional e a proteção dos recursos ambientais; e,
- VIII - promoção da educação ambiental em todos os níveis de ensino, inclusive a educação em comunidades, objetivando capacitá-la para participação ativa na defesa do meio ambiente (IFPE, 2017, Art. 1).

Ademais, a Política Ambiental do IFPE tem como objetivos: (1) o atendimento aos critérios e padrões de qualidade ambiental e de normas relativas ao uso e manejo de recursos

ambientais; (2) o desenvolvimento de projetos de pesquisa, extensão e inovação tecnológica orientados para o uso racional e a proteção dos recursos ambientais; (3) a difusão de tecnologias de manejo do meio ambiente; (4) a divulgação de dados e informações ambientais, objetivando promover a formação de uma consciência pública sobre a necessidade de preservação da qualidade ambiental e do equilíbrio ecológico nos *campi* e reitoria; (5) o uso sustentável dos recursos naturais; e (6) a destinação adequada dos resíduos provenientes das atividades dos *campi* e da reitoria (IFPE, 2017, Art. 3º).

Para incentivar as atividades voltadas ao meio ambiente, a política ambiental previu o seguinte: (1) desenvolvimento de pesquisa e inovação, processos e produtos tecnológicos destinados a reduzir a degradação e melhoria da qualidade ambiental e o estabelecimento de parcerias com instituições públicas e privadas; (2) iniciativas que propiciem a racionalização do uso de recursos ambientais; (3) apoio aos programas institucionais de pesquisa, extensão e inovação, que tenham o objetivo de adquirir e desenvolver conhecimentos básicos e aplicáveis na área ambiental; (4) apoio na implantação de cursos técnicos, superiores e de pós-graduação na área ambiental; (5) implantação de temas transversais na área ambiental e ecológica em todos os cursos da instituição; e, (6) realização de palestras, seminários e congressos voltados à sensibilização ambiental (IFPE, 2017, Art. 7º).

Para incentivar as atividades voltadas ao meio ambiente, a política ambiental previu o seguinte: (1) desenvolvimento de pesquisa e inovação, processos e produtos tecnológicos destinados a reduzir a degradação e melhorar a qualidade ambiental e o estabelecimento de parcerias com instituições públicas e privadas; (2) iniciativas que propiciem a racionalização do uso de recursos ambientais; (3) apoio aos programas institucionais de pesquisa, extensão e inovação, que tenham o objetivo de adquirir e desenvolver conhecimentos básicos e aplicáveis na área ambiental; (4) apoio na implantação de cursos técnicos, superiores e de pós-graduação na área ambiental; (5) implantação de temas transversais na área ambiental e ecológica em todos os cursos da instituição; e (6) realização de palestras, seminários e congressos voltados à sensibilização ambiental (IFPE, 2017, Art. 7º).

Nas organizações, o desenvolvimento sustentável apresenta três dimensões: (1) econômica: prevê que as empresas têm que ser economicamente viáveis; (2) social: a empresa deve satisfazer os requisitos de proporcionar melhores condições de trabalho aos seus empregados e contemplar a diversidade cultural na sociedade em que atua; e (3) ambiental: a organização deve pautar-se pela ecoeficiência dos seus processos produtivos, adotar a produção mais limpa, oferecer condições para o desenvolvimento de uma cultura ambiental organizacional e adotar uma postura de responsabilidade ambiental (DIAS, 2017).

Nessa perspectiva, Slaper e Hall (2011) explicam o conceito *Triple Bottom Line* (TBL) desenvolvido por John Elkington na década de 1990. Elkington mudou a maneira como empresas, organizações sem fins lucrativos e governos mediam a sustentabilidade e o desempenho de projetos ou políticas. A proposta dele foi medir a sustentabilidade em três frentes - pessoas, planeta e lucros. O TBL também é flexível pois permite que as organizações apliquem o conceito de maneira adequada às suas necessidades específicas.

Para colocar o TBL em prática, é necessário medir cada uma das três categorias, encontrar dados aplicáveis e calcular a contribuição de um projeto ou política para a sustentabilidade (SLAPER; HALL, 2011). Adaptando ao contexto das organizações públicas, Venturini e Lopes (2015), em estudo sobre a verificação de ações sustentáveis que podem ser implementadas ou já são praticadas na administração pública em cada um dos pilares do modelo TBL, elaboraram um quadro de forma sintética (Quadro 8).

Quadro 8 - Modelo TBL e as práticas sustentáveis na administração pública

AMBIENTAL
Instituição da Agenda Ambiental na Administração Pública; Implantação e obrigatoriedade da licitação sustentável; Ações de conscientização promovidas pelo Ministério do Meio Ambiente; Criar e implementar ferramenta de avaliação sobre sustentabilidade; Troca de encontros presenciais por videoconferências; Programar e executar a logística reversa; Gerenciar e destinar adequadamente os resíduos produzidos pela Administração Pública.
ECONÔMICO
Uso racional da energia elétrica e busca de fontes alternativas; Redução do consumo de papel e de qualquer outro material de expediente; Adoção do processo jurídico em formato eletrônico; Evitar o desperdício de água e buscar o consumo consciente; Procedimentos relativos à aquisição, armazenamento, distribuição e controle dos materiais de consumo; Detecção de que existe desperdício ou abuso de recursos e implementação de procedimentos de melhoria.
SOCIAL
Busca de uma melhor qualidade de vida da força de trabalho; Segurança no trabalho; Qualidade dos espaços físicos e estímulo ao sadio relacionamento social; Prevenção de acidentes de trabalho; Monitoramento do nível de ruído no ambiente de trabalho; Adquirir, distribuir e fiscalizar a utilização de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs); Estimular a educação continuada e a capacitação; Elaborar programa integrado de incentivo ao lazer, esporte e cultura; Intensificar ações que privilegiem higiene, segurança e conforto no trabalho; Adotar ou substituir mobiliário optando sempre por versões ergonômicas.

Fonte: Venturini e Lopes (2015)

Portanto, o órgão que queira utilizar esse modelo deve criar políticas e instrumentos que contemplem os três pilares da sustentabilidade. Neste contexto, percebe-se que as políticas públicas voltadas à promoção da sustentabilidade, os programas criados pela APF, bem como a Política Ambiental do IFPE, contemplam os eixos do modelo TBL: ambiental, econômico e social.

A elaboração da política ambiental do IFPE considerou esses princípios, objetivos e instrumentos, procurando se adequar às normas e legislações. Nasceu com a finalidade de orientar os gestores da instituição a implementarem ações que minimizem os impactos ao meio ambiente na execução das diversas atividades administrativas, de ensino, pesquisa e extensão. Portanto, é fundamental analisar se, de fato, essa política está sendo implementada conforme planejado nos *campi* da instituição e quais fatores podem estar facilitando ou dificultando esse processo. Além desse alinhamento com as políticas macro de sustentabilidade, a instituição precisa oferecer as condições necessárias à eficiência e eficácia na implementação da Política Ambiental, bem como seus servidores devem ser preparados para a execução.

5.2 PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE REALIZADAS ANTES E APÓS A ELABORAÇÃO DA POLÍTICA AMBIENTAL

No geral, tomando como referência os Relatórios de Gestão analisados no período de 2015 a 2017, antes da implementação da política ambiental do IFPE, os resultados indicaram que a instituição precisava avançar bastante na questão da sustentabilidade ambiental, principalmente diante dos desafios propostos pelas políticas públicas federais no tocante à adesão aos programas voluntários, à separação e destinação adequada dos resíduos e à implementação de normativas exigidas pela legislação. Dessa forma, a presente pesquisa, além de atualizar este primeiro levantamento, permitirá analisar como está a questão da implementação da sustentabilidade no IFPE após a aprovação da sua política ambiental.

Com esse objetivo, o questionário (Apêndice A), estruturado conforme o Quadro 4, foi aplicado junto aos DAPs dos 16 *campi* do IFPE, durante um período de duas semanas, obtendo-se o universo amostral de 100% de respondentes. Em um primeiro momento, os resultados do questionário permitirão verificar quais práticas de sustentabilidade estão sendo implementadas pelos *campi* e se a questão da sustentabilidade avançou na instituição após a aprovação da política ambiental. Em um segundo momento, a partir das perspectivas dos DAPs, identificar quais fatores estão influenciando nos resultados obtidos. Portanto, para

melhor compreensão, será abordada a questão da adoção de práticas realizadas pelos *campi*, primeiro no eixo econômico, depois no ambiental e, por fim, no social.

5.2.1 Eixo Econômico: PLS, plano de eficiência energética e programa de conservação e reuso da água

Conforme visto, a elaboração e implementação do PLS permite ao órgão ou entidade estabelecer práticas de sustentabilidade e racionalização de gastos na APF, sendo uma ferramenta de planejamento que tem objetivos e responsabilidades definidas, ações, metas, prazos de execução e mecanismos de monitoramento e avaliação. No IFPE, apenas dois *campi* informaram que possuem PLS, nos moldes que trata o decreto 7.746/2012. Em comparação com as últimas respostas obtidas no Relatório de Gestão de 2017, constata-se que não houve avanços nesse sentido.

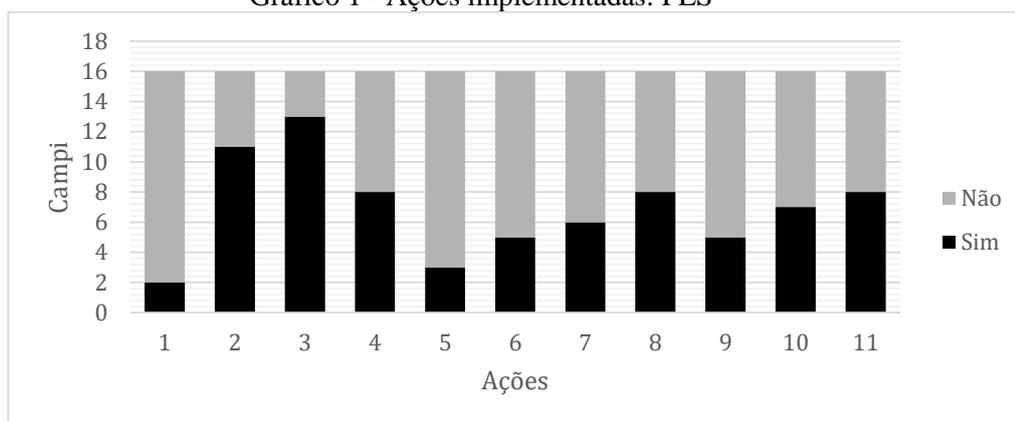
Quando questionados sobre se realizavam algum tipo de acompanhamento dos gastos, os resultados revelam que a maioria acompanha o consumo mensal/anual de energia, de água, papel e copos plásticos. Os demais, como deslocamentos aéreos e terrestres, telefonia e vigilância, não são realizados por parte significativa dos *campi* (Tabela 1; Gráfico 1).

Tabela 1 - Ações implementadas: PLS

Pergunta	Ações	Sim	%
O <i>campus</i> possui PLS, conforme trata o Decreto 7.746/2012?	Possui PLS	2	12,00
Com vistas a verificar a efetividade das ações de racionalização nos gastos, o <i>campus</i> realiza algum tipo de acompanhamento de seu consumo mensal/anual, nos gastos com:	Água	11	68,80
	Energia	13	81,30
	Papel	8	50,00
	Deslocamentos aéreos	3	18,80
	Deslocamentos terrestres	5	31,30
	Garrafas d'água	6	37,50
	Copos plásticos	8	50,00
	Telefonia	5	31,30
	Vigilância	7	43,8
	Limpeza	8	50,00

Fonte: Elaborada pelo autor (2020)

Gráfico 1 - Ações implementadas: PLS



Fonte: Elaborada pelo autor (2020)

Sobre a implementação de práticas visando à promoção de hábitos racionais no uso da energia elétrica, destacam-se as seguintes ações adotadas pela maioria dos *campi*: preferência por lâmpadas mais eficientes; boas práticas de gestão e medição de energia; preferência por equipamentos classificados com selo Procel “A” ou com reconhecida eficiência energética; e análise se o consumo está adequado à demanda contratada.

Por outro lado, outras importantes ações não estão sendo adotadas por muitos *campi*, como: implantar sistemas de iluminação com setorização de ambientes; realizar periodicamente o diagnóstico das instalações prediais; realizar a medição setorizada de consumo; e, realizar a implantação de sensores de presença para controle da iluminação (Tabela 2; Gráfico 2).

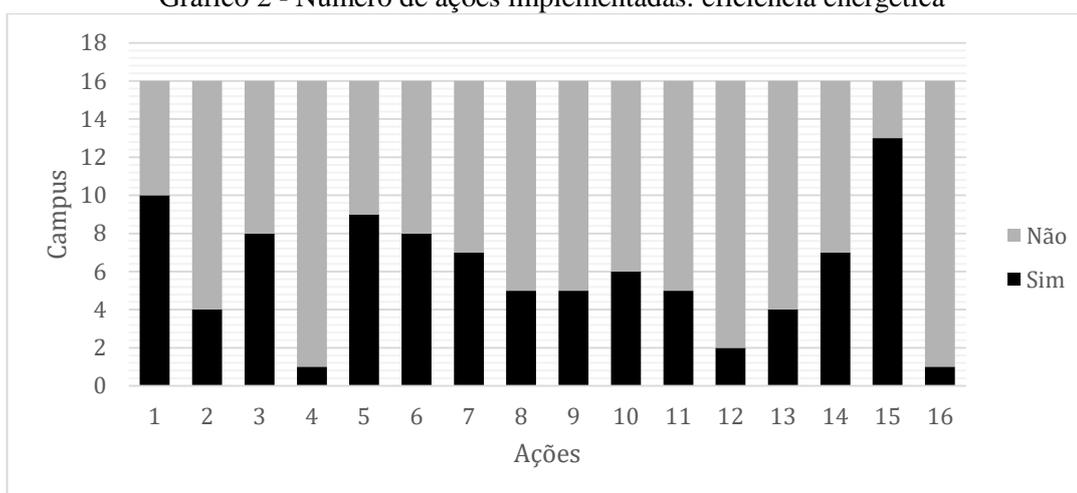
Tabela 2 - Número de ações implementadas: eficiência energética (continua)

Pergunta	Alternativa	Sim	%
Por meio de que ações o <i>campus</i> busca usar de forma racional e reduzir o consumo de ENERGIA ELÉTRICA?	Adota boas práticas de gestão e medição do uso de energia elétrica	10	62,50
	Realiza, periodicamente, diagnóstico de suas instalações prediais de energia elétrica (sua rede, dos transformadores e dos quadros de distribuição) de modo a estabelecer um plano de ação para seu uso racional, propiciando a redução de seu consumo	4	25,00
	Analisa periodicamente se o consumo local está adequado à demanda contratada e ajusta, caso necessário, sua estrutura tarifária, mediante negociação com a concessionária distribuidora de energia elétrica	8	50,00
	Realiza a medição setorizada de consumo de energia, preferencialmente por seção, tipos de equipamentos ou uso final (iluminação, condicionamento de ar e outros)	1	6,30
	Ao adquirir ou alugar equipamentos elétricos, dá preferência àqueles classificados com selo Procel “A” ou com reconhecida eficiência energética	9	56,30
	Adota práticas de uso dos sistemas de ar condicionado, de modo a otimizar o uso de energia elétrica	8	50,00

Pergunta	Alternativa	Sim	%
	Considera, além dos custos de aquisição e instalação, os de manutenção, operação e o consumo de energia, na escolha do sistema de ar-condicionado a ser instalado	7	43,80
	Os sistemas de iluminação contam com setorização de ambientes, dividindo-os em áreas com mais e com menos iluminação natural, de modo a permitir ligar as lâmpadas da região mais escura e desligar as da mais clara	5	31,30
	Utiliza, além dos sistemas de iluminação dos ambientes, sistemas de iluminação natural	5	31,30
Utiliza outros sistemas que contribuam para a manutenção de uma temperatura agradável:	Ventilação natural	6	37,50
	Utilização de vidros das fachadas com proteção solar	5	31,30
	Técnicas refletivas nas coberturas	2	12,50
O <i>campus</i> adota práticas de uso dos sistemas de iluminação de modo a otimizar o uso de energia elétrica, tal como:	Utilização de sistemas de iluminação com setorização de ambientes	4	25,00
	Utilização de lâmpadas e luminárias que forneçam máxima reflexão da luz	7	43,80
	Utilização de lâmpadas mais eficientes (LED)	13	81,30
	Utilização de temporizadores para controle de iluminação (sensores de presença)	1	6,30

Fonte: Elaborada pelo autor (2020)

Gráfico 2 - Número de ações implementadas: eficiência energética



Fonte: Elaborado pelo autor (2020)

Sobre a implementação de ações visando à promoção de hábitos que incentivam a redução do consumo, a adoção de medidas para o uso racional da água potável e de fontes alternativas para fins menos nobres, as principais práticas adotadas no IFPE foram: realizar o diagnóstico das instalações hidráulicas prediais e vistorias periódicas para detecção e conserto de vazamentos; e realizar a rega dos gramados e dos jardins no início da manhã ou à noite.

Mais uma vez, outras importantes ações não estão sendo adotadas, como: realizar a coleta e o aproveitamento da água de chuva; praticar o reuso de águas cinzas; realizar a

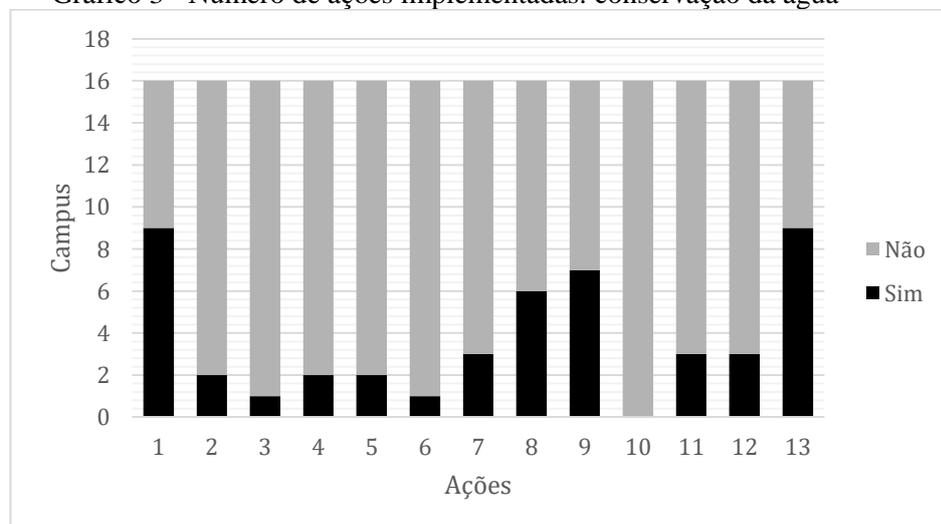
medição setorizada do consumo; e realizar o tratamento dos efluentes gerados (Tabela 3; Gráfico 3).

Tabela 3 - Número de ações implementadas: conservação da água

Pergunta	Alternativa	Sim	%
Por meio de que ações o <i>campus</i> busca usar de forma racional e reduzir o consumo de ÁGUA?	Tem realizado diagnóstico das instalações hidráulicas prediais e vistorias periódicas para detecção e conserto de vazamento de água visíveis e não visíveis na rede, nos reservatórios e equipamentos hidráulicos, tais como bacias sanitárias, chuveiros, torneiras e válvulas	9	56,30
	Verifica e adéqua, quando necessário, a estrutura tarifária do fornecimento de água, mediante negociação com a concessionária	2	12,50
	Realiza a medição setorizada de consumo de água, por meio da divisão de hidrômetros nas construções onde seja planejado mais de um tipo de uso ou de edifício, de forma a possibilitar a medição do consumo de água por tipo de uso ou de edifício (área administrativa, sanitários e copas, restaurantes, centrais de água gelada ou ar condicionado, irrigação, lavagem de veículos, etc.)	1	6,30
	Realiza coleta e aproveitamento da água de chuva	2	12,50
	Pratica o reuso de águas cinzas nas instalações em que isso é possível	2	12,50
	Realiza o tratamento dos efluentes gerados	1	6,30
	O <i>campus</i> adota práticas de uso dos sistemas hidráulicos de modo a otimizar o uso de água, tal como:	Uso de válvula de descarga com duplo fluxo	3
Bacias sanitárias com caixa de descarga de baixo consumo		6	37,50
Torneiras com arejadores e fechamento automático		7	43,80
Limitadores de vazão quando houver condições de alta pressão, por exemplo, em chuveiros e duchas		0	0,00
O <i>campus</i> adota práticas de jardinagem destinadas a otimizar o uso de água, tal como:	A substituição da vegetação de jardins e gramados por espécies resistentes à seca	3	18,80
	Utilização de sistemas de irrigação mais econômicos (gotejamento, por exemplo)	3	18,80
	Realiza rega de gramado e jardins no início da manhã ou à noite	9	56,30

Fonte: Elaborada pelo autor (2020)

Gráfico 3 - Número de ações implementadas: conservação da água



Fonte: Elaborado pelo autor (2020)

5.2.2 Eixo Ambiental: aquisições e contratações sustentáveis e plano de gerenciamento de resíduos sólidos

Acerca da implementação de ações visando induzir o mercado a fornecer produtos e serviços que atendam aos três pilares da sustentabilidade (ambientalmente corretos, socialmente justos e economicamente viáveis), as práticas realizadas pela maioria foram: fomentar e/ou participar de compras compartilhadas; exigir dos fornecedores a apresentação de certificações ambientais; inserir, como critério nos editais de licitação, que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável; e, exigir que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada.

Por outro lado, a implementação de algumas outras ações importantes precisa avançar, como: solicitar que haja comprovação de origem das madeiras quando da aquisição de bens com esse tipo de material nos editais de licitação; exigir que as contratadas realizem a separação dos resíduos recicláveis descartados na fonte geradora e que respeitem as normas sobre resíduos sólidos; e considerar a Avaliação do Ciclo de Vida (ACV) dos bens ou serviços a serem comprados ou contratados (Tabela 4; Gráfico 4).

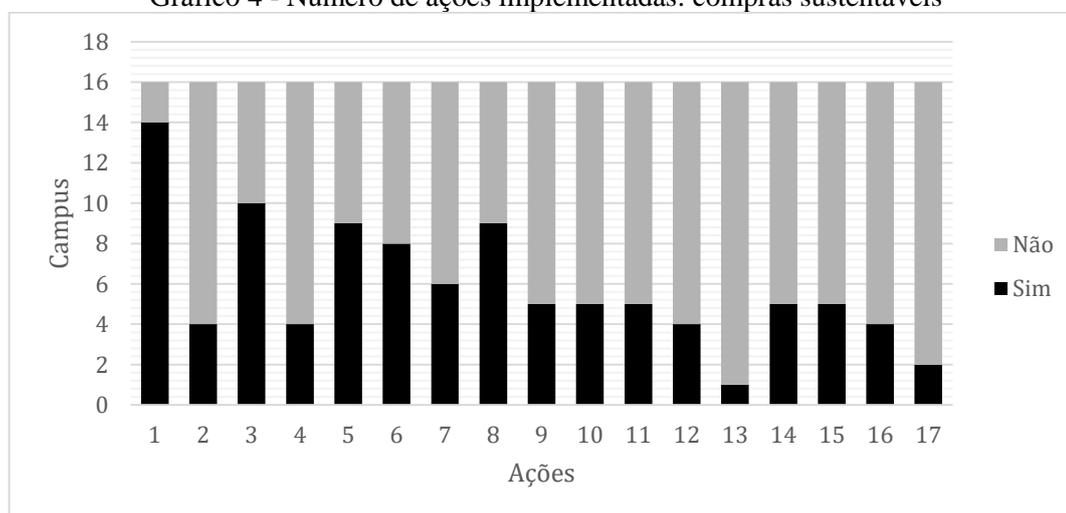
Tabela 4 - Número de ações implementadas: compras sustentáveis (continua)

Pergunta	Resposta	Sim	%
Por meio de que ações o <i>campus</i> adota diretrizes, critérios e práticas de sustentabilidade nas aquisições e contratações realizadas nos termos do art. 3º, caput, da Lei 8.666/93 (Lei das Licitações) e do Decreto 7.746 (Critérios para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações)?	Fomenta / participa de compras compartilhadas	14	87,50
	Considera a ACV dos bens ou serviços a serem comprados ou contratados, considerando a função final a que se destina a aquisição	4	25,00
	Exige dos fornecedores a apresentação de certificações ou exigências formais, quando necessário	10	62,50
	Inclui nos contratos de copeiragem e serviço de limpeza a adoção de procedimentos que promovam o uso racional dos recursos e utilizem produtos reciclados, reutilizados e biodegradáveis	4	25,00
Para aquisição de bens, o <i>campus</i> estimula práticas de contratações sustentáveis? Ou seja, com a inserção de critérios de sustentabilidade nas especificações do objeto e obrigações da contratada, a depender do objeto:	Que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, etc.	9	56,30
	Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Inmetro, como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental	8	50,00
	Que os bens sejam, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento	6	37,50
	Que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada	9	56,30
	Que haja comprovação de origem das madeiras quando da aquisição de bens com esse tipo de material	5	31,30
	Que a contratação de obras e serviços com emprego de mão de obra, materiais, tecnologias e matérias-primas seja preferencialmente de origem local	5	31,30

Pergunta	Resposta	Sim	%
Para contratação de serviços, o <i>campus</i> exige nas obrigações da contratada, a depender do serviço:	Que adote medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto Nº 48.138/2003	5	31,30
	Que observe a Resolução do Conama nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento	4	25,00
	Que realize um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes	1	6,30
	Que realize a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, que será procedida pela coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos da IN/MARE nº 6, de 3 de novembro de 1995 e do Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006	5	31,30
	Que respeite as NBR publicadas pela ABNT sobre resíduos sólidos	5	31,30
	Que preveja a destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução Conama nº 257, de 30 de junho de 1999	4	25,00
	Que a contratação de obras e serviços com emprego de mão de obra, materiais, tecnologias e matérias-primas seja preferencialmente de origem local	2	12,50

Fonte: Elaborada pelo autor (2020)

Gráfico 4 - Número de ações implementadas: compras sustentáveis



Fonte: Elaborado pelo autor (2020)

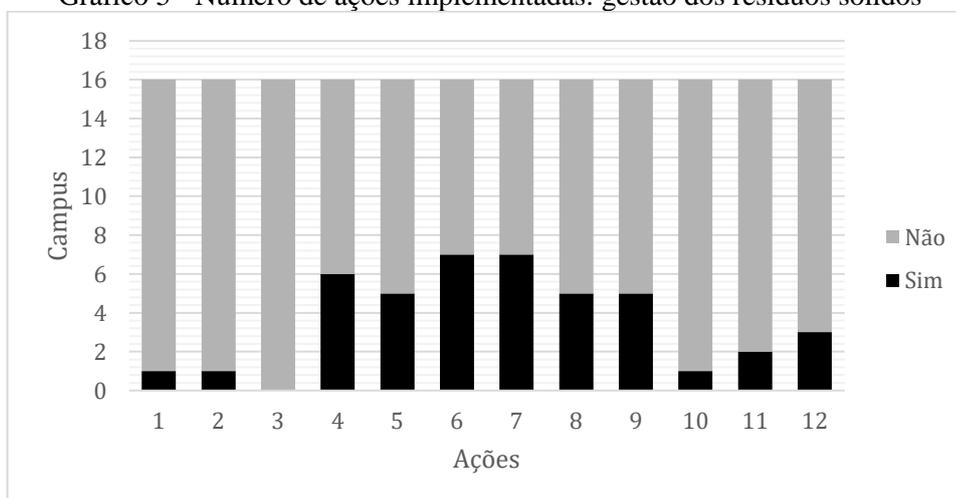
Em relação à implementação de ações visando à criação de uma nova cultura para a segregação e destinação ambientalmente adequada dos resíduos sólidos produzidos pela instituição, poucos *campi* adotaram ações nesse sentido. O que pode explicar esse resultado é que apenas um *campus* informou ter implementado um plano de gestão dos resíduos sólidos (Tabela 5; Gráfico 5).

Tabela 5 - Número de ações implementadas: gestão dos resíduos sólidos

Pergunta	Resposta	Sim	%
Por meio de que ações o <i>campus</i> faz a gestão e destinação dos resíduos sólidos e realização de coleta seletiva?	Possui plano de gestão de resíduos sólidos	1	6,30
	Na gestão e gerenciamento de resíduos sólidos, observa a seguinte ordem de prioridade: não geração, redução, reutilização, reciclagem, tratamento dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos	1	6,30
	Constituiu Comissão para a Coleta Seletiva Solidária (CCSS) com, no mínimo, três servidores formalmente designados	0	0,00
	Separa os resíduos recicláveis descartados e destina-os a associações e cooperativas de catadores formalmente constituídas, na forma preconizada pelos Decretos 5.940/2006 e 7.405/2010	6	37,5
	Dá preferência ao fornecimento de água por meio de galões d'água ou filtros purificadores, em conjunto a campanhas de incentivo aos colaboradores que utilizam recipientes próprios (canecas, <i>squeeze</i>) em detrimento ao uso de água envasada e/ou utilização de copos descartáveis	5	31,30
O <i>campus</i> promove a destinação ecologicamente correta, incluindo a logística reversa, na destinação final de seus resíduos, de acordo com a PNRS, dos seguintes produtos:	Suprimentos de impressão (toner)	7	43,80
	Pilhas e baterias	7	43,80
	Lâmpadas	5	31,30
	Pneus	5	31,30
	Produtos eletroeletrônicos e seus componentes	1	6,30
	Produtos de TI (computadores e impressoras etc.)	2	12,50
	Óleos lubrificantes, seus resíduos e embalagens	3	18,80

Fonte: Elaborada pelo autor (2020)

Gráfico 5 - Número de ações implementadas: gestão dos resíduos sólidos



Fonte: Elaborado pelo autor (2020)

5.2.3 Eixo Social: programa de educação ambiental e estabelecimento de parcerias institucionais

Sobre a implementação de ações visando à promoção de valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas à conservação do meio

ambiente dirigidas ao público interno do IFPE, mais uma vez, poucos *campi* adotaram as ações nesse sentido. Apenas alguns realizaram ou participaram de cursos de capacitação para os gestores na temática de compras, aquisições e contratações sustentáveis ou com a temática de compras compartilhadas; poucos também realizaram ou participaram de cursos de capacitação específicos na esfera federal sobre A3P, PES, e nenhum sobre PLS.

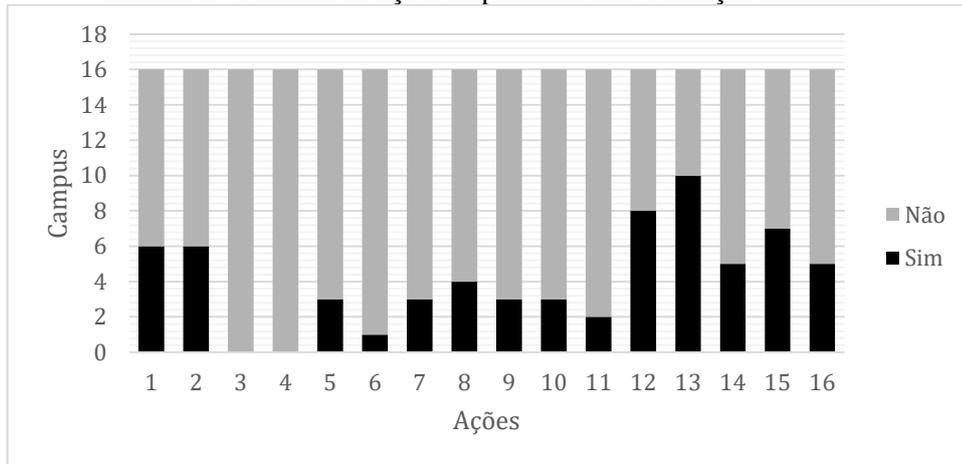
Sobre as campanhas com temáticas específicas para servidores, discentes e contratados, mesmo a maioria dos *campi* não realizando ações nesse sentido, destaque para os que realizaram campanhas sobre racionalização de energia e sobre racionalização e consumo consciente da água. Porém, ocorreram poucas campanhas sobre racionalização do uso de papel e descarte consciente dos resíduos (Tabela 6; Gráfico 6).

Tabela 6 - Número de ações implementadas: educação ambiental

Pergunta	Resposta	Sim	%
Por meio de que ações o <i>campus</i> realiza campanhas de sensibilização e cursos de capacitação na temática ambiental destinados aos seus colaboradores e gestores?	O <i>campus</i> realiza/realizou/participou de cursos de capacitação para os seus gestores envolvidos com a temática das compras e contratações sustentáveis (pregoeiros e integrantes de comissões de licitação)	6	37,50
	O <i>campus</i> realiza/realizou/participou de cursos de capacitação para os seus gestores e equipe técnica na temática de compras e aquisições compartilhadas	6	37,50
	O <i>campus</i> , ao realizar concursos públicos para provimento de seus cargos, tem considerado a temática da sustentabilidade nas habilidades e nos conhecimentos cobrados de seus candidatos	0	0,00
O <i>campus</i> realiza/ realizou ou participou de cursos de capacitação para os seus gestores envolvidos direcionados à elaboração, implementação e monitoramento:	PLS	0	0,00
	A3P	3	18,80
	PES	1	6,30
O <i>campus</i> realiza/realizou cursos visando à divulgação das ações de sustentabilidade para servidores, discentes, fornecedores e contratados, tal como:	Racionalização de consumo consciente de água	3	18,80
	Racionalização de energia	4	25,00
	Racionalização do uso do papel	3	18,80
	Redução da utilização de copos descartáveis	3	18,80
	Descarte consciente de resíduos	2	12,50
O <i>campus</i> realiza/realizou campanhas visando a divulgação das ações de sustentabilidade para servidores, discentes, fornecedores e contratados, tal como:	Racionalização do consumo consciente de água	8	50,00
	Racionalização de energia	10	62,50
	Racionalização do uso do papel	5	31,30
	Redução da utilização de copos descartáveis	7	43,80
	Descarte consciente de resíduos	5	31,30

Fonte: Elaborada pelo autor (2020)

Gráfico 6 - Número de ações implementadas: educação ambiental



Fonte: Elaborado pelo autor (2020)

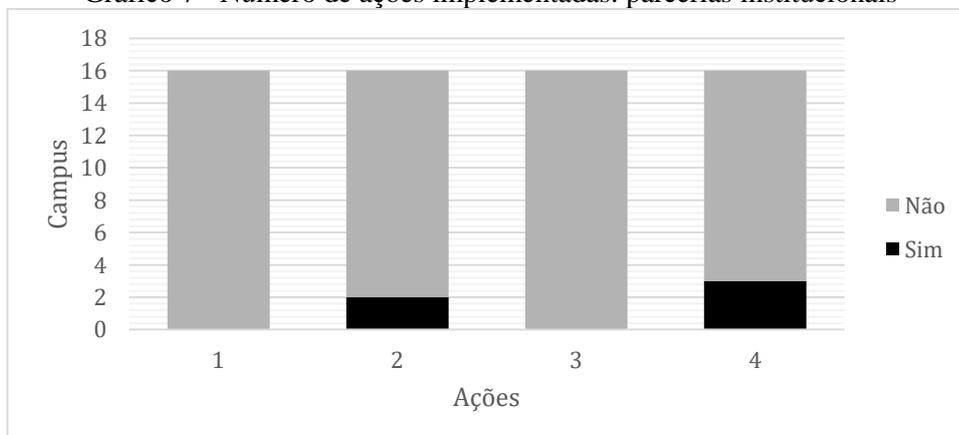
Por fim, ainda no eixo social, sobre a implementação de ações visando ao estabelecimento de parcerias institucionais por meio da adesão à programas que promovem a sustentabilidade na APF, das 4 ações possíveis, não houve nenhuma que prevaleceu na implementação dos *campi*. Portanto, poucos *campi* afirmam participar do PES, do Procel Edifica, e nenhum participa da A3P (Tabela 7; Gráfico 7).

Tabela 7 - Número de ações implementadas: parcerias institucionais

Pergunta	Resposta	Sim	%
O <i>campus</i> faz parte de algum programa governamental direcionado à temática da sustentabilidade, como:	A3P	0	0,00
	Procel Edifica	2	12,50
	PEG	0	0,00
	PES	3	18,80

Fonte: Elaborada pelo autor (2020)

Gráfico 7 - Número de ações implementadas: parcerias institucionais



Fonte: Elaborado pelo autor (2020)

5.2.4 Dificuldades para Implementação da Política Ambiental

De forma geral, as evidências sugerem que as ações de sustentabilidade no IFPE ainda estão em processo de institucionalização. Os resultados mostraram que de um total de 89 ações, o IFPE implementou, em média, apenas 27,04 (30,38%) ações por *campus*. Por outro lado, não implementou cerca de 61,93 (69,61%) ações por *campus*. Nesse contexto, é necessário entender, a partir das perspectivas dos DAPs da instituição, quais são as dificuldades encontradas pelos *campi* para elaborar, implementar e monitorar as ações destinadas à promoção da sustentabilidade.

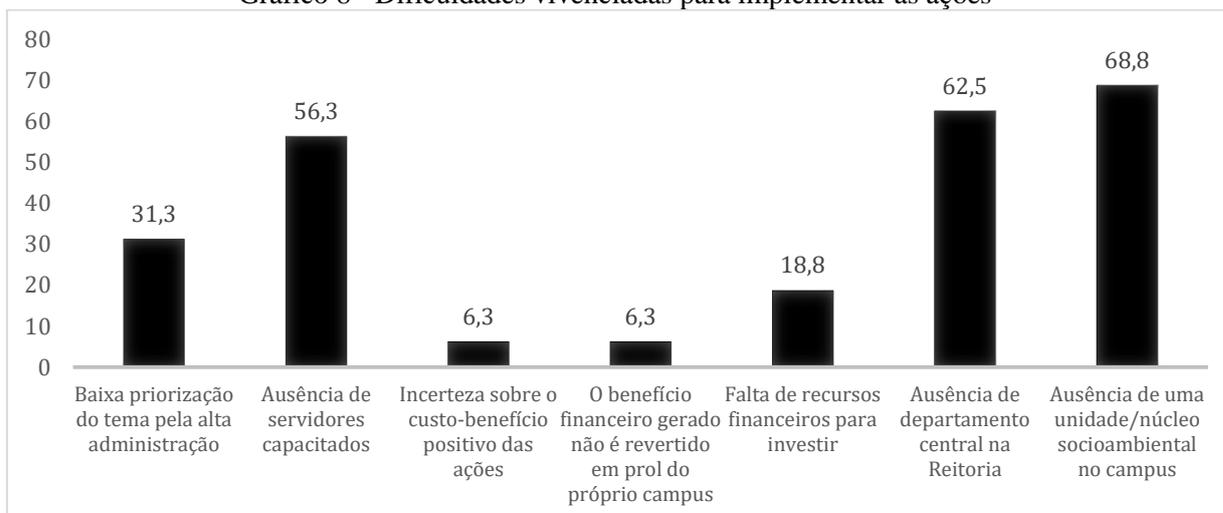
Neste contexto, o levantamento realizado mostra que 68,8% citaram a ausência de uma unidade/núcleo socioambiental no organograma do *campus* responsável por fomentar as ações de sustentabilidade em sintonia com o planejamento estratégico da instituição. Outrossim, 62,5% relataram a ausência de um departamento central na Reitoria que gerencie e acompanhe de forma centralizada a implementação das ações. Portanto, uma demanda crítica, na visão dos DAPs, é a definição do locus central de coordenação da política ambiental capaz de induzir e gerir a implementação. A determinação e identificação clara dos papéis desempenhados pelos departamentos e atores são cruciais para o sucesso da implementação. Ademais, 56,3% ressaltaram a ausência de servidores capacitados na temática e 31,3% citaram a baixa priorização do tema pela alta administração do *campus* (Tabela 8; Gráfico 8).

Tabela 8 - Dificuldades vivenciadas para implementar as ações

Pergunta 16	Resposta	Número	%
Quais são as dificuldades vivenciadas pelo <i>campus</i> para elaboração, implementação e monitoramento de ações destinadas à promoção da temática da sustentabilidade e consumo racional:	Baixa priorização do tema sustentabilidade pela alta administração do <i>campus</i>	5	31,30
	Ausência de servidores capacitados	9	56,30
	Incerteza sobre o custo-benefício positivo das ações	1	6,30
	O benefício financeiro gerado pela implementação não é revertido em prol do próprio <i>campus</i>	1	6,30
	Falta de recursos financeiros do <i>campus</i> para investir na temática	3	18,80
	Ausência de um departamento central (na Reitoria) que gerencie e acompanhe de forma centralizada a implementação das ações	10	62,50
	Ausência de uma unidade/núcleo socioambiental no organograma do <i>campus</i> que fomente as ações de sustentabilidade em sintonia com o Planejamento Estratégico da instituição	11	68,80

Fonte: Elaborada pelo autor (2020)

Gráfico 8 - Dificuldades vivenciadas para implementar as ações



Fonte: Elaborado pelo autor (2020)

Esses fatores podem influenciar negativamente na implementação da política ambiental. No IFPE, dos 16 *campi*, apenas seis (37%) informaram que existe formalmente, em sua estrutura organizacional, um departamento, comissão ou unidade responsável pelo planejamento, elaboração, implementação e acompanhamento de ações destinadas à promoção da sustentabilidade e consumo racional (Tabela 9; Gráfico 9). Porém, após análise, o Projeto Sala Verde do *Campus* Recife não se enquadra como uma comissão/departamento por ser um centro de formação ambiental do curso de Gestão Ambiental, portanto, não faz parte da estrutura organizacional do IFPE. Dessa forma, apenas cinco (31,25%) *campi* atendem aos requisitos ora propostos. De acordo com o levantamento realizado, fica clara a importância desse departamento na estrutura organizacional do IFPE, pois das 433 ações que receberam respostas afirmativas, os *campi* que possuem comissão/departamento formalizados são responsáveis por 173 (39,95%) práticas. Se toda a instituição implementa em média 27,04 ações, os que têm a comissão/departamento implementam em média 34,6 ações, contra 23,63 ações (em média) dos que não têm.

Obtendo resultados parecidos, Machado *et al.* (2013) identificaram que apenas 40% das Universidades Federais possuíam departamento específico para a gestão ambiental. Comparadas com as que não possuíam, verificou-se que existe diferença no nível de adoção de práticas de gestão ambiental, sendo maior a quantidade de ações realizadas por parte de quem tem o departamento na estrutura organizacional.

Tabela 9 - Existe departamento ou comissão de sustentabilidade

Pergunta	Resposta	Número	%
Existe formalmente na estrutura do <i>campus</i> algum departamento, comissão ou unidade responsável pelo planejamento, elaboração, implementação e acompanhamento de ações destinadas à promoção da temática da sustentabilidade e consumo racional?	Sim	5	31,25
	Não	11	68,75
	Total	16	100

Fonte: Elaborada pelo autor (2020)

Gráfico 9 - Existe departamento ou comissão de sustentabilidade



Fonte: Elaborado pelo autor (2020)

No IFPE não há uma denominação padronizada para este tipo de departamento ou unidade. Os cinco (31,25%) *campi* que responderam afirmativamente à questão anterior os denominaram de forma diferente, conforme segue: Comissão de Meio Ambiente – *Campus* Paulista; Comissão de Sustentabilidade – *Campus* Igarassu; Comissão de Gestão Ambiental – *Campus* Belo Jardim; Coordenação de Sustentabilidade e Gestão Ambiental – *Campus* de Cabo de Santo Agostinho; Comissão de Implantação do Sistema de Gestão Ambiental no *Campus* Palmares.

Entretanto, todos os respondentes informaram que os integrantes desses departamentos dividem seu tempo de trabalho com outras atribuições distintas da temática ligada à sustentabilidade. Isso pode dificultar e comprometer o avanço de tais ações na medida em que seus responsáveis não se dedicam integralmente à política ambiental.

Diante dos dados apresentados, dois fatores são apontados pelos DAPs como desafios que a organização precisa superar: (1) criação de um departamento central na Reitoria e (2) criação de departamentos nos *campi* que ficariam responsáveis pela promoção da sustentabilidade. Sobre o primeiro, a criação de um departamento e/ou comissão central poderia ser a instância responsável por coordenar, acompanhar, monitorar e avaliar a implementação da política, desenvolver ferramentas e instrumentos de gestão, definir metas e indicadores, estimular a criação das comissões nos *campi*, divulgar e disseminar a política, estimular parcerias e promover a capacitação dos gestores e servidores. Sobre o segundo, um

departamento dentro do *campus* dedicado a promover as políticas de sustentabilidade seria o elo que traduziria e implementaria as demandas da comissão central localmente.

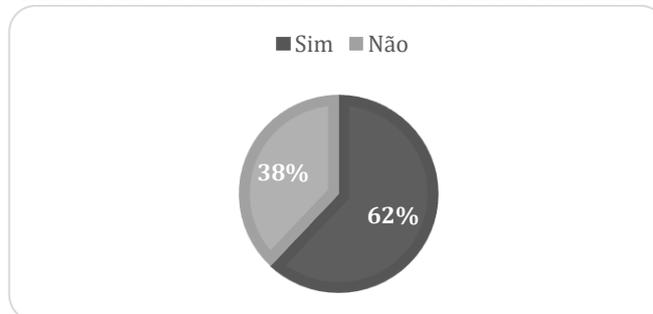
Aprovar formalmente uma Política Ambiental no âmbito do IFPE, além de um primeiro passo necessário, é um reconhecimento e comprometimento da instituição com a questão da sustentabilidade. Porém, é fato que os gestores precisam priorizar o tema em suas agendas para se alcançar resultados positivos. Os gestores e os servidores em geral precisam conhecer a política e aplicar seus instrumentos de gestão dentro dos respectivos *campi*. Mesmo que a maioria dos DAPs, mais especificamente 62%, conheçam a Política Ambiental do IFPE, os dados indicam que uma parte significativa a desconhecem (38%) (Tabela 10; Gráfico 10). Nesse sentido, um desafio que a instituição precisa superar é tornar sua política conhecida em todos os níveis gerenciais e entre os servidores.

Tabela 10 - Conhecimento sobre a Política Ambiental

Pergunta	Resposta	Número	%
Você conhece a Política Ambiental do IFPE?	Sim	10	62,00
	Não	6	38,00
	Total	16	100

Fonte: Elaborada pelo autor (2020)

Gráfico 10 - Conhecimento sobre a Política Ambiental



Fonte: Elaborado pelo autor (2020)

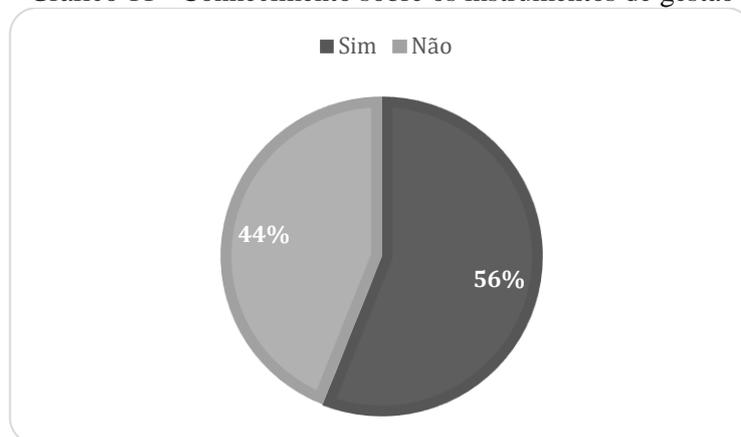
Se 38% dos DAPs não conhecem a política ambiental da instituição, é mais improvável ainda que conheçam instrumentos de gestão dela que devem ser implementados. Sobre o conhecimento dos instrumentos de gestão que constituem a política ambiental, 44% informaram desconhecê-los, ou seja, quase a metade dos respondentes (Tabela 11; Gráfico 11).

Tabela 11 - Conhecimento sobre os instrumentos de gestão

Pergunta	Resposta	Número	%
Você conhece quais são os instrumentos que constituem a Política Ambiental do IFPE?	Sim	9	56,00
	Não	7	44,00
	Total	16	100

Fonte: Elaborada pelo autor (2020)

Gráfico 11 - Conhecimento sobre os instrumentos de gestão



Fonte: Elaborado pelo autor (2020)

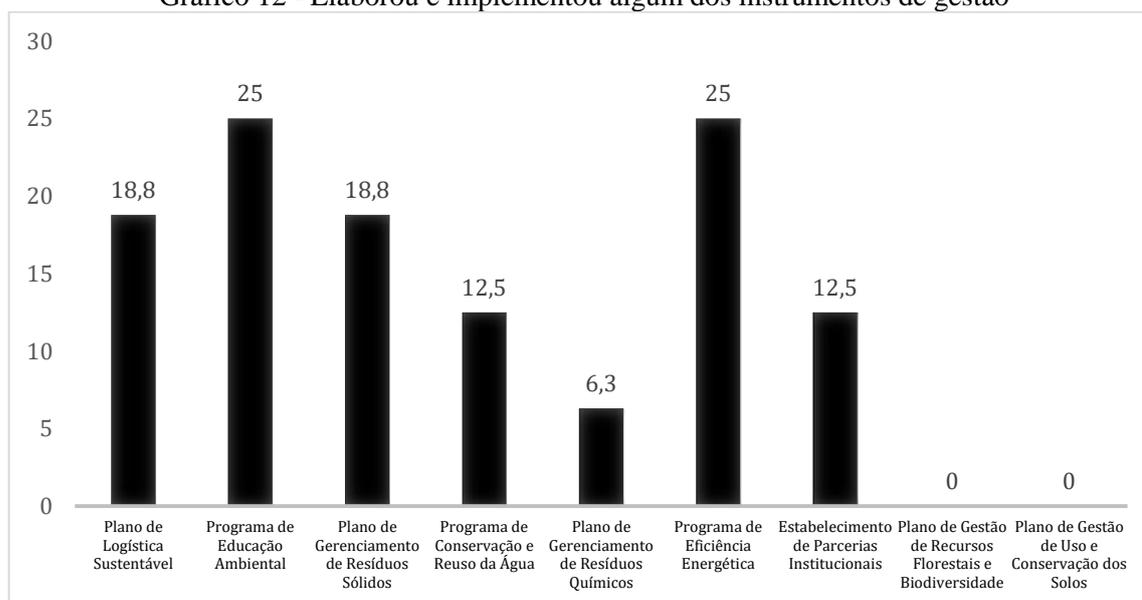
Sobre se o campus elaborou e implementou algum dos instrumentos de gestão em conformidade com as ações contidas na política ambiental do IFPE, destaque para 25% que possuem Programas de Educação Ambiental e para outros (25%) que fizeram seus Programas de Eficiência Energética. Por outro lado, 43,8% informaram não ter elaborado e/ou implementado nenhum dos instrumentos de gestão (Tabela 12; Gráfico 12). Convém mencionar que estes planos e programas não são exclusivos da política ambiental do IFPE, portanto, mesmo não tendo conhecimento da política ambiental interna, não seria impeditivo o gestor conhecer ou adotar alguns desses instrumentos de gestão na prática.

Tabela 12 - Elaborou e implementou algum dos instrumentos de gestão

Pergunta	Resposta	Número	%
Seu <i>campus</i> elaborou e implementou algum dos instrumentos da Política Ambiental do IFPE (marque mais de uma alternativa, se for o caso)?	Plano de Logística Sustentável	3	18,80
	Programa de Educação Ambiental	4	25,00
	Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos	3	18,80
	Programa de Conservação e Reuso da Água	2	12,50
	Plano de Gerenciamento de Resíduos Químicos	1	6,30
	Programa de Eficiência Energética	4	25,00
	Estabelecimento de Parcerias Institucionais	2	12,5
	Plano de Gestão de Recursos Florestais e Biodiversidade	0	0,00
	Plano de Gestão de Uso e Conservação dos Solos	0	0,00
	Nenhuma das opções acima	7	43,80

Fonte: Elaborada pelo autor (2020)

Gráfico 12 - Elaborou e implementou algum dos instrumentos de gestão



Fonte: Elaborado pelo autor (2020)

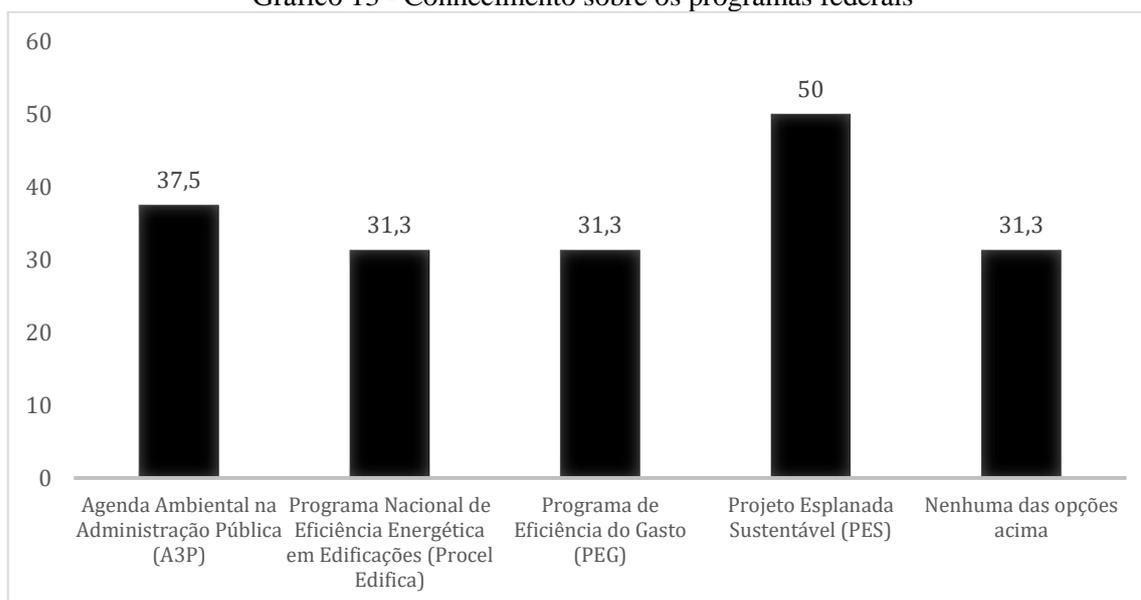
Conhecer apenas a política ambiental interna e seus instrumentos de gestão não é suficiente para se implementarem satisfatoriamente as ações pretendidas. É preciso conhecer também os programas federais que auxiliam na promoção da sustentabilidade. Sobre o conhecimento de algum programa governamental nessa temática, o mais conhecido no IFPE é o PES (50%); ou seja, programas como A3P (37,5%), Procel Edifica (31,3%) e PEG (31,3%) são pouco conhecidos pelos gestores; ainda, cinco (31,3%) diretores não conheciam nenhum dos programas citados (Tabela 13; Gráfico 13).

Tabela 13 - Conhecimento sobre os programas federais

Pergunta	Resposta	Número	%
Você tem conhecimento sobre algum programa governamental direcionado à temática da sustentabilidade, como:	A3P	6	37,50
	Procel Edifica	5	31,30
	PEG	5	31,30
	PES	8	50,00
	Nenhuma das opções acima	5	31,30

Fonte: Elaborada pelo autor (2020)

Gráfico 13 - Conhecimento sobre os programas federais



Fonte: Elaborado pelo autor (2020)

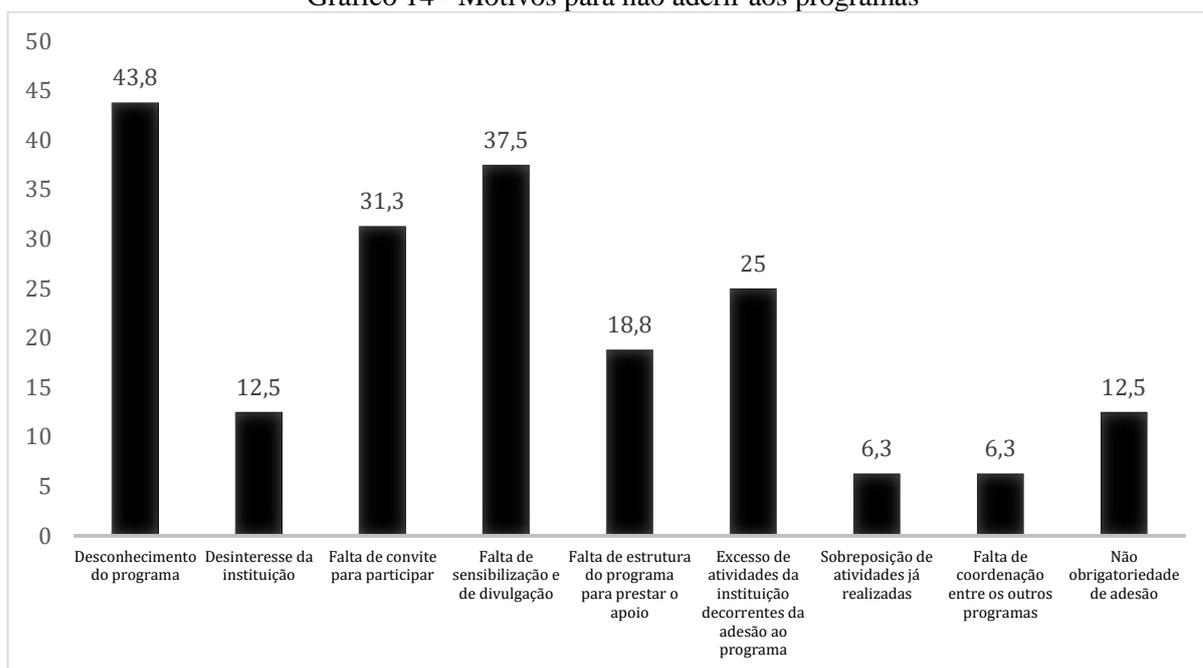
Quando instados a apontar as razões para não terem aderido aos programas anteriormente citados, o principal motivo se deu exatamente pelo desconhecimento do programa (43,8%) e para a falta de sensibilização e de divulgação dos programas (37,5%) (Tabela 14; Gráfico 14).

Tabela 14 - Motivos para não aderir aos programas

Pergunta	Resposta	Número	%
Se o <i>campus</i> não aderiu aos programas citados anteriormente, aponte as razões para tal fato (marque mais de uma alternativa, se for o caso):	Desconhecimento do programa	7	43,80
	Desinteresse da instituição	2	12,50
	Falta de convite para participar do programa	5	31,30
	Falta de sensibilização e de divulgação do programa	6	37,50
	Falta de estrutura do programa para prestar o apoio necessário	3	18,80
	Excesso de atividades da instituição decorrentes da adesão ao programa	4	25,00
	Sobreposição de atividades já realizadas em outros programas	1	6,30
	Falta de coordenação entre os outros programas	1	6,30
	Não obrigatoriedade de adesão	2	12,50
	A instituição já participa de outro programa do governo	0	0,00
	A instituição já possui programa próprio	0	0,00
	A instituição não enxerga benefícios em participar do programa	0	0,00

Fonte: Elaborada pelo autor (2020)

Gráfico 14 - Motivos para não aderir aos programas



Fonte: Elaborado pelo autor (2020)

Quando questionados sobre dificuldades diversas que enfrentavam para implementar a temática de sustentabilidade ambiental nos *campi* da instituição, as respostas foram: não dedicação exclusiva do profissional na área; poucos servidores e sem capacitação na temática ambiental; falta de incentivo para capacitação; e falta de um olhar mais prioritário para o tema por parte da gestão.

Os DAPs dos *campi* avaliaram, de forma geral, que há potencial para melhorar sua atuação na temática da sustentabilidade, principalmente ao aproveitar o potencial técnico dos servidores e docentes, muitos com mestrado e doutorado na área ambiental, bem como aproveitar a infraestrutura dos laboratórios e cursos. Pelos resultados, percebe-se que ter uma comissão/departamento formalizado na estrutura organizacional do IFPE indica a realização de mais práticas de sustentabilidade implementadas. Diante desse contexto, é importante saber, na percepção dos servidores responsáveis pelas comissões/departamentos de sustentabilidade, atores responsáveis diretamente por implementar as práticas e instrumentos da Política Ambiental nos *campi* da instituição, sobre suas habilidades e recursos na realização do seu trabalho.

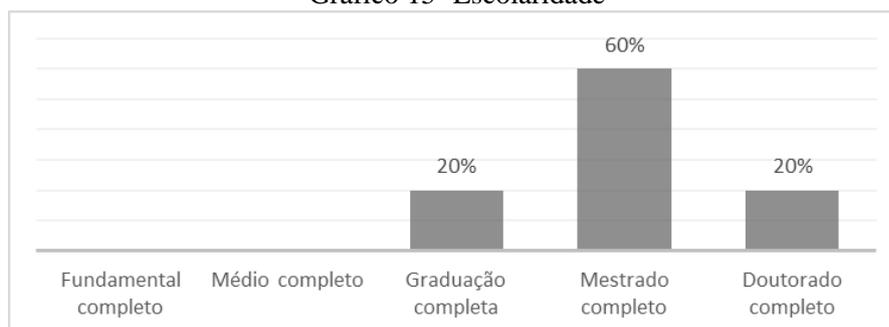
5.3 CAPACIDADE POLÍTICA DOS ATORES RESPONSÁVEIS PELA IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA AMBIENTAL DO IFPE

Tendo em vista os resultados apresentados na seção anterior, na qual os *campi* do IFPE que tinham uma comissão/departamento na sua estrutura organizacional desenvolviam mais ações de promoção da sustentabilidade, esta seção busca descrever as capacidades políticas (analítica, gerencial e política) no nível individual, a partir da percepção dos atores responsáveis pela implementação da política ambiental do IFPE. Para tanto, apresenta os dados divididos em quatro tópicos, adaptados do instrumento de *survey*, desenvolvido por Ramesh, Howlett e Saguin (2015) sobre capacidades políticas: (1) Perfil demográfico e Sobre seu trabalho; (2) Sobre seu treinamento e educação; (3) Autoavaliação de habilidades e recursos; e (4) Barreiras para a eficácia no trabalho. Dois tópicos foram excluídos, pois não se aplicavam ao contexto da organização estudada: Avaliação de procedimentos e recursos organizacionais e Avaliação do ambiente externo. Vale ressaltar que todos os cinco responsáveis pela comissão de sustentabilidade responderam à pesquisa.

5.3.1 Perfil Demográfico e sobre o seu Trabalho

A formação educacional e a experiência são fatores que indicam o estoque de conhecimento do profissional para a implementação de qualquer política pública. Segue o perfil dos responsáveis pelas comissões de sustentabilidade nos *campi* do IFPE: a maioria tem mestrado (60%) e formação nas áreas de Ciência Naturais (Biologia, Química e Ciências da Terra), bem como Ciências Aplicadas (Engenharia, Estudos Ambientais e Agricultura) (Gráfico 15). Além de bem qualificados e com formação em áreas afins à sustentabilidade, possuem também longo prazo de experiência na área pois, em média, estão há 4,6 anos trabalhando na comissão de promoção da sustentabilidade do IFPE.

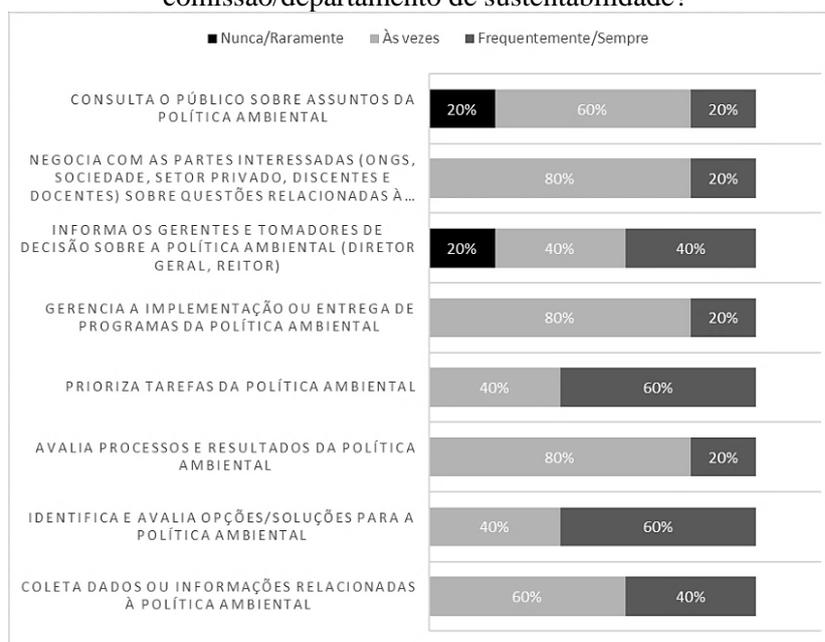
Gráfico 15- Escolaridade



Fonte: Elaborado pelo autor (2020)

Esta parte tem como foco a caracterização da natureza do trabalho e as atribuições dos responsáveis pelas comissões de sustentabilidade do IFPE. Para os respondentes, o que melhor descreve sua posição atual na comissão de sustentabilidade em termos das suas principais responsabilidades é que eles desempenham funções de gestão e de planejamento e desenvolvimento. Sobre a frequência com que realizam determinadas tarefas relacionadas à política ambiental em seu trabalho na comissão, os dados indicam que eles, principalmente, buscam identificar e avaliar opções/soluções para a política ambiental (60%), bem como priorizar a realização das tarefas da política ambiental (60%) (Gráfico 16). Estas atividades demandam habilidades em duas dimensões: a primeira está relacionada à dimensão analítica, e a segunda, à dimensão gerencial.

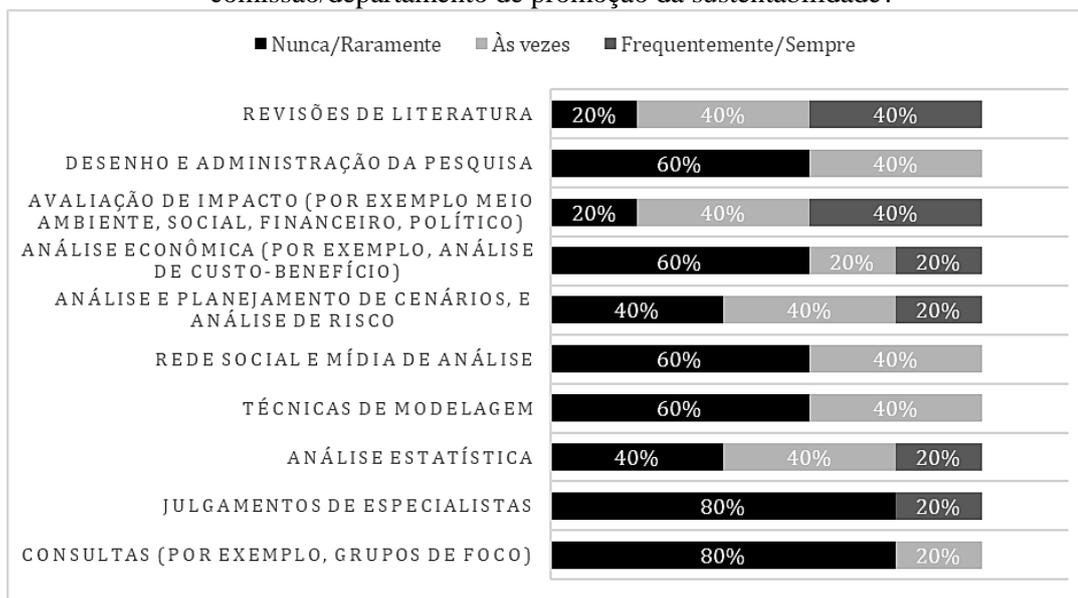
Gráfico 16 - Com que frequência você realiza as seguintes atividades em sua posição atual na comissão/departamento de sustentabilidade?



Fonte: Elaborado pelo autor (2020)

Os respondentes foram solicitados a informar com qual frequência eles utilizavam determinadas técnicas quando realizavam os seus trabalhos na comissão de sustentabilidade. Os tipos de trabalho e as técnicas empregadas pelos atores são uma forma de determinar se eles possuem as habilidades adequadas para realizar as análises de políticas públicas e demandam capacidade na dimensão analítica. Percebe-se aqui dificuldades na utilização de diversas técnicas de análise, sendo que as técnicas mais frequentemente utilizadas são a avaliação de impacto e as revisões de literatura (40% cada) (Gráfico 17).

Gráfico 17 - Com que frequência você emprega as seguintes técnicas em seu trabalho realizado na comissão/departamento de promoção da sustentabilidade?

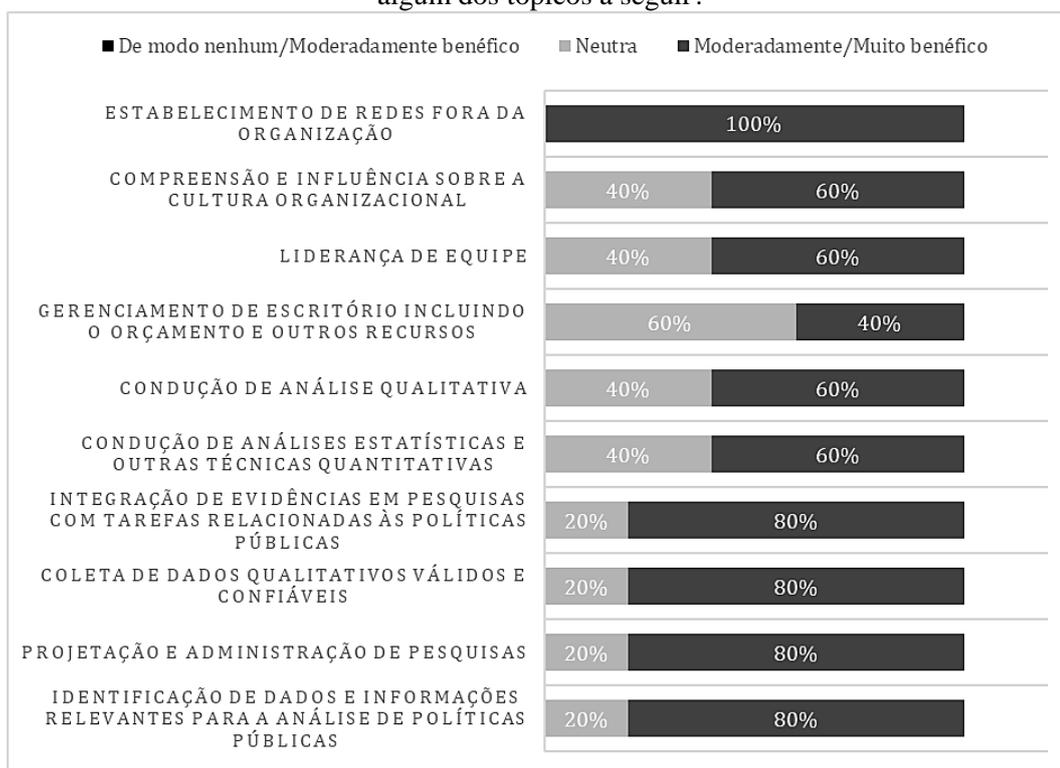


Fonte: Elaborado pelo autor (2020)

Os respondentes foram solicitados a informar o quanto se beneficiariam com programas de treinamento ou cursos em diversos tópicos relacionados a desenvolver diversas habilidades para a execução do seu trabalho na política. O treinamento é um dos principais fatores individuais que podem afetar até que ponto um profissional, na execução de uma política pública, pode contribuir para o desempenho de uma instituição. O treinamento nestes tópicos mostra a importância de se desenvolverem as diversas capacidades políticas nas dimensões analítica, gerencial e política, e poderia capacitar os respondentes nas técnicas que eles têm mais dificuldades de utilizar, conforme relatado na questão anterior.

Na percepção dos respondentes, os tópicos mais benéficos seriam: (1) identificação de dados e informações relevantes para a análise de políticas públicas; (2) projeção e administração de pesquisas; (3) coleta de dados qualitativos válidos e confiáveis; (4) integração de evidências em pesquisas com tarefas relacionadas às políticas públicas; e (5) estabelecimento de redes fora da organização (Gráfico 18). Percebe-se que os quatro primeiros visam desenvolver as habilidades na dimensão analítica e o quinto na política, que, a priori, nem foi citada como uma atividade comumente realizada por estes atores.

Gráfico 18 - Quanto você se beneficiaria com um programa de treinamento ou curso universitário em algum dos tópicos a seguir?

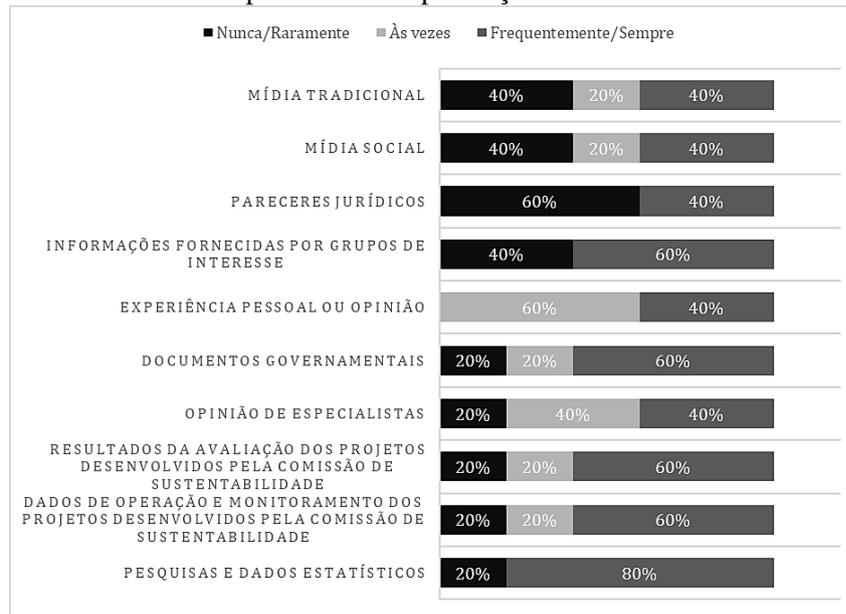


Fonte: Elaborado pelo autor (2020)

Os respondentes foram solicitados a informar com qual frequência eles utilizavam determinadas fontes de informações quando realizavam os trabalhos na comissão de sustentabilidade. Esse questionamento visa identificar as habilidades desses atores em realizar diagnósticos, adquirir e utilizar conhecimentos relevantes para desenvolver e implementar a política ambiental do instituto e estão relacionadas à dimensão analítica. Refere-se essencialmente às aptidões básicas na identificação e coleta de dados apropriados, aplicando métodos estatísticos e integrando evidências no aprendizado sobre as políticas públicas para facilitar a tomada de decisão.

Dentre os itens considerados positivos, principalmente com as maiores frequências, os respondentes indicaram que, frequentemente/sempre, utilizam pesquisas e dados estatísticos (80%), bem como utilizam-se de dados de operação e monitoramento dos projetos desenvolvidos pela comissão, dos resultados da avaliação dos projetos desenvolvidos, dos documentos governamentais e das informações fornecidas por grupos de interesse (60%) (Gráfico 19).

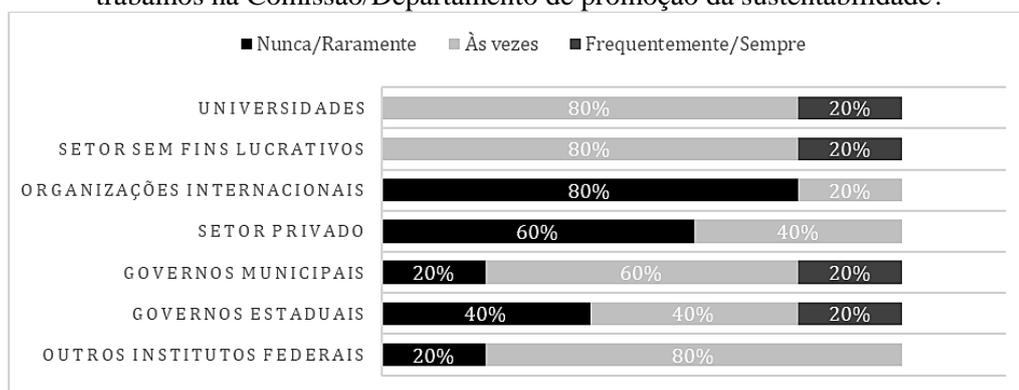
Gráfico 19 - Com que frequência você usa as seguintes fontes de informação em seu trabalho na Comissão/Departamento de promoção da sustentabilidade?



Fonte: Elaborado pelo autor (2020)

Os respondentes também foram solicitados a informar com qual frequência eles interagiam com outras organizações, externas ao IFPE, quando realizavam os trabalhos na comissão de promoção da sustentabilidade. Nesse caso, os aspectos da dimensão política são avaliados em termos da natureza do trabalho dos respondentes em interação com outras partes interessadas. Essas interações externas são importantes para promover e consolidar parcerias que colaborem para o alcance da implementação da política ambiental. Os dados foram apresentados no Gráfico 20 e mostram que há pouca interação dos respondentes com outras instituições quando realizam trabalhos na comissão de sustentabilidade. As menores frequências são com organizações internacionais, setor privado e governo estadual. E as maiores com universidades, setor sem fins lucrativos e governos municipais (Gráfico 20).

Gráfico 20 - Com que frequência você interage com as seguintes organizações quando realiza trabalhos na Comissão/Departamento de promoção da sustentabilidade?



Fonte: Elaborado pelo autor (2020)

5.3.2 Sobre seu Treinamento e Educação

Sobre se participaram de algum treinamento ou curso em determinados tópicos, a maioria não participou. E quando participaram, foi externo à organização (Gráfico 21). Os dados do questionário aplicado aos DAPs sinalizavam que o IFPE pouco realizava ou participava de cursos de capacitação para os gestores em temáticas e programas da esfera federal para a promoção da sustentabilidade. Portanto, é preciso que a instituição estimule a capacitação desses atores e gestores locais, não só em treinamentos relacionados diretamente à política ambiental, mas também em aspectos gerais que visem desenvolver as capacidades analítica, gerencial e política dos responsáveis pelas comissões de sustentabilidade.

Gráfico 21 - Você participou de algum dos seguintes treinamentos ou curso universitário e qual foi o cenário?



Fonte: Elaborado pelo autor (2020)

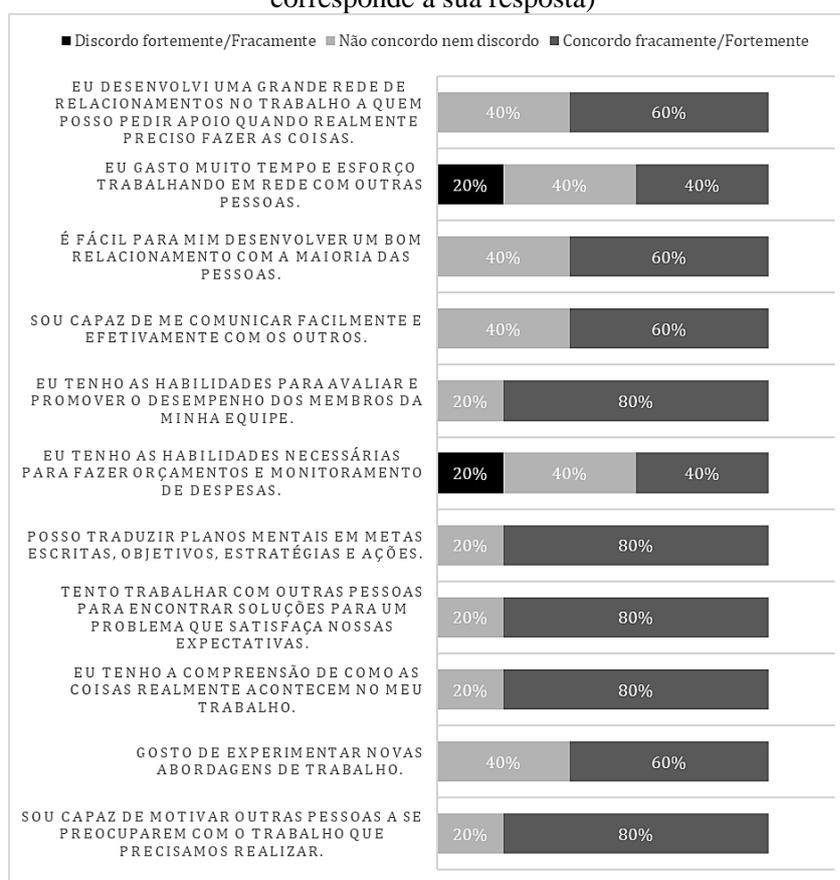
5.3.3 Autoavaliação de Habilidades e Recursos

Esta seção busca identificar os traços de personalidade e atitudes gerais em relação aos aspectos do trabalho realizado pelos respondentes na comissão de sustentabilidade do IFPE. São fatores importantes para maximizar o impacto do papel de um ator na execução da política pública, principalmente na dimensão gerencial, tais como liderança, criatividade e inovação, orientação para resultados, gestão de conflitos, planejamento, gestão de desempenho, comunicação e relacionamento interpessoal.

Sobre a autoavaliação de algumas habilidades e recursos, na perspectiva dos próprios atores, a maioria informa que: (1) é capaz de motivar outras pessoas a se preocuparem com o trabalho que precisam realizar; (2) gosta de experimentar novas abordagens de trabalho; (3) tem a compreensão de como as coisas realmente acontecem no trabalho; (4) tenta trabalhar com outras pessoas para encontrar soluções para um problema que satisfaçam as expectativas;

(5) traduz planos mentais em metas escritas, objetivos, estratégias e ações; (6) tem as habilidades para avaliar e promover o desempenho dos membros da equipe; (7) é capaz de se comunicar facilmente e efetivamente com os outros; (8) é fácil desenvolver um bom relacionamento com a maioria das pessoas; (9) desenvolveu uma grande rede de relacionamentos no trabalho a quem pode pedir apoio quando realmente for preciso fazer as coisas (Gráfico 22).

Gráfico 22 - Até que ponto você concorda com as seguintes afirmações? (Marque a opção que melhor corresponde a sua resposta)



Fonte: Elaborado pelo autor (2020)

5.3.4 Barreiras à Eficácia no Trabalho

Os responsáveis pelas comissões de sustentabilidade do IFPE poderiam selecionar quais as principais barreiras que afetam e influenciam o seu envolvimento efetivo na realização do seu trabalho, em um rol de oito alternativas. Os resultados indicaram, considerando as maiores porcentagens, que os maiores obstáculos são: não ter recursos suficientes (por exemplo, financeiros, pessoal, etc.) para fazer o trabalho (80%); e ter muitas tarefas urgentes para fazer (80%) (Quadro 9). Pelo aspecto positivo, por outro lado, eles

percebem que seus trabalhos são valorizados pelos seus superiores, recebem a autoridade necessária para executar seus trabalhos e consideram que têm a expertise necessária para realizá-los.

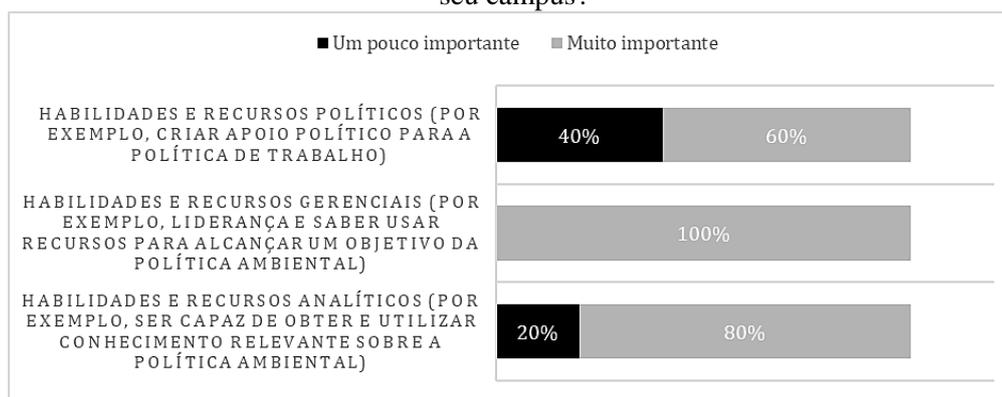
Quadro 9 - Na sua opinião, quais são as principais barreiras para o seu envolvimento efetivo na política ambiental do seu campus no IFPE?

	N	%
Meus superiores não valorizam meu trabalho.	0	0%
Não recebo a autoridade necessária.	0	0%
Não tenho expertise para realizar meu trabalho.	0	0%
Não tenho oportunidades de treinamento suficientes.	1	20%
Meus colegas não valorizam meu trabalho.	2	40%
Não tenho recursos suficientes (por exemplo, financeiros, pessoal, etc.) para fazer o meu trabalho.	4	80%
Tenho muitas tarefas urgentes para fazer.	4	80%
Não tenho acesso a informações relevantes ou dados.	1	20%

Fonte: Elaborado pelo autor (2020)

Os respondentes foram solicitados a informar, na percepção deles, sobre quão importantes são as habilidades e recursos analíticos, gerencial e político, na realização do seu trabalho. Para eles, a considerada mais importante foi a habilidade gerencial, ou seja, liderar e saber usar os recursos para alcançar um objetivo (100%). Em seguida, na ordem de importância, foram as habilidades e recursos analíticos, ou seja, ser capaz de obter e utilizar conhecimentos relevantes sobre a política ambiental (80%). Por fim, as habilidades e recursos políticos, por exemplo, criar apoio para a realização do trabalho (Gráfico 23).

Gráfico 23 - Quão importantes são as seguintes habilidades na implementação da política ambiental no seu campus?



Fonte: Elaborado pelo autor (2020)

Como visto, os recursos organizacionais concedidos pela instituição podem facilitar ou limitar o trabalho a ser realizado pelos atores. Uma das principais barreiras para o envolvimento efetivo no trabalho da política ambiental citada pelos respondentes foi não ter

recursos suficientes. Sobre isso, os respondentes foram solicitados a informar como evoluiu a questão do orçamento, informação e recursos de pessoal para realizar o trabalho relacionado à política ambiental no seu *campus*, nos últimos cinco anos. Para alguns, esses recursos diminuíram (20%), para outros não houve mudanças (40%) e teve até aqueles que tiveram um aumento moderado dos mesmos (40%) (Quadro 10).

Quadro 10 - Na pergunta a seguir, marque a opção que melhor completa a declaração

	Diminuiu muito	Diminuiu moderadamente	Não houve mudança	Aumentou moderadamente	Aumentou muito
Nos últimos 5 anos, tenho orçamento do departamento, informação e recursos de pessoal para o trabalho relacionado à política ambiental.	20%		40%	40%	

Fonte: Elaborado pelo autor (2020)

Outra questão basilar é o comprometimento e o envolvimento das pessoas que trabalham diretamente envolvidas no processo de implementação da política ambiental. Nesse aspecto, as realidades de cada um também são muito diferentes. Para uns, a comissão é muito comprometida (40%); para outros, levemente comprometida e não muito comprometida (40% e 20% respectivamente) (Quadro 11).

Quadro 11 - Marque a opção que melhor completa a declaração sobre comprometimento

	Muito comprometido	Moderadamente comprometido	Levemente comprometido	Não muito comprometido	De modo nenhum comprometido
Com base na sua experiência, quão comprometido está a comissão/ departamento na busca por melhorar suas habilidades para implementar a política ambiental?	40%		40%	20%	

Fonte: Elaborado pelo autor (2020)

Por último, os entrevistados são convidados a fornecer uma avaliação geral de suas próprias habilidades políticas individuais e as habilidades políticas da organização. Os dados mostraram que, no geral, tanto no aspecto individual quanto no organizacional, a maioria acredita ter um nível moderado de habilidades políticas (Quadro 12).

Quadro 12 - Marque a opção que melhor completa a declaração sobre habilidades individuais e organizacionais

	Muito baixa	Baixa	Moderada	Alta	Muito Alta
No geral, como você avaliaria suas habilidades políticas individuais? (nos três níveis: analítico, gerencial e político, por exemplo, as habilidades de comunicação, negociação, gerenciar recursos, liderar, obter e analisar dados)			60%	40%	
No geral, como você avaliaria as habilidades políticas da organização? (nos três níveis: analítico, gerencial e político, por exemplo, comunicação organizacional, negociação com as partes interessadas, possibilitar recursos humanos e financeiros, disponibilizar dados e indicadores)		20%	60%	20%	

Fonte: Elaborado pelo autor (2020)

6 CONCLUSÕES

O estudo teve como objetivo geral analisar a implementação da política ambiental do IFPE a partir da percepção dos seus atores responsáveis. Considerando este objetivo, inicialmente foram identificadas as políticas públicas de promoção da sustentabilidade na APF, por meio das normativas legais e dos programas federais criados com essa finalidade. Com um panorama mais completo das principais iniciativas, foi possível entender melhor as diretrizes que foram seguidas para a elaboração da Política Ambiental do IFPE. Do ponto de vista da formulação, a política ambiental do IFPE, bem como seus instrumentos de gestão, princípios e objetivos, está em sintonia com as normativas e programas federais.

No entanto, o sucesso na implementação de políticas públicas não depende apenas de uma formulação em harmonia com outras políticas macro. A implementação eficaz depende de diversos fatores individuais e organizacionais. Uma análise prévia dos Relatórios de Gestão apresentados pelo IFPE, no período de 2015 a 2017, apontou diversas deficiências na implementação de ações visando à sustentabilidade ambiental, sendo que a questão ainda estava em processo de institucionalização mesmo com o passar dos anos. Com a aprovação de uma Política Ambiental, ainda em 2017, esperava-se que houvesse algum avanço na promoção da sustentabilidade dentro da instituição a partir de então.

Nesse contexto, os dados evidenciaram que a maioria das ações e práticas de sustentabilidade dentro do IFPE ainda não estava sendo implementada a contento, não atendendo minimamente aos requisitos estabelecidos nas normas e regulamentos da APF. Nos aspectos gerais, como principais dificuldades, percebe-se que falta, na maioria dos *campi*, um departamento ou unidade responsável pelo planejamento, elaboração, implementação e acompanhamento das ações destinadas a promover internamente a sustentabilidade. Um departamento devidamente formalizado na estrutura organizacional, em caráter permanente, poderia divulgar e implementar melhor a política ambiental da instituição. Falta também um departamento central na Reitoria do instituto que coordene, monitore e avalie as ações implementadas de forma sistêmica.

As evidências também mostraram a importância desta comissão/departamento na estrutura organizacional do IFPE, pois das 433 ações de promoção da sustentabilidade que receberam respostas afirmativas, os *campi* que possuem comissão/departamento formalizados são responsáveis por 173 (39,95%) das práticas realizadas. Em outros termos, enquanto toda a instituição implementa em média 27,04 ações, os que têm a comissão/departamento

formalizados implementam em média 34,6 ações, contra 23,63 ações (em média) dos que não têm essa unidade responsável oficialmente.

Se os *campi* que possuem comissões estão desempenhando mais ações e práticas voltadas à promoção da sustentabilidade, faz-se mister identificar e descrever, na percepção dos atores responsáveis, quais são as capacidades políticas, no nível individual, que podem estar contribuindo para o sucesso dessa implementação. Conforme visto, a capacidade política são as habilidades e recursos de um ator individual necessários para realizar funções e tarefas relacionadas às políticas públicas em que trabalham. Essas habilidades estão classificadas em três dimensões (analítica, gerencial e política), que interagem entre si, bem como variam de exigência conforme o ciclo da política pública (agenda, adoção, implementação ou avaliação) em que o ator está envolvido.

Sobre as capacidades analíticas, os resultados evidenciaram como pontos positivos que os responsáveis pelas comissões trabalham utilizando diversas fontes de informação, principalmente: pesquisas e dados estatísticos; dados de operação e monitoramento de projetos; resultados das avaliações dos projetos; documentos governamentais e informações fornecidas por grupos de interesse. Essas habilidades são fundamentais para o diagnóstico de problemas e o desenvolvimento de estratégias adequadas para resolvê-los.

Sobre as capacidades gerenciais, a mais importante na ótica dos respondentes quando desempenham seus trabalhos na comissão, os resultados mostraram que eles se autoavaliam como capazes de liderar, criar e inovar, planejar, comunicar, gerir os conflitos e o desempenho e são orientados para resultados. Percebem também que são valorizados, têm a autoridade necessária e recebem o feedback dos resultados do trabalho. A presença de servidores com habilidades em gestão de recursos humanos, financeiros e de coordenação intraorganizacional é fundamental para fazer e implementar boas políticas públicas.

Sobre as capacidades políticas, os resultados mostraram que eles se autoavaliam capazes de se comunicar bem e de desenvolver bons relacionamentos interpessoais na busca pela colaboração de diversos atores no desenvolvimento da política pública em que trabalham. Outro aspecto positivo é que eles buscam ouvir as considerações das partes interessadas na implementação da política ambiental.

Nos aspectos gerais, ficou evidente a excelente qualificação e formação desses atores que são responsáveis pelas comissões dos *campi*, além da experiência adquirida ao longo dos anos na temática da promoção da sustentabilidade. Esses fatores ajudam na busca por identificar e avaliar as melhores opções e soluções, priorizando a realização das tarefas da política ambiental. Tomando como referência o resultado alcançado em comparação com os

campi que não têm ainda a comissão formalizada, essas capacidades, habilidades e recursos podem ser fatores de sucesso na implementação da política ambiental do IFPE.

6.1 LIMITAÇÕES DA PESQUISA

- Realizar um questionário ou uma entrevista com os outros segmentos da comunidade acadêmica como docentes, discentes e demais servidores para identificar sua percepção sobre as ações desenvolvidas pelos *campi*;
- Realizar uma entrevista com os responsáveis pelos departamentos imbuídos de planejar e implementar a política ambiental nos *campi*;
- Realizar a visita *in loco* dos locais para constatar as estruturas físicas necessárias à implementação de algumas ações sustentáveis.
- Realizar uma análise nos níveis organizacional e sistêmico, para identificar outros fatores que podem estar interferindo nos resultados da implementação.

6.2 SUGESTÕES PARA FUTURAS PESQUISAS

- Aplicar o estudo em outras IES que tenham instituído uma política ambiental para realizar uma análise comparativa;
- Criar indicadores nos eixos econômicos, ambientais e sociais mais específicos para as IES, tendo por base as políticas ambientais, normativas e programas federais que promovam a sustentabilidade.
- Ampliar a análise para os níveis organizacional e sistêmico propostos por outros autores.

REFERÊNCIAS

- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). **Sistemas de gestão ambiental**: requisitos com orientações para uso. NBR ISO 14001. Rio de Janeiro, 2004.
- ACRE, F. G.; PRADO, L.; SANTOS, L. J.; CHAGAS, E.; CRUZ, D. F. **Caracterização dos resíduos sólidos gerados em uma instituição de ensino superior no município de Jaboticabal, SP**. 1. Congresso Sul-Americano de Resíduos Sólidos e Sustentabilidade. Instituto Brasileiro de Estudos Ambientais (IBEAS). Gramado, RS. 2018.
- ALENCASTRO, M. A. C.; SILVA, E. V.; LOPES, A. M. D'ÁVILA. Contratações sustentáveis na administração pública brasileira: a experiência do Poder Executivo Federal. **Rev. Adm. Pública** — Rio de Janeiro 48(1):207-35, jan./fev. 2014.
- ALMEIDA, R.; SCATENA, L. M.; LUZ, M. S. da. Percepção ambiental e políticas públicas: dicotomias e desafios no desenvolvimento da cultura de sustentabilidade. **Ambiente & Sociedade**. São Paulo, v. XX, n. 1, p. 43-64, jan.-mar. 2017.
- ALONSO, A.; COSTA, V.; MACIEL, D. Identidade e estratégia na formação do movimento ambientalista brasileiro. **Novos Estudos**. – CEBRAP. 2007, n.79, pp. 151-167.
- ARANA, A. R. A.; ESTURARO, L. M. C. E. **Política ambiental integrada**: um estudo sobre a gestão ambiental em universidades. 1. ed. Curitiba: Appris, 2016.
- BATISTA, M.; DOMINGOS, A. Mais que boas intenções: técnicas quantitativas e qualitativas na avaliação de impacto de políticas públicas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 32, nº 94, junho 2017.
- BERSCH, K.; PRACA, S.; TAYLOR, M. M. State capacity, bureaucratic politicization, and corruption in the brazilian State.” **Governance: An International Journal of Policy, Administration, and Institutions**, v 30, No. 1, January 2017 (pp. 105–124).
- BIDERMAN, R.; MACEDO, L. S. V.; MONZONI, M.; RUBENS MAZON. **Guia de compras públicas sustentáveis** – uso do poder de compra do governo para a promoção do desenvolvimento sustentável. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. v. 1. 132 p.
- BRASIL. **Decreto nº 7.404**, de 23 de dezembro de 2010. Regulamenta a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, cria o Comitê Interministerial da Política Nacional de Resíduos Sólidos e o Comitê Orientador para a Implantação dos Sistemas de Logística Reversa, e dá outras providências. Brasília. 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/Decreto/D7404.htm. Acesso em: 18/08/2019.
- BRASIL. **Decreto nº 7.405**, de 23 de dezembro de 2010. Institui o Programa Pró-Catador, denomina Comitê Interministerial para Inclusão Social e Econômica dos Catadores de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis o Comitê Interministerial da Inclusão Social de Catadores de Lixo criado pelo Decreto de 11 de setembro de 2003, dispõe sobre sua organização e funcionamento, e dá outras providências. Brasília. 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7405.htm Acesso em: 18/08/2019.
- BRASIL. **Decreto nº 7.746**, de 05 de junho de 2012. Regulamenta o art. 3º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para estabelecer critérios e práticas para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela administração pública

federal direta, autárquica e fundacional e pelas empresas estatais dependentes, e institui a Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública - CISAP. Brasília. 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Decreto/D7746.htm. Acesso em: 18/08/2019.

BRASIL. **Decreto nº 8.539**, de 8 de outubro de 2015. Dispõe sobre o uso do meio eletrônico para a realização do processo administrativo no âmbito dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Brasília. 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Decreto/D8539.htm. Acesso em: 18/08/2019.

BRASIL. **Decreto nº 8.540**, de 9 de outubro de 2015. Estabelece, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, medidas de racionalização do gasto público nas contratações para aquisição de bens e prestação de serviços e na utilização de telefones celulares corporativos e outros dispositivos. Brasília. 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Decreto/D8540.htm. Acesso em: 18/08/2019.

BRASIL. **Instrução Normativa nº 01**, de 19 de janeiro de 2010. Dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências. Brasília. 2010. Disponível em: <https://www.governodigital.gov.br/documentos-e-arquivos/legislacao/INSTRUCAO%20NORMATIVA%20N.%2001%20de%202010%20-%20Compras%20Sustentav.pdf/view>. Acesso em: 18/08/2019.

BRASIL. **Instrução Normativa nº 10**, de 12 de novembro de 2012. Estabelece regras para elaboração dos Planos de Gestão de Logística Sustentável de que trata o art. 16, do Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012, e dá outras providências. Brasília. 2012. Disponível em: <file:///F:/Bibliografia%20estudada/Instru%C3%A7%C3%A3o%20Normativa%2010-2012.pdf>. Acesso em: 18/08/2019.

BRASIL. **Instrução Normativa nº 2**, de 04 de junho de 2014. Dispõe sobre regras para a aquisição ou locação de máquinas e aparelhos consumidores de energia pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, e uso da Etiqueta Nacional de Conservação de Energia (ENCE) nos projetos e respectivas edificações públicas federais novas ou que recebam retrofit. Brasília. 2014. Disponível em: <https://www.comprasgovernamentais.gov.br/index.php/legislacao/instrucoes-normativas/304-instrucao-normativa-n-2-de-04-de-junho-de-2014>. Acesso em: 18/08/2019.

BRASIL. **Lei 11.892**, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília. 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm. Acesso em: 18/08/2019.

BRASIL. **Lei 12.305**, de 02 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. Brasília. 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm. Acesso em: 18/08/2019.

BRASIL. **Portaria Interministerial nº 1.877**, de 30 de dezembro de 1985. - Institui o Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica - Procel. Brasília. 1985. Disponível em: <http://www2.aneel.gov.br/cedoc/pri19851877.pdf>. Acesso em: 18/08/2019.

BRASIL. **Portaria Interministerial nº 244**, de 06 de junho de 2012, publicada no DOU nº 110, Seção I, em 08 de junho de 2012. Institui o Projeto Esplanada Sustentável. Brasília. 2012. Disponível em: <http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=08/06/2012&jornal=1&pagina=137&totalArquivos=296>. Acesso em: 18/08/2019.

BRASIL. **Portaria nº 23**, de 12 de fevereiro de 2015, publicada no DOU, Seção I, pág. 67, em 13 de fevereiro de 2015. Estabelece boas práticas de gestão e uso de Energia Elétrica e de Água nos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dispõe sobre o monitoramento de consumo desses bens e serviços. Brasília. 2015. Disponível em: http://www.tst.jus.br/documents/10157/12455710/MPOG+-+PORTARIA+N%C2%BA%2023_2015,%20DE+12_2_2015. Acesso em: 18/08/2019.

BRASIL. **Portaria nº 28**, de 19 de fevereiro de 2018, publicada no DOU nº 34, Seção I, pág. 37, em 20 de fevereiro de 2018. Institui o Programa da Agenda Ambiental na Administração Pública - Programa A3P. Brasília. 2018. Disponível em: http://a3p.mma.gov.br/wp-content/uploads/Hist%C3%B3ria/Documentos/Portaria_SECEX_n_28_-_de_19-02-18_-_Institui_o_Programa_A3P.pdf. Acesso em: 18/08/2019.

BRASIL. **Portaria nº 3**, de 27 de fevereiro de 2018, publicada no DOU nº 41, Seção I, pág. 65, em 01 de março de 2018. Institui as diretrizes do Programa da Agenda Ambiental na Administração Pública - Programa A3P. Brasília. 2018. Disponível em: http://a3p.mma.gov.br/wp-content/uploads/Hist%C3%B3ria/Documentos/Portaria_SAIC_n_3_-_de_27-02-18_-_Institui_as_Diretrizes_do_Programa_A3P.pdf. Acesso em: 18/08/2019.

BRASIL. **Portaria nº 8**, de 17 de abril de 2015. Estabelece os indicadores para o monitoramento do consumo de Energia Elétrica e de Água nos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, e dá outras providências. Brasília. 2015. Disponível em: <https://www.comprasgovernamentais.gov.br/index.php/legislacao/portarias/569-portaria-conjunta-n-8-de-17-de-abril-de-2015>. Acesso em: 18/08/2019.

BRASIL. **Resolução nº 201**, de 03 de março de 2015. Dispõe sobre a criação e competências das unidades ou núcleos socioambientais nos órgãos e conselhos do Poder Judiciário e implantação do respectivo Plano de Logística Sustentável (PLS-PJ). Brasília. 2015. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=2795>. Acesso em: 18/08/2019.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. **Auditoria em sustentabilidade na administração pública federal**. Brasília. 2016. Disponível em: <https://portal.tcu.gov.br/biblioteca-digital/auditoria-operacional-em-sustentabilidade-na-administracao-publica-federal.htm>. Acesso em: 19/07/2019.

CARVALHO, M. L. de.; BARBOSA, T. R. C. G.; SOARES, J. B. **Implementação de política pública: uma abordagem teórica e crítica**. X Colóquio Internacional sobre Gestión Universitaria em América del Sur. “Balance y perspectiva de la Educación en el marco de los Bicentenarios de América del Sur. Mar del Plata, 8, 9 y 10 de Diciembre de 2010.

CHRISPINO, A. **Introdução ao estudo das políticas públicas**: uma visão interdisciplinar e contextualizada. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2016.

CORREA, A. C.; ÁVILA, L. V.; JÚNIOR, V. F. S.; MADRUGA, L. R. DA R. G.; HOFFMANN, C. F.; ERDMANN, R. H. Sustentabilidade das políticas e estratégias para a

educação superior no Brasil: uma análise sob a ótica da teoria dos sistemas autopoieticos. **Revista GUAL**, Florianópolis, v. 8, n. 2, p. 153-176, maio 2015.

COSTA, C. E. L. da. As licitações sustentáveis na ótica do controle externo. **Interesse Público (IP)**, Belo Horizonte, ano 14, n. 71, p. 243-278, jan./fev. 2012.

CRUZ, J. M.; ALMEIDA, D. da S. Aplicação restritiva do tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte visando a promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional. **Revista Jus Navigandi**, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 24, n. 5961, 27 out. 2019. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/64264>. Acesso em: 6 jul. 2020.

DIAS, R. **Gestão ambiental**: responsabilidade social e sustentabilidade. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

DRAHEIN, A. D.; LIZOT, M.; LIMA, E. P.; COSTA, S. E. G. **Gestão de energia e água em Instituições de Ensino Superior**: uma análise de práticas de sustentabilidade nas operações de serviço da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica no Brasil. VII Congresso de Engenharia de Produção. Ponta Grossa, PR., Brasil. 2017.

ENGELMAN, R.; GUISSO, R. M.; FRACASSO, E. M. (2009). Ações de gestão ambiental nas Instituições de Ensino Superior: o que tem sido feito. **Revista de Gestão Social e Ambiental – RGSA**, São Paulo, v. 3, nº.1, p. 22-33, jan/abr. 2009.

ETZIONI, A. Mixed Scanning: uma “terceira” abordagem de tomada de decisão. In HEIDEMANN, Francisco G.; SALM, José Francisco. **Políticas públicas e desenvolvimento**: bases epistemológicas e modelos de análise. 2 ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2010.

FEIL, A. A.; STRASBURG, V. J.; NAIME, R. H. (2015). Meta-análise das publicações científicas de IES brasileiras com sistema de gestão ambiental. **Revista GUAL**, Florianópolis, v. 8, n. 1, p. 214-235, jan. 2015.

FUKUYAMA, F. “**What is governance?**” CGD Working Paper 314. Washington, DC: Center for Global Development, 2013.

GAZONNI, F.; SCHERER, F. L.; HAHN, I. S.R; CARPES, A. DE M.; SANTOS, M. B. DOS (2018). O papel das IES no desenvolvimento sustentável: estudo de caso da universidade federal de Santa Maria. **Revista GUAL**, Florianópolis, v. 11, n. 1, p. 48-70, janeiro 2018.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOMIDE, A.; PEREIRA, A. K.; MACHADO, R. Burocracia e capacidade estatal na pesquisa brasileira. In PIRES, R.; LOTTA, G.; OLIVEIRA, V. E. de. **Burocracia e políticas públicas no Brasil**: interseções analíticas. – Brasília: Ipea: Enap, 2018.

HEIDEMANN, F. G.; SALM, J. F. **Políticas públicas e desenvolvimento**: bases epistemológicas e modelos de análise. 2 ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2010.

HOWLETT, M.; RAMESH, M.; PERL, A. **Política pública**: uma abordagem integradora. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

LIMA, L. L.; D’ASCENZI, L. **Implementação de políticas públicas**: análise da política nacional de humanização a partir da burocracia implementadora. XXXVII Encontro da ANPAD. Rio de Janeiro - RJ, 7 a 11 de setembro, 2013.

- LIMA, J. R.; FIRKOWSKI, O. L. C. F. Universidades brasileiras e seus planos de coleta seletiva. **Acta Brasiliensis** 3(1): 8-13, 2019.
- LINDBLOM, C. E. Muddling through 1: a ciência da decisão incremental. In HEIDEMANN, Francisco G.; SALM, José Francisco. **Políticas públicas e desenvolvimento: bases epistemológicas e modelos de análise**. 2 ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2010.
- LOTTA, G. **Teoria e análises sobre implantação de políticas públicas no Brasil**. Brasília: Enap, 2019.
- LOWI, T. J. **Distribuição, regulação, redistribuição: as funções do governo**. New York: WW Northon, 1966.
- LÜDKE, M.; MARLI, E. D. A. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.
- MACHADO, R. E.; FRACASSO, E. M.; TOMETICH, P.; NASCIMENTO, L. F. (2013). Práticas de gestão ambiental em universidades brasileiras. **Revista de Gestão Social e Ambiental - RGSA**, São Paulo, v. 7, n. 3, p. 37-51, out./dez., 2013.
- MENEZES, H. Z.; MINILLO, X. K. Pesquisa e extensão como contribuição da universidade na implementação dos objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS) no Brasil. **Meridiano** 47, 18: e18019, 2017.
- MOURA, A. M. M. de. **Governança ambiental no Brasil: instituições, atores e políticas públicas**. Brasília: Ipea, 2016, 352 p.
- MULLER, P. **Les Politiques Publiques**. Paris, Presses Universitaires de France, 5^{ème} édition mise en jour 2003.
- NAJAM, A. **Learning from the literature on policy implementation: a synthesis perspective**. International Institute for Applied Systems Analysis. Laxenburg, Austria, 1995.
- NAJBERG, E.; BARBOSA, N.B. **Abordagens sobre o processo de implementação de políticas públicas**. Encontro de Administração Pública e Governança. São Paulo: ANPAD, 22 a 24 de novembro de 2006.
- NUNES, J. G. **Análise da concepção e comportamento do sistema de aproveitamento de água de chuva em operação na UFMT, Campus Cuiabá**. 2016. 109 f. Dissertação (Mestrado em Tecnologia Ambiental) – Faculdade de Arquitetura, Engenharia e Tecnologia - Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2016.
- PHILLIPI JR., A.; ROMÉRO, M. DE A.; BRUNA, G. C. **Curso de gestão ambiental**. 2. ed. atual. e ampl. Barueri, SP: Manole, 2014.
- PIRES, R. O trabalho na burocracia de médio escalão e sua influência nas políticas públicas. In PIRES, R.; LOTTA, G.; OLIVEIRA, V. E. de. **Burocracia e políticas públicas no Brasil: interseções analíticas**. Brasília: Ipea: Enap, 2018.
- PIRES, R. R. Burocracias, gerentes e suas “histórias de implementação”: narrativas do sucesso e fracasso de programas federais. In FARIAS, C. A. P. de. **Implementação de políticas públicas: teoria e prática**. Belo Horizonte: Ed. PUC Minas, 2012.
- RAMESH, M; HOWLETT, M.; SAGUIN, K. **Measuring individual-level analytical, managerial and political policy capacity: a survey instrument**. Working Papers Series. Lee Kuan Yew School of Public Policy. National University of Singapore, 2016.

REIS, C. C.; MORAES, J.A.R. Proposta de elaboração de política ambiental para Instituição de Ensino superior - IES do Sul do País. In: **25º congresso brasileiro de Engenharia sanitária e ambiental**. Rio Grande do Sul, 2009.

RIBEIRO, B. P.; RUIZ, M. S.; SERRA, N. Práticas de gestão para otimização da vida útil de computadores pessoais: um estudo de caso no campus de Santo André da universidade federal do ABC. **Revista de Gestão Social e Ambiental - RGSA**, São Paulo, v. 9, n. 3, p. 80-96, set./dez., 2015.

ROHRICH, S. S., & TAKAHASHI, A. R. W. Sustentabilidade ambiental em Instituições de Ensino Superior, um estudo bibliométrico sobre as publicações nacionais. **Gestão & Produção**, 26(2), e2861. <https://doi.org/10.1590/0104-530X2861-19> Acesso em: 09/07/2020.

SANTANA, E. A. de. Modelo racionalista de decisão: na busca de operacionalização. In HEIDEMANN, Francisco G.; SALM, José Francisco. **Políticas públicas e desenvolvimento: bases epistemológicas e modelos de análise**. 2 ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2010.

SANSON, L. C. **Sociologia ambiental: a origem e o caminho de sua institucionalização científica**. XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires: 2009.

SARAVIA, E.; FERRAREZI, E. **Políticas Públicas: coletânea**. Vol. 1. Brasília: Enap, 2007.

SECHI, L. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. 2 ed. São Paulo: Cengage Learning, 2017.

SILVA, C. L. DA; LIMA, J. E. DE S. **Políticas Públicas e indicadores para o desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Saraiva, 2010.

SILVA, L. B. DA; ALMEIDA, L. DE A. Capacidades estatais e a implementação de políticas públicas: uma análise da agenda de pesquisa. **RP3 – Revista de Pesquisa em Políticas Públicas**: n. 2, 29 abr. 2020.

SILVA, R. S. **Gestão de energia em instituições públicas: metodologia baseada no modelo de excelência em gestão pública**. 2014. 110 f. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Escola Politécnica. Departamento de Engenharia de Energia e Automação Elétricas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

SIQUEIRA, L. C. Política ambiental para quem? **Ambiente & Sociedade**. Campinas, v. XI, n. 2, p. 425-437, jul.-dez. 2008.

SLAPER, T. F.; HALL, T. J. The Triple Bottom Line: whats is it and how does it work?. **Indiana Business Review**, Spring 2011. Disponível em: <https://www.ibrc.indiana.edu/ibr/2011/spring/pdfs/article2.pdf>. Acesso em: 09/07/2020.

SOUZA, C. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, nº 16, p. 20-45, jul/dez 2006.

TAUCHEN, J.; BRANDLI, L. L. A gestão ambiental em instituições de ensino superior: modelo para implantação em campus universitário. **Gestão & Produção**. vol.13, n.3, p.503-515, set-dez. 2006.

TINOCO, D. S. Análise sequencial de políticas públicas nas abordagens da ciência política e da gestão (management). **Cadernos EBAPE. BR**, v. 8, nº 1, artigo 11, Rio de Janeiro, Mar. 2010.

VIEGAS, S. DE F. da S.; CABRAL, E. R. Práticas de sustentabilidade em instituições de ensino superior: evidências de mudanças na gestão organizacional. **Revista GUAL**, Florianópolis, v. 8, n. 1, p. 236-259, jan. 2015.

WINTER, S. C. **Perspectivas de implementação**: status e reconsideração. Administração Pública. Coletânea. São Paulo: Editora, 2010.

WU, X.; RAMESH, M.; HOWLETT, M. Policy capacity: a conceptual framework for understanding policy competences and capabilities. **Policy and Society Associates**, 34, 165-171. Elsevier, 2015.

YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO APLICADO AOS DIRETORES DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO DOS CAMPI DO IFPE

Pesquisa sobre Sustentabilidade Ambiental no IFPE

Você está sendo convidado para participar de uma pesquisa sobre sustentabilidade ambiental no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE). O questionário leva, em média, de 10 a 15 minutos para ser respondido. O objetivo deste estudo é verificar como o IFPE incorpora, institucionalmente, a questão da sustentabilidade ambiental. O questionário está sendo aplicado aos Diretores de Administração e Planejamento por serem os que têm mais conhecimento sobre as ações e atividades de administração, planejamento, infraestrutura, gestão orçamentária, financeira, contábil e patrimonial no âmbito do *Campus*, além da administração de materiais, bens móveis e imóveis, compras, licitações, contratos e serviços gerais.

Fagner Stewart Santiago (mestrando em Políticas Públicas pela Universidade Federal de Pernambuco e Administrador do IFPE - *Campus* Paulista) e a Prof^a. Dr^a. Andrea Steiner (Professora do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE e orientadora), responsáveis por esta pesquisa, asseguram a manutenção da privacidade dos respondentes. O questionário não é identificado e os resultados obtidos serão analisados no conjunto, nunca individualmente.

Agradecemos sua colaboração!

Seção I – Aspectos Gerais

- 1- Em qual campus do IFPE você trabalha?
- 2- Qual cargo e função desempenha no *campus*?
- 3- Existe formalmente, na estrutura do seu *campus*, algum departamento, comissão ou unidade responsável pelo planejamento, elaboração, implementação e/ou acompanhamento de ações destinadas à promoção da temática da sustentabilidade e consumo racional?
Sim ()
Não ()
- 4- Se sim, qual a denominação?
- 5- O principal membro desse departamento, comissão ou unidade responsável responde e se reporta diretamente a qual nível hierárquico?

Direção Geral ()
Direção de Administração e Planejamento ()
Outros
- 6- Os integrantes desse departamento ou dessa unidade dividem seu tempo de trabalho com outras atribuições distintas da temática ligada à sustentabilidade?
Sim ()

- Não ()
- 7- Você conhece a Política Ambiental do IFPE?
Sim ()
Não ()
- 8- Você conhece quais são os instrumentos que constituem a Política Ambiental do IFPE?
Sim ()
Não ()
- 9- Seu *campus* elaborou e implementou algum dos instrumentos da Política Ambiental do IFPE (marque mais de uma alternativa, se for o caso)?
- Plano de Logística Sustentável ()
Programa de Educação Ambiental ()
Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos ()
Programa de Conservação e Reuso da Água ()
Plano de Gerenciamento de Resíduos Químicos ()
Programa de Eficiência Energética ()
Estabelecimento de Parcerias Institucionais ()
Plano de Gestão de Recursos Florestais e Biodiversidade ()
Plano de Gestão de Uso e Conservação dos Solos ()
Nenhuma das opções acima ()
- 10- Os instrumentos elaborados e implementados pelo seu *campus* foram aprovados pelo CONSUP para sua implantação?
Sim ()
Não ()

Seção II - Plano de Logística Sustentável

- 11- O *campus* possui Plano de Gestão Logística Sustentável (PLS), conforme trata o Decreto 7.746/2012?
Sim ()
Não ()
- 12- Se sim, o PLS está formalizado, de acordo com o art. 9º da IN SLTI/MPOG 10/2012, atendendo aos tópicos nele estabelecidos?
Sim ()
Não ()
- 13- O PLS encontra-se publicado e disponível no site do *campus*, na internet?
Sim ()
Não ()
- 14- Seus resultados são publicados semestralmente no site do *campus*, na internet?
Sim ()
Não ()

15- Com vistas a verificar a efetividade das ações de racionalização nos gastos, o *campus* realiza algum tipo de acompanhamento de seu consumo mensal/anual, nos gastos com (marque mais de uma alternativa, se for o caso):

- Água ()
- Energia ()
- Papel ()
- Deslocamentos aéreos ()
- Deslocamentos terrestres ()
- Garrafas d'água ()
- Copos plásticos ()
- Telefonia ()
- Vigilância ()
- Limpeza ()
- Nenhuma das opções acima ()

16- Quais são as dificuldades vivenciadas pelo *campus* para elaboração, implementação e monitoramento de ações destinadas à promoção da temática da sustentabilidade e consumo racional (marque mais de uma alternativa, se for o caso):

- Baixa priorização do tema sustentabilidade pela alta administração do *campus* ()
- Ausência de servidores capacitados ()
- Incerteza sobre o custo-benefício positivo das ações ()
- O benefício financeiro gerado pela implementação não é revertido em prol do próprio *campus* ()
- Falta de recursos financeiros do *campus* para investir na temática ()
- Ausência de um departamento central (na Reitoria) que gerencie e acompanhe de forma centralizada a implementação das ações ()
- Ausência de uma unidade/núcleo socioambiental no organograma do *campus* que fomenta as ações de sustentabilidade em sintonia com o Planejamento Estratégico da instituição ()
- Nenhuma das opções acima ()
- Outros () _____

Seção III - Aquisições e Contratações Sustentáveis

17- Por meio de que ações o *campus* adota diretrizes, critérios e práticas de sustentabilidade nas aquisições e contratações realizadas nos termos do art. 3º, caput, da Lei 8.666/93 (Lei das Licitações) e do Decreto 7.746 (Estabelece critérios para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações), de 05/06/2012 (marque mais de uma alternativa, se for o caso)?

- Fomenta/participa de compras compartilhadas ()
- Considera a Avaliação do Ciclo de Vida (ACV) dos bens ou serviços a serem comprados ou contratados, considerando a função final a que se destina a aquisição ()

Exige dos fornecedores a apresentação de certificações ou exigências formais, quando necessário ()

Inclui nos contratos de copeiragem e serviço de limpeza a adoção de procedimentos que promovam o uso racional dos recursos e utilizem produtos reciclados, reutilizados e biodegradáveis ()

Nenhuma das opções acima ()

Outros () _____

- 18- Para aquisição de bens, o *campus* estimula práticas de contratações sustentáveis? Ou seja, com a inserção de critérios de sustentabilidade nas especificações do objeto e obrigações da contratada, a depender do objeto (marque mais de uma alternativa, se for o caso):

Que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, etc. ()

Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Inmetro, como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares ()

Que os bens sejam, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento ()

Que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada ()

Que haja comprovação de origem das madeiras quando da aquisição de bens com esse tipo de material ()

Que a contratação de obras e serviços com emprego de mão de obra, materiais, tecnologias e matérias-primas sejam preferencialmente de origem local ()

Geralmente, os critérios inseridos nos editais do campus são genéricos ()

Nenhuma das opções acima ()

Outros () _____

- 19- Para contratação de serviços, o campus exige nas obrigações da contratada, a depender do serviço (marque mais de uma alternativa, se for o caso):

Que adote medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto Nº 48.138, de 8 de outubro de 2003 ()

Que observe a Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente Conama nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento ()

Que realize um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes ()

Que realize a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, na fonte geradora,

e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, que será procedida pela coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos da IN/MARE nº 6, de 3 de novembro de 1995 e do Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006 ()

Que respeite as Normas Brasileiras (NBRs) publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) sobre resíduos sólidos ()

Que preveja a destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução Conama nº 257, de 30 de junho de 1999

Que a contratação de obras e serviços com emprego de mão de obra, materiais, tecnologias e matérias-primas sejam preferencialmente de origem local ()

Geralmente, os critérios inseridos nos editais do campus são genéricos ()

Nenhuma das opções acima ()

Outros () _____

20- Existem outras boas práticas adotadas para aquisições e contratações sustentáveis e/ou compartilhadas no seu campus? Se sim, informe resumidamente.

Seção IV - Programa de Eficiência Energética

21- Por meio de que ações o *campus* busca usar de forma racional e reduzir o consumo de ENERGIA ELÉTRICA (marque mais de uma alternativa, se for o caso)?

Adota boas práticas de gestão e medição do uso de energia elétrica ()

Realiza, periodicamente, diagnóstico de suas instalações prediais de energia elétrica (sua rede, dos transformadores e dos quadros de distribuição) de modo a estabelecer um plano de ação para seu uso racional, propiciando a redução de seu consumo ()

Analisa periodicamente se o consumo local está adequado a demanda contratada e ajusta, caso necessário, sua estrutura tarifária, mediante negociação com a concessionária distribuidora de energia elétrica ()

Realiza a medição setorizada de consumo de energia, preferencialmente por seção, tipos de equipamentos ou uso final (iluminação, condicionamento de ar e outros) ()

Ao adquirir ou alugar equipamentos elétricos, dá preferência àqueles classificados com selo Procel “A” ou com reconhecida eficiência energética ()

Adota práticas de uso dos sistemas de ar condicionado de modo a otimizar o uso de energia elétrica ()

Considera, além dos custos de aquisição e instalação, os de manutenção, operação e o consumo de energia, na escolha do sistema de ar-condicionado a ser instalado ()

Os sistemas de iluminação contam com setorização de ambientes, dividindo-os em áreas com mais e com menos iluminação natural, de modo a permitir ligar as lâmpadas da região mais escura e desligar as da mais clara ()

Utiliza, além dos sistemas de iluminação dos ambientes, sistemas de iluminação natural ()

Nenhuma das opções acima ()

Outros () _____

22- O *campus* utiliza, além dos sistemas de refrigeração dos ambientes, outros sistemas que contribuam para a manutenção de uma temperatura agradável, tal como (marque mais de uma alternativa, se for o caso):

Ventilação natural ()

Utilização de vidros das fachadas com proteção solar ()

Técnicas refletivas nas coberturas ()

Nenhuma das opções acima ()

Outros () _____

23- O *campus* adota práticas de uso dos sistemas de iluminação de modo a otimizar o uso de energia elétrica, tal como (marque mais de uma alternativa, se for o caso):

Utilização de sistemas de iluminação com setorização de ambientes ()

Utilização de lâmpadas e luminárias que forneçam máxima reflexão da luz ()

Utilização de lâmpadas mais eficientes (fluorescentes) ()

Utilização de temporizadores para controle de iluminação (sensores de presença) ()

Nenhuma das opções acima ()

Outros () _____

24- Existem outras particularidades/peculiaridades que o *campus* queira destacar sobre seus prédios no que se refere a práticas de racionalização no uso de energia elétrica? Se sim, informe resumidamente.

Seção V - Programa de Conservação e Reuso da Água

25- Por meio de que ações o *campus* busca usar de forma racional e reduzir o consumo de ÁGUA (marque mais de uma alternativa, se for o caso).

Tem realizado diagnóstico das instalações hidráulicas prediais e vistorias periódicas para detecção e conserto de vazamento de água visíveis e não-visíveis na rede, nos reservatórios e equipamentos hidráulicos, tais como bacias sanitárias, chuveiros, torneiras e válvulas ()

Verifica e adéqua, quando necessário, a estrutura tarifária do fornecimento de água, mediante negociação com a concessionária ()

Realiza a medição setorizada de consumo de água, por meio da divisão de hidrômetros nas construções onde sejam planejados mais de um tipo de uso ou de edifício, de forma a possibilitar a medição do consumo de água por tipo de uso ou de edifício (área administrativa, sanitários e copas, restaurantes, centrais de água gelada ou ar condicionado, irrigação, lavagem de veículos, etc.) ()

Realiza coleta e aproveitamento da água de chuva ()

Pratica o reuso de águas cinzas nas instalações em que isso é possível ()

Realiza o tratamento dos efluentes gerados ()

Nenhuma das opções acima ()

Outros () _____

26- O *campus* adota práticas de uso dos sistemas hidráulicos de modo a otimizar o uso de água, tal como (marque mais de uma alternativa, se for o caso):

Uso de válvula de descarga com duplo fluxo ()

Bacias sanitárias com caixa de descarga de baixo consumo ()

Torneiras com arejadores e fechamento automático ()

Limitadores de vazão quando houver condições de alta pressão, por exemplo, em chuveiros e duchas ()

Nenhuma das opções acima ()

Outros () _____

27- O *campus* adota práticas de jardinagem destinadas a otimizar o uso de água, tal como (marque mais de uma alternativa, se for o caso):

A substituição da vegetação de jardins e gramados por espécies resistentes à seca ()

Utilização de sistemas de irrigação mais econômicos (gotejamento, por exemplo) ()

Realiza rega de gramado e jardins no início da manhã ou à noite ()

Nenhuma das opções acima ()

Outros () _____

28- Existem outras particularidades/peculiaridades que o *campus* queira destacar sobre seus prédios no que se refere a práticas de racionalização no uso de água?

Seção VI - Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos

29- Por meio de que ações o *campus* faz a gestão e destinação dos resíduos sólidos e realização de coleta seletiva (marque mais de uma alternativa, se for o caso).

Possui plano de gestão de resíduos sólidos ()

Na gestão e gerenciamento de resíduos sólidos, observa a seguinte ordem de prioridade: não geração, redução, reutilização, reciclagem, tratamento dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos ()

Constituiu Comissão para a Coleta Seletiva Solidária (CCSS) com, no mínimo, três servidores formalmente designados ()

Separa os resíduos recicláveis descartados e destina-os a associações e cooperativas de catadores formalmente constituídas, na forma preconizada pelos Decretos 5.940/2006 e 7.405/2010 ()

Dá preferência ao fornecimento de água por meio de galões d'água ou filtros purificadores, em conjunto a campanhas de incentivo aos colaboradores utilizarem recipientes próprios (canecas, squeeze) em detrimento ao uso de água envasada e/ou utilização de copos descartáveis ()

Nenhuma das opções acima ()

Outros () _____

30- O *campus* promove a destinação ecologicamente correta, incluindo a logística reversa, na destinação final de seus resíduos, de acordo com a Política Nacional de Resíduos Sólidos, dos seguintes produtos (marque mais de uma alternativa, se for o caso):

Suprimentos de impressão (toner) ()

Pilhas e baterias ()

Lâmpadas ()

Pneus ()

Produtos eletroeletrônicos e seus componentes ()

Produtos de Tecnologia de Informação (computadores e impressoras etc) ()

Óleos lubrificantes, seus resíduos e embalagens ()

Nenhuma das opções acima ()

Outros () _____

31- Existem outras particularidades/peculiaridades que o *campus* queira destacar sobre a gestão de resíduos e coleta seletiva?

Seção VII - Programa de Educação Ambiental

32- Por meio de que ações o *campus* realiza campanhas de sensibilização e cursos de capacitação na temática ambiental destinados aos seus colaboradores e gestores (marque mais de uma alternativa, se for o caso)?

O *campus* realiza, realizou ou participou de cursos de capacitação para os seus gestores envolvidos com a temática das compras, aquisições e contratações sustentáveis (pregoeiros e integrantes de comissões de licitação) ()

O *campus* realiza, realizou ou participou de cursos de capacitação para os seus gestores e equipe técnica envolvidos com a temática de compras e aquisições compartilhadas ()

O *campus*, ao realizar concursos públicos para provimento de seus cargos, tem considerado a temática da sustentabilidade nas habilidades e nos conhecimentos cobrados de seus candidatos ()

Nenhuma das opções acima ()

Outros () _____

33- O *campus* realiza/realizou ou participou de cursos de capacitação para os seus gestores envolvidos com a temática da sustentabilidade, tais como cursos direcionados à elaboração, implementação e monitoramento (marque mais de uma alternativa, se for o caso)...

do Plano de Gestão Logística Sustentável (PLS) ()

da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) ()

do Projeto Esplanada Sustentável (PES) ()

Nenhuma das opções acima ()

Outros () _____

34- O *campus* realiza/realizou cursos visando à divulgação das ações de sustentabilidade para servidores, discentes, fornecedores e contratados, tal como (marque mais de uma alternativa, se for o caso):

Racionalização de consumo consciente de água ()

Racionalização de energia ()

Racionalização do uso do papel ()

Redução da utilização de copos descartáveis ()

Descarte consciente de resíduos ()

Nenhuma das opções acima ()

Outros () _____

35- O *campus* realiza/realizou campanhas visando a divulgação das ações de sustentabilidade para servidores, discentes, fornecedores e contratados, tal como (marque mais de uma alternativa, se for o caso):

Racionalização do consumo consciente de água ()

Racionalização de energia ()

Racionalização do uso do papel ()

Redução da utilização de copos descartáveis ()

Descarte consciente de resíduos ()

Nenhuma das opções acima ()

Outros () _____

36- Existem outras boas práticas adotadas por seu *campus* relativas a cursos e campanhas realizados para indução ao consumo racional e consciente?

Seção VIII - Estabelecimento de Parcerias Institucionais

37- Você tem conhecimento sobre algum programa governamental direcionado à temática da sustentabilidade, como (marque mais de uma alternativa, se for o caso):

Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) ()

Programa Nacional de Eficiência Energética em Edificações (Procel Edifica) ()

Programa de Eficiência do Gasto (PEG) ()

Projeto Esplanada Sustentável (PES) ()

Nenhuma opção acima ()

Outros () _____

38- O *campus* faz parte de algum programa governamental direcionado à temática da sustentabilidade, como (marque mais de uma alternativa, se for o caso):

Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) ()

Programa Nacional de Eficiência Energética em Edificações (Procel Edifica) ()

Programa de Eficiência do Gasto (PEG) ()

Projeto Esplanada Sustentável (PES) ()

Nenhuma opção acima ()

Outros () _____

39- Se o *campus* não aderiu aos programas citados anteriormente, aponte as razões para tal fato (marque mais de uma alternativa, se for o caso):

Desconhecimento do programa ()

Desinteresse da instituição ()

Falta de convite para participar do programa ()

Falta de sensibilização e de divulgação do programa ()

Falta de estrutura do programa para prestar o apoio necessário ()

Excesso de atividades da instituição decorrentes da adesão ao programa ()

Sobreposição de atividades já realizadas em outros programas ()

Falta de coordenação entre os outros programas ()

Não obrigatoriedade de adesão ()

A instituição já participa de outro programa do governo ()

A instituição já possui programa próprio ()

A instituição não enxerga benefícios em participar do programa ()

Outros () _____

Seção IX - Boas Práticas e Dificuldades Diversas

40- Caso deseje, relate boas práticas adotadas por seu *campus* que eventualmente não tenham sido abordadas neste questionário.

41- Caso deseje, relate as principais dificuldades enfrentadas por seu *campus*, no que se refere ao planejamento, implementação, acompanhamento e avaliação de ações direcionadas à sustentabilidade que por ventura não tenham sido abordadas neste questionário.

42- Como o *campus* avalia, de forma geral, que há potencial para melhorar sua atuação na temática da sustentabilidade?

APÊNDICE B – *SURVEY* APLICADO AOS RESPONSÁVEIS PELA COMISSÃO DE SUSTENTABILIDADE DOS CAMPI DO IFPE

Pesquisa sobre Sustentabilidade Ambiental no IFPE

Fonte: Adaptado de Ramesh, Howlett e Saguin (2016). *Measuring Individual-Level Analytical, Managerial and Political Policy Capacity: A Survey Instrument*.

Você está convidado a preencher este questionário por causa de sua posição atual ou mais recente em políticas públicas. Sua participação é voluntária. Se você decidir participar desta pesquisa, você pode retirar a qualquer momento.

Nesta pesquisa, serão solicitadas informações sobre você, seu trabalho e sua educação e treinamento.

A pesquisa também envolve uma autoavaliação de competências relacionadas a políticas. Responder a pesquisa irá leva aproximadamente 10 a 20 minutos.

Garantimos que sua participação na pesquisa e suas respostas individuais serão estritamente confidenciais para a equipe de pesquisa e não serão divulgadas para terceiros, incluindo outros respondentes. Os resultados da pesquisa serão usados apenas para fins acadêmicos e podem ser compartilhados em na forma de um artigo acadêmico ou apresentação em conferência.

Ao marcar a caixa ao lado de "concordar" abaixo:

- você leu as informações acima; e,
 - você voluntariamente concorda em participar
- Concordo Discordo

Perfil Demográfico (circule o número que corresponde à sua resposta)

Escolaridade:

- 1 – Fundamental completo
- 2 – Médio completo
- 3 – Graduação completa
- 4 - Mestrado completo
- 5 - Doutorado completo

Campo(s) de estudo (marcar tudo que se aplica):

- 1 - Humanidades (por exemplo, História, Filosofia)
- 2 - Ciências Sociais (por exemplo, Antropologia, Ciência Política, Economia)
- 3 - Ciências Naturais (por exemplo, Biologia, Química, Ciências da Terra)
- 4 - Ciências Formais (por exemplo, Matemática, Estatísticas)
- 5 - Ciências Aplicadas (por exemplo, Engenharia, Estudos ambientais, agricultura)
- 6 - Profissões (por exemplo, medicina, Arquitetura, Negócios, Educação)
- 7 - Administração Pública, Políticas Públicas ou relações públicas
- 8 - Outros, especifique:

9 - Não se aplica

Há quanto tempo você trabalha na Comissão/Departamento de promoção da sustentabilidade no IFPE?

A) Sobre seu Trabalho (circule o número que corresponde à sua resposta)

QA1 - O que melhor descreve sua posição atual na Comissão/Departamento de sustentabilidade? (Escolha apenas um).

- 1 - Analista/Pesquisador
- 2 - Avaliação/Monitoramento/Avaliação
- 3 - Gestão
- 4 - Planejamento e Desenvolvimento
- 5 - Participação Pública/Engajamento das Partes Interessadas
- 6 - Comunicações/contato interno ou externo
- 7 - Entrega de serviços da linha de frente
- 8 - Outros, especifique:

QA2 - Com que frequência você realiza as seguintes atividades em sua posição atual na Comissão/Departamento de sustentabilidade? (Marque a opção que melhor corresponde a sua resposta).

- 1 - Coleta dados ou informações relacionadas à política
- 2 - Identifica e avalia opções/soluções para a política
- 3 - Avalia processos e resultados da política
- 4 - Prioriza tarefas da política
- 5 - Gerencia a implementação ou entrega de programas
- 6 - Informa os gerentes e tomadores de decisão sobre a política (por exemplo, diretores gerais, reitor)
- 7 - Negocia com as partes interessadas sobre questões da política
- 8 - Consulta o público sobre assuntos da política
- 9 - Outros, especifique:

Escala: 1 Nunca, 2 Raramente, 3 Às vezes, 4 Frequentemente, 5 Sempre

QA3 - Com que frequência você emprega as seguintes técnicas em seu trabalho realizado na Comissão/Departamento de promoção da sustentabilidade? (Marque a opção que melhor corresponde a sua resposta).

- 1 - Consultas (por exemplo, grupos de foco)
- 2 - Julgamentos de especialistas
- 3 - Análise estatística
- 4 - Técnicas de modelagem
- 5 - Rede social e análise de mídia
- 6 - Análise e planejamento de cenários, e análise de risco

- 7 - Análise econômica (por exemplo, análise de custo-benefício)
- 8 - Avaliação de impacto
- 9 - Desenho e administração da pesquisa
- 10 - Revisões da literatura
- 11 - Outro, especifique

Escala: 1 Nunca, 2 Raramente, 3 Às vezes, 4 Frequentemente, 5 Sempre

QA4 - Quanto você se beneficiaria com um programa de treinamento ou curso universitário em algum dos tópicos a seguir? (Marque a opção que melhor corresponde a sua resposta).

- 1 - Identificação de dados e informação relevante para análise de política
- 2 - Projetando e administrando pesquisas
- 3 - Coletar dados qualitativos válidos e confiáveis
- 4 - Integração de evidências em pesquisas com tarefas relacionadas à política
- 5 - Conduzindo análises estatísticas e outras técnicas quantitativas
- 6 - Conduzindo uma análise qualitativa
- 7 - Gerenciando um escritório incluindo o orçamento e outros recursos
- 8 - Liderando uma equipe
- 9 - Compreendendo e influenciando a cultura organizacional
- 10 - Estabelecimento de redes fora da organização

Legenda: 1 De modo nenhum benéfico, 2 Moderadamente não benéfico, 3 Neutra, 4 Moderadamente benéfico, 5 Muito benéfico

QA5 - Com que frequência você usa as seguintes fontes de informação em seu trabalho na Comissão/Departamento de promoção da sustentabilidade? (Marque a opção que melhor corresponde a sua resposta).

- 1 - Pesquisas e dados estatísticos
- 2 - Dados de operação e monitoramento (por exemplo, despesas do programa)
- 3 - Resultados da avaliação do programa (por exemplo, realizações físicas, impacto)
- 4 - Opinião do especialista (acadêmico e consultores)
- 5 - Documentos governamentais (por exemplo, documentos e relatórios)
- 6 - Experiência pessoal ou opinião
- 7 - Informações fornecidas por grupos de interesse (por exemplo, indústria, organizações não governamentais)
- 8 - Pareceres jurídicos
- 9 - Mídia social
- 10 - Mídia tradicional (por exemplo, notícias e relatórios)
- 11 - Outro: _____

Escala: 1 Nunca, 2 Raramente, 3 Às vezes, 4 Frequentemente, 5 Sempre

QA6 - Com que frequência você interage com as seguintes organizações quando realiza trabalhos na Comissão/Departamento de promoção da sustentabilidade? (Marque a opção que melhor corresponde a sua resposta).

- 1 - Outros Institutos Federais
- 2 - Governos estaduais
- 3 - Governos municipais
- 4 - Setor privado
- 5 - Organizações internacionais
- 6 - Setor sem fins lucrativos
- 7 - Universidades
- 8 - Outros, especifique: _____

Escala: 1 Nunca, 2 Raramente, 3 Às vezes, 4 Frequentemente, 5 Sempre

QA7 - Até que ponto você concorda com as seguintes declarações? (Marque a opção que melhor corresponde a sua resposta).

- 1 - Eu trabalho principalmente em atribuições de curto prazo.
- 2 - Eu trabalho principalmente em atribuições de longo prazo.

Escala: Discordo fortemente, Discordo fracamente, Não discordo nem concordo, Concordo fracamente, Concordo fortemente.

QA9 - Quantos servidores em tempo integral trabalham na Comissão/Departamento de sustentabilidade?

B) Sobre seu Treinamento e Educação

QB1 - Se você participou de algum dos seguintes treinamentos ou curso universitário e qual foi o cenário? (Marque a opção que melhor corresponde a sua resposta).

- 1 - Análise ou avaliação da política normal (por exemplo, análise de custo-benefício)
- 2 - Liderança, gestão ou supervisão
- 3 - Análise política e rede
- 4 - Orçamento e gestão de pessoal
- 5 - Lei ou constituição

Escala: Não aplicável, Externo a minha organização (por exemplo, terceiros ou firmas de treinamento ou universidade externos), Interno a minha organização (por exemplo institutos de treinamento ou unidades dentro de minha organização)

C) Autoavaliação de Habilidades e Recursos

Até que ponto você concorda com as seguintes afirmações? Circule o número que corresponde a sua resposta.

- QC1 Sou capaz de motivar outras pessoas a se preocuparem com o trabalho que precisamos realizar.
- QC2 Gosto de experimentar novas abordagens de trabalho.
- QC3 Eu tenho a compreensão de como as coisas realmente acontecem no meu trabalho.
- QC4 Tento trabalhar com outras pessoas para encontrar soluções para um problema que satisfaça nossas expectativas.
- QC5 posso traduzir planos mentais em metas escritas, objetivos, estratégias e ações.
- QC6 Eu tenho as habilidades necessárias para fazer orçamentos e monitoramento de despesas.
- QC7 Eu tenho as habilidades para avaliar e promover o desempenho dos membros da minha equipe.
- QC8 Sou capaz de me comunicar facilmente e efetivamente com os outros.
- QC9 É fácil para mim desenvolver um bom relacionamento com a maioria das pessoas.
- QC10 Eu gasto muito tempo e esforço trabalhando em rede com outras pessoas.
- QC11 Eu desenvolvi uma grande rede de trabalho a quem posso pedir apoio quando realmente preciso fazer as coisas.

Escala: Discordo fortemente, Discordo fracamente, Não concordo nem discordo, Concordo fracamente, Concordo fortemente.

D) Avaliação Procedimentos e Recursos Organizacionais

No contexto da sua posição atual na Comissão/Departamento de promoção da sustentabilidade, até que ponto você concorda com as seguintes afirmações? (Marque a opção que melhor corresponde a sua resposta).

- QD1 Eu sei dizer o que a comissão/departamento faz.
- QD2 Unidades e escritórios em minha organização sempre colaborem uns com os outros.
- QD3 Minha organização considera as contribuições das partes interessadas, quando necessário.
- QD4 A maioria das pessoas que dirigem minha organização geralmente sabem o que estão fazendo.
- QD5 Eu recebo feedback regular sobre o meu desempenho individual.
- QD6 Meus objetivos individuais estão ligados aos objetivos da organização.

Escala: Discordo fortemente, Discordo fracamente, Não concordo nem discordo, Concordo fracamente, Concordo fortemente.

E) Barreiras para a Eficácia no Trabalho

QF1 Na sua opinião, quais são as principais barreiras para o seu envolvimento efetivo na política ambiental do seu campus no IFPE? (Marque tudo o que se aplica).

- 1 - Meus superiores não valorizam meu trabalho.
- 2 - Não recebo a autoridade necessária.
- 3 - Não tenho expertise para realizar meu trabalho.
- 4 - Não tenho oportunidades de treinamento suficientes.
- 5 - Meus colegas não valorizam meu trabalho.

- 6 - Não tenho recursos suficientes (por exemplo, financeiros, pessoal, etc.) para fazer o meu trabalho.
- 7 - Tenho muitas tarefas urgentes para fazer.
- 8 - Não tenho acesso a informações relevantes ou dados.
- 9 - Outros, especifique:

QF2 - Quão importantes são as seguintes habilidades na implementação da política ambiental no seu campus? (Marque a opção que melhor corresponde a sua resposta.)

- 1 - Habilidades e recursos analíticos (por exemplo, ser capaz de obter e utilizar conhecimento relevante sobre a política ambiental)
- 2 – Habilidades e recursos gerenciais (por exemplo, liderança e saber usar recursos para alcançar um objetivo da política ambiental)
- 3 - Habilidades e recursos políticos (por exemplo, criar apoio político para a política de trabalho)

Escala: Muito sem importância, Um pouco sem importância, Nem Importante nem sem importância, Um pouco Importante, Muito importante

QF3 - Na pergunta a seguir, marque a opção que melhor completa a declaração.

Nos últimos 5 anos, tenho orçamento do departamento, informação e recursos de pessoal para o trabalho relacionado à política:

Escala: Diminuiu muito, Diminuiu moderadamente, Não houve mudança, Aumentou moderadamente, Aumentou muito

QF4. Marque a opção que melhor completa a declaração.

Com base na sua experiência, quão comprometido está a comissão/departamento na busca por melhorar suas habilidades para implementar a política ambiental?

Escala: Muito comprometido, Moderadamente comprometido, Levemente comprometido, Não muito comprometido, De modo nenhum comprometido

QF5. Marque a opção que melhor completa a declaração.

No geral, como você avaliaria suas habilidades políticas individuais? (nos três níveis: analítico, gerencial e político, por exemplo, as habilidades de comunicação, negociação, gerenciar recursos, liderar, obter e analisar dados)

Legenda: Muito baixa, baixa, Moderada, Alta, Muito alta

No geral, como você avaliaria as habilidades políticas da organização? (nos três níveis: analítico, gerencial e político, por exemplo, comunicação organizacional, negociação com as partes interessadas, possibilitar recursos humanos e financeiros, disponibilizar dados e indicadores)

Legenda: Muito baixa, baixa, Moderada, Alta, Muito alta

Caso deseje, relate as dificuldades enfrentadas por você ou por seu *campus*, no que se refere ao planejamento, implementação, acompanhamento e avaliação de ações direcionadas à sustentabilidade.

APÊNDICE C - DIVULGAÇÃO DA POLÍTICA AMBIENTAL DO IFPE E DOS SEUS INSTRUMENTOS DE GESTÃO

- IN 2/2014/MP/SLTI - Regras para a aquisição/ locação de aparelhos consumidores de energia;
- Portaria 23/2015/MP - Boas práticas gestão de energia e água;
- Portaria Conjunta Interna 8/2015/MP - Indicadores monitoramento do consumo de energia e água;
- Decreto 8.540/2015 - Racionalização do gasto público nas contratações.

Responsáveis pela implementação da Política Ambiental do IFPE?

- Gestores, Servidores Técnico-administrativos, Docentes e Discentes.

Recomendações de programas federais com a temática sustentável que o IFPE pode aderir:

- Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P)
- Projeto E3
- Procel Edifica
- Projeto Esplanada Sustentável (PES)
- Programa de Eficiência do Gasto (PEG)

POLÍTICA AMBIENTAL DO IFPE E DOS SEUS INSTRUMENTOS DE GESTÃO



Qual o objetivo da Política Ambiental do IFPE?

- Preservar e melhorar a qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar as condições ao desenvolvimento sustentável.
-

Quais os instrumentos da Política Ambiental do IFPE?

- I- Plano de Logística Sustentável;
 - II- Programa de Educação Ambiental;
 - III- Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos;
 - IV- Programa de Conservação e Reuso da Água;
 - V- Plano de Gerenciamento de Resíduos Químicos;
 - VI- Programa de Eficiência Energética;
-

VII- Estabelecimento de Parcerias Institucionais;

VIII- Plano de Gestão de Recursos Florestais e Biodiversidade;

IX- Plano de Gestão de Uso e Conservação dos Solos.

Por que implementar uma Política Ambiental na Instituição?

- Atender aos critérios e padrões de qualidade ambiental e de normas relativas ao uso e manejo de recursos ambientais conforme exigência das Leis Federais;
 - Desenvolver estudos de pesquisa, extensão e de inovação tecnológica orientados para o uso racional e a proteção dos recursos ambientais.
 - Promover a formação de uma consciência pública sobre a necessidade de preservação da qualidade ambiental e do equilíbrio ecológico.
-

-
- Utilizar de forma sustentável os recursos naturais e a destinação adequada dos resíduos provenientes das atividades.
-

Principais normativas que podem ajudar na implementação da Política Ambiental do IFPE?

- IN SLTI/MP 1/2010 – Critérios de sustentabilidade nas aquisições;
 - Decreto 7.405/2010 - Programa Pró-Catador;
 - Lei 12.305/2010 - Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS);
 - Portaria Interministerial 244/2012 - Projeto Esplanada Sustentável (PES);
 - Decreto 7.746/2012 - Critérios promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações;
 - IN 10/2012 - Planos de Gestão de Logística Sustentável (PLS);
-